



Ministério da
Agricultura,
do Desenvolvimento
Rural e das Pescas

DGADR
Direcção-Geral
de Agricultura e
Desenvolvimento Rural

PROGRAMAÇÃO



RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

2010

DGADR

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS
DIRECÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Relatório de Actividades

2010

LISBOA
2011

I. Nota Introdutória	3 - 7
Caracterização da DGADR	5
Missão e atribuições	6
Enquadramento legal	7
Estrutura orgânica	7
II. Auto-avaliação	8 - 86
Enquadramento	9
Avaliação do sistema de controlo interno	9
Publicidade institucional	12
Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo de desempenho	12
Análise de satisfação dos clientes	14
Análise de satisfação dos trabalhadores	17
Avaliação do grau de cumprimento dos objectivos do QUAR	21
Actividades desenvolvidas, previstas e não previstas no Plano, com indicação dos resultados alcançados	23
Afectação real e prevista dos recursos humanos, materiais e financeiros	82
III. Balanço Social	87 - 97
IV. Avaliação Final	98 - 105
Apreciação qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados e menção proposta	99
Conclusões prospectivas e plano de melhorias	102
V. Anexos	106 - 123
Quadros do balanço social	107
Abreviaturas	121

NOTA INTRODUTÓRIA

Através da elaboração do Relatório de Actividades, a Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural tem como objectivo apresentar a actividade desenvolvida ao longo de 2010, conforme o determinado no Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de Setembro. Este documento faz parte integrante do ciclo anual de gestão dos serviços da administração pública, com demonstração qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados, em articulação com as novas regras constantes da Lei n.º 66-B/2007 de 28 de Dezembro.

A Lei acima referida estabelece o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública, designado por SIADAP, que pretende “contribuir para a melhoria do desempenho e qualidade de serviço da Administração Pública, para a coerência e harmonia da acção dos serviços, dirigentes e demais trabalhadores e para uma promoção da sua motivação profissional e desenvolvimento de competências”.

Ao assentar numa concepção integrada dos sistemas de gestão e avaliação, o SIADAP visa reforçar na Administração Pública uma cultura de avaliação e responsabilização, vincada pela publicitação dos objectivos dos serviços e dos resultados obtidos, em estreita articulação com o ciclo anual de gestão.

É neste contexto que o presente Relatório de Actividades, em correspondência com o Plano de Actividades de 2010, é efectuado segundo uma metodologia assente na gestão por objectivos, tanto numa perspectiva organizacional como numa perspectiva individual, o que permite o alinhamento dos desempenhos dos serviços e dos que neles trabalham.

CARACTERIZAÇÃO DA DGADR

MISSÃO E ATRIBUIÇÕES

A DGADR é um serviço central da administração directa do Estado, dotado de autonomia administrativa e integrado no Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP). Tem como missão, conforme consta no Decreto-Lei n.º 209/2006, de 27 de Outubro, “Contribuir para a execução das políticas nos domínios da agricultura, dos recursos genéticos vegetais, da fitossanidade e dos produtos fitofarmacêuticos, dos materiais de multiplicação de plantas e de variedades vegetais, do regadio e da gestão dos aproveitamentos hidroagrícolas, da protecção dos recursos naturais e da gestão sustentável do território, da qualificação dos agentes rurais e da valorização e diversificação económica das zonas rurais, propondo as medidas e instrumentos de política, promovendo a respectiva aplicação e participando no seu acompanhamento e avaliação, sendo o serviço investido nas funções de autoridade nacional do regadio, assim como de autoridade fitossanitária nacional”. O que se pode resumir na seguinte frase:

Promover a Valorização, a Competitividade e a Sustentabilidade da Agricultura e dos Territórios Rurais

Para tal prossegue as seguintes atribuições:

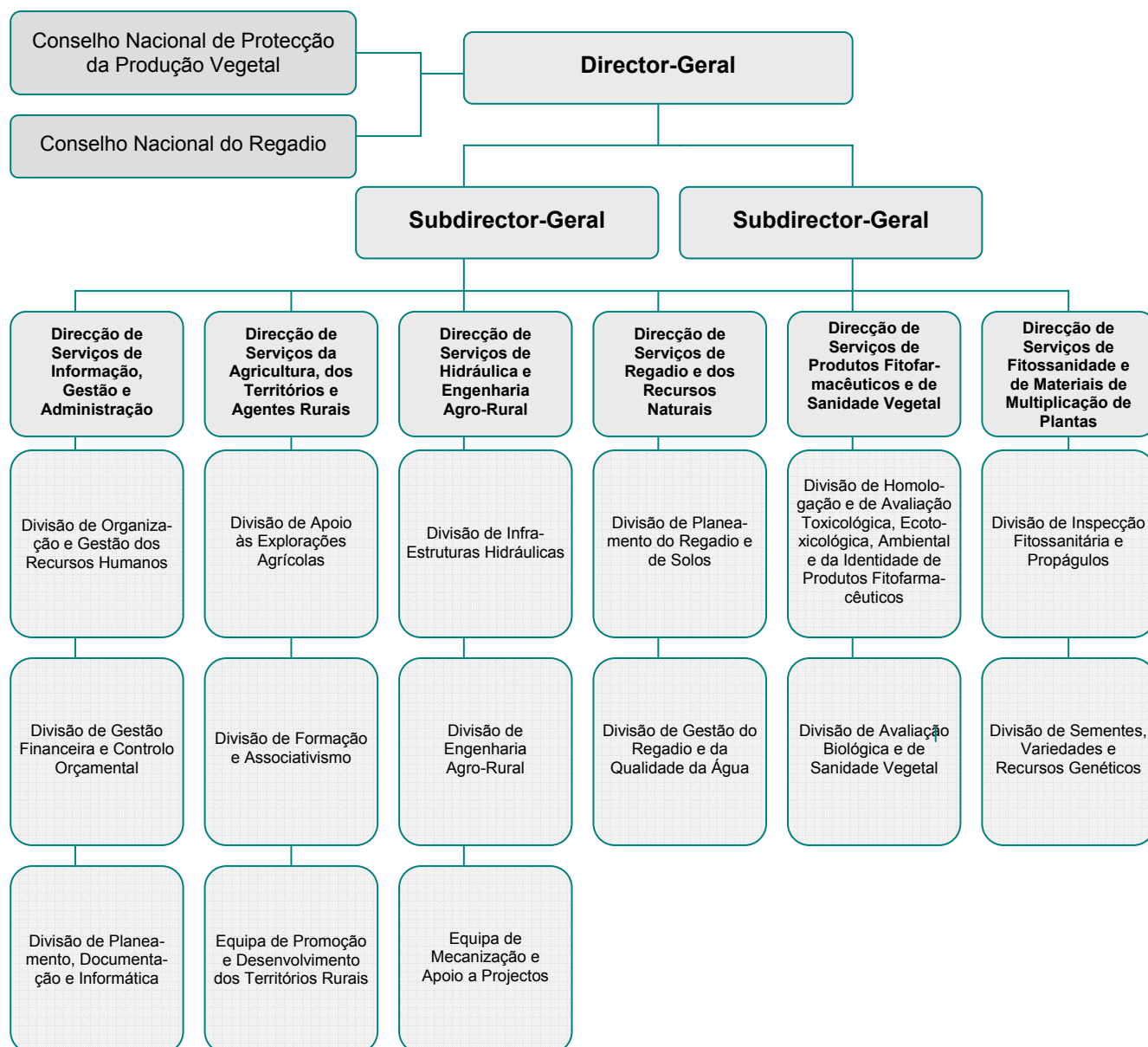
- ◆ Contribuir para a formulação da estratégia, das prioridades e objectivos e participar na elaboração de planos, programas e projectos nas áreas da sua missão;
- ◆ Promover o desenvolvimento económico e social das zonas rurais, designadamente através da qualificação e valorização dos territórios e da diversificação económica;
- ◆ Promover a viabilização das explorações agrícolas, a modernização das empresas de transformação e comercialização dos produtos agro-alimentares;
- ◆ Dinamizar uma política de sustentabilidade dos recursos naturais, do regadio e do desenvolvimento dos aproveitamentos hidroagrícolas, nomeadamente, e sem prejuízo de externalização, a promoção e acompanhamento e fiscalização da obra hidráulica;
- ◆ Assegurar a protecção e a valorização dos recursos genéticos vegetais;
- ◆ Executar a política de protecção das culturas;
- ◆ Desenvolver as funções de autoridade nacional de regadio, representando o MADRP em matérias relacionadas com a utilização da água na agricultura, participando na definição da política nacional da água e elaborando, coordenando, acompanhando e avaliando a execução do Plano Nacional do Regadio, criando e mantendo actualizado um sistema de informação sobre o regadio e sobre as infra-estruturas hidroagrícolas que o sustentam;
- ◆ Desenvolver as funções de autoridade fitossanitária nacional, preparando as normas necessárias a uma eficaz regulamentação do sector dos produtos fitofarmacêuticos, promovendo a sua correcta utilização e colaborando na concepção e execução de programas de monitorização dos resíduos de pesticidas e de controlo de formulações de pesticidas no mercado, assegurando o cumprimento das obrigações nacionais, comunitárias e internacionais, bem como elaborando e implementando os programas de âmbito ou relevância nacional destinados a garantir o bom estado fitossanitário das culturas.

ENQUADRAMENTO LEGAL

A DGADR tem o seu enquadramento legal nos seguintes diplomas:

- ➔ Decreto Regulamentar n.º 8/2007, de 27 de Fevereiro, que aprova a sua Lei Orgânica;
- ➔ Portaria n.º 219-C/2007, de 28 de Fevereiro, que estabelece a estrutura nuclear e as competências das respectivas unidades orgânicas;
- ➔ Despacho n.º 9185/2007, de 23 de Março, que determina a composição das unidades orgânicas nucleares e as respectivas competências;
- ➔ Portaria n.º 1342/2007, de 11 de Outubro, que fixa o número máximo de unidades orgânicas flexíveis e a dotação máxima de chefes de equipa multidisciplinares.
- ➔ Despacho n.º 11094/2010, de 6 de Julho, que altera as competências da Equipa de Promoção e Desenvolvimento dos Territórios Rurais.

ESTRUTURA ORGÂNICA



AUTO-AVALIAÇÃO

ENQUADRAMENTO

A Auto-avaliação constitui parte integrante do Relatório de Actividades, conforme o determinado no Artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007 de 28 de Dezembro. Trata-se de um instrumento valioso para o processo de mudança, que permite uma consciencialização do estágio de desenvolvimento da organização, conferindo orientações em relação às áreas mais e menos desenvolvidas e permitindo identificar oportunidades de melhoria. A sua aplicação não proporciona uma melhoria imediata, embora permita identificar áreas de intervenção, necessárias ou estratégicas, através de uma análise abrangente e sistemática de actividades e resultados.

Na elaboração deste relatório, optou-se por evidenciar os resultados alcançados e os desvios verificados de acordo com a execução final do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), face aos objectivos anualmente fixados e relevando os factores condicionantes ao desempenho.

Pretende-se, igualmente, fazer uma exposição genérica do que tem sido a estratégia de actuação desta Direcção-Geral para responder às exigências do processo de mudança, com apresentação dos resultados alcançados face aos objectivos definidos pelas unidades orgânicas bem como as acções desenvolvidas, dando ênfase ao aperfeiçoamento sistemático de uma política integrada de gestão da qualidade.

AValiação DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

No âmbito do controlo interno directamente relacionado com o Quadro de Avaliação procedeu-se à actualização na plataforma GeADAP bem como a utilização interna de instrumentos para monitorização do QUAR.

A estrutura organizacional obedece às regras definidas legalmente de acordo com o enquadramento legal e estrutura orgânica já anteriormente referidas. Em 2010 todos os trabalhadores da DGADR foram avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3 excepto aqueles que já não exercem funções na DGADR (por aposentação, transferência ou mobilidade interna para outros serviços) ou por motivo de doença prolongada.

Tendo sido elaborado um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas (PGRIC) em Dezembro de 2009, foi realizada a monitorização desse mesmo plano em Junho de 2010 e Relatório Anual de execução do PGRIC com apresentação das medidas plenamente implementadas ou situação de implementação. Elaborou-se o código de conduta da DGADR.

Relativamente à avaliação sobre SCI, destacam-se as conclusões e as recomendações da auditoria do Tribunal de Contas, referente ao Programa Orçamental 22 e mencionando as melhorias que se propõe implementar.

Auditoria à Avaliação Global do Programa Orçamental 22 – Agricultura e Desenvolvimento Rural

Recomendações:

- A DGADR deverá promover um controlo mais eficaz no que respeita à verificação da elegibilidade da despesa;

Implementação:

- √ A DGADR está a aplicar a recomendação

No âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade importa referir que a certificação de sementes em Portugal existe desde 1939. O controlo da qualidade das sementes bem como a emissão de certificados internacionais tem sido feito de acordo com os métodos prescritos nas Regras da Associação Internacional de Sementes (ISTA).

Por exigência da ISTA todos os seus laboratórios membros a partir de 1995 tiveram que iniciar o processo de acreditação, a fim de continuarem a ser autorizados a emitir certificados internacionais. Tendo sido desde sempre o Laboratório de Ensaio de Sementes (LES) membro desta associação, por via daquela exigência obteve a sua acreditação em 2001. Existindo a acreditação deste laboratório, pela ISTA (International Seed Testing Association), desde 2001, todo o sistema da qualidade está implementado e a funcionar em pleno desde essa altura.

Actualmente a certificação e o controlo da qualidade de sementes em geral é oficialmente promovida pela DGADR através da Divisão de Sementes, Variedades e Recursos Genéticos da Direcção de Serviços de Fitossanidade e Materiais de Multiplicação de Plantas.

Em 2010, O Laboratório de Ensaio de Sementes (LES) inserido na Divisão de Sementes, Variedades e Recursos Genéticos, foi sujeito a uma auditoria externa pela *International Seed Testing Association* (ISTA). A auditoria abrangeu a área das análises e ensaios de sementes e a amostragem de lotes de semente. Como conclusão da auditoria, a ISTA decidiu conceder a Re-acreditação do LES e o alargamento do âmbito da acreditação do laboratório às análises e ensaios de sementes de flores e para o teste de viabilidade para todos os grupos de espécies da ISTA.

Como oportunidades de melhoria, foi decidido reforçar o intercâmbio de informação técnica com outros laboratórios acreditados pela ISTA, nomeadamente através do incremento da participação e organização de ensaios inter-laboratoriais.

ANEXO A

ANEXO A

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
1 – Ambiente de controlo				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?		X		
1.2 É efectuada internamente uma verificação efectiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?			X	
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?	X			
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?		X		
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direcção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X			
1.7 O serviço foi objecto de acções de auditoria e controlo externo?	X			
2 – Estrutura organizacional				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	X			
2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma acção de formação?	X			1
3 – Actividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X			2
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?	X			
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?		X		
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?	X			
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X			
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			2
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas?	X			
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas é executado e monitorizado?	X			
4 – Fiabilidade dos sistemas de informação				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			2
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?	X			2
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X			
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou activos do serviço?	X			
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de backups)?	X			
4.7 A segurança na troca de informações e software está garantida?	X			

Nota: as respostas devem ser dadas tendo por referência o ano em avaliação.

Legenda: S – Sim; N – Não; NA – Não aplicável.

1 - 34,77 %

2 - Parcialmente

PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

A RCM n.º 47/2010, de 25 de Junho prevê no n.º 10 que as entidades abrangidas pela resolução, no caso particular o Estado, devem incluir no respectivo relatório de actividades uma secção especificamente dedicada à informação sintética sobre as iniciativas de publicidade institucional, nos termos definidos na regulamentação aplicável.

O n.º 2 desta resolução determina que se consideram como publicidade institucional quaisquer formas de comunicação realizadas pelas entidades mediante a aquisição onerosa de espaços publicitários, com o objectivo directo ou indirecto de promover iniciativas ou de difundir uma mensagem relacionada com os seus fins ou as suas atribuições.

Neste âmbito e durante o ano de 2010, na DGADR, não houve registo de quaisquer iniciativas punidas no n.º 2 da RCM n.º 47/2020, de 25 de Junho.

DESENVOLVIMENTO DE MEDIDAS PARA UM REFORÇO POSITIVO DE DESEMPENHO

A homologação de produtos fitofarmacêuticos foi submetida, desde 2008, a um estudo de diagnóstico do sistema de informação, com base em fluxos de informação, tendo como objectivo a criação de um sistema tecnológico de informação e comunicação integrado.

Este estudo terminou em 2009, tornando possível identificar causas de alguns entraves e atrasos em todo o processo e propor medidas de racionalização e simplificação de processos que passam pela gestão informática.

Por essa razão, foi proposta nesta área, em 2010, uma candidatura à modernização administrativa (SAMA), a qual foi aprovada, aguardando-se contrato com o IFAP para dar início à execução do projecto.

Estes estudos já foram divulgados e serviram de base a uma tese de mestrado.

FORMAÇÃO

No âmbito da formação importa salientar:

- Cursos em diversas áreas, nomeadamente:
 - ✓ O Novo Código da Contratação Pública
 - Funcionamento de Júris e Avaliação
 - Controle de Custos Erros e Omissões
 - ✓ Autocad civil
 - ✓ Processos de Cálculo Informático Aplicados às Áreas Funcionais da DGADR

- ✓ Gestão de Bases de dados Aplicadas às Áreas Funcionais da DGADR
- ✓ Introdução ao Arquivo e Documentos digitais
- ✓ Inspeção Fitossanitária
- ✓ Actualização de Inspectores Fitossanitários
- Workshops no âmbito da formação dos técnicos do Serviço Nacional de Aconselhamento Agrícola:
 - ✓ Identificação e registo de animais
 - ✓ Bem-estar animal
 - ✓ Utilização Agrícola de lamas – “ Nitratos na Condicionalidade”
 - ✓ Mecanização Agrária – Segurança operacional

No âmbito de Reconhecimento de Entidades formadoras (3 entidades e 8 tipologias):

- Cursos destinados a agricultores:
 - ✓ PRODI Fruticultura e viticultura)
 - ✓ Agricultura Biológica (geral, fruticultura e viticultura)
- Cursos destinados a técnicos:
 - ✓ PRODI em vinha
 - ✓ Agricultura Biológica Geral
 - ✓ Coordenadores de acções de formação profissional

No âmbito de homologação de cursos:

- ✓ Distribuição, Comercialização e Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos – 3 acções
- ✓ Aperfeiçoamento de Máquinas e Equipamentos de Tratamento e Protecção das Plantas – 7 acções
- ✓ Valorização Agrícola de Lamas – 2 acções
- ✓ Coordenadores de Acções de Formação Profissional – 1 acção

E no âmbito de homologação de certificados:

- ✓ Distribuição, Comercialização e Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos – 38 certificados
- ✓ Aperfeiçoamento de Máquinas e Equipamentos de Tratamento e Protecção das Plantas - 16 certificados
- ✓ Produção integrada de pomóideas – 15 certificados

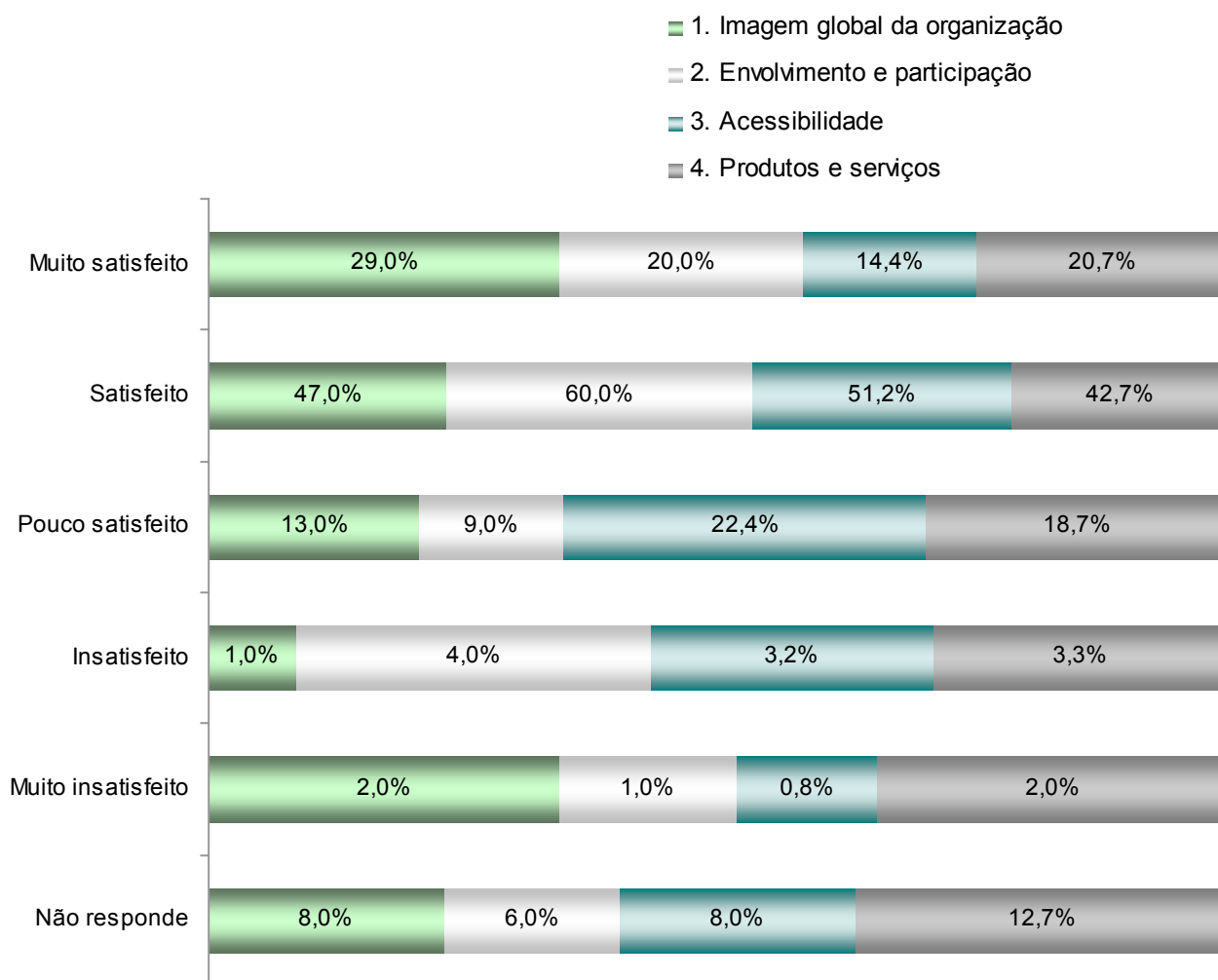
ANÁLISE DA SATISFAÇÃO DOS CLIENTES

No contexto actual, os serviços públicos estão cada vez mais vocacionados para atingir a qualidade de seus produtos e serviços, pelo que a procura de uma melhoria contínua dos serviços prestados é um dos principais compromissos assumidos pela DGADR.

Neste sentido, solicitou-se às entidades/clientes o preenchimento de um “Questionário de satisfação”, enviado por e-mail a 310 entidades, num período que decorreu de 19 de Janeiro a 18 de Março. Foram validados 25 questionários o que se traduz numa **taxa de resposta de 8,1%**.

O questionário destinado à recolha de informação inclui basicamente questões fechadas, de modo a maximizar a obtenção de informação estandardizada, embora em cada questão fosse dado a possibilidade de sugerir melhorias e, integra 4 grupos de questões.

No quadro seguinte apresenta-se uma síntese dos resultados obtidos:



Numa análise global verifica-se que na generalidade os clientes da DGADR estão satisfeitos com a sua prestação, como se pode ver a seguir mais em pormenor e relativamente a cada um dos grupos de questões.

1. Imagem global da organização	1	2	3	4	5	6
Desempenho da organização	4%	4%	0%	28%	48%	16%
Cortesia dos trabalhadores que lidam com os clientes no local de atendimento ao público	12%	0%	0%	4%	44%	40%
Cortesia dos trabalhadores que atendem por telefone os clientes	4%	0%	0%	10%	52%	44%
Flexibilidade e autonomia que os trabalhadores da área do atendimento têm para resolver as situações individuais	12%	4%	4%	20%	44%	16%

1 = Não responde, 2 = Muito Insatisfeito, 3 = Insatisfeito, 4 = Pouco Satisfeito, 5 = Satisfeito e 6 = Muito Satisfeito

Neste grupo de questões encontra-se uma incidência de 47% de inquiridos satisfeitos. Um ponto forte a registar é na questão “Cortesia dos trabalhadores que atendem por telefone os clientes” onde 98% dos inquiridos estão “satisfeitos” ou “muito satisfeitos”.

2. Envolvimento e participação	1	2	3	4	5	6
Possibilidade de sugerir melhoria	8%	0%	4%	8%	72%	8%
A possibilidade de utilização de vários canais de comunicação	4%	0%	0%	8%	52%	36%
A existência de interlocutores responsáveis pelas relações com os serviços	4%	0%	4%	12%	64%	16%
Existência de vários canais para reclamações (presencialmente; por escrito; por telefone e via web)	8%	4%	8%	8%	52%	20%

1 = Não responde, 2 = Muito Insatisfeito, 3 = Insatisfeito, 4 = Pouco Satisfeito, 5 = Satisfeito e 6 = Muito Satisfeito

Também neste grupo de questões a tendência verificada é de “satisfeito”, com uma incidência de 60%, seguindo-se “muito satisfeito” com 20%.

A questão com maior percentagem de clientes muito satisfeitos é “A possibilidade de utilização de vários canais de comunicação”.

3. Acessibilidade	1	2	3	4	5	6
Horário de atendimento	4%	0%	0%	12%	64%	20%
Informação acessível	4%	0%	4%	16%	60%	16%
Nível de simplificação dos formulários (clareza da linguagem, acessibilidade, facilidade de preenchimento)	20%	0%	4%	28%	32%	16%
Esclarecimento de dúvidas através de correio electrónico	4%	0%	4%	16%	60%	16%
Informação disponível on-line	8%	4%	4%	40%	40%	4%

1 = Não responde, 2 = Muito Insatisfeito, 3 = Insatisfeito, 4 = Pouco Satisfeito, 5 = Satisfeito e 6 = Muito Satisfeito

Mantêm-se a tendência nas respostas às questões, com uma incidência de 51,2% de inquiridos satisfeitos, embora presente de seguida 22,4% de pouco satisfeitos. Trata-se de questões que implicam uma comunicação directa com o exterior pelo que tornam mais susceptíveis de críticas e apresentam mais sugestões de melhoria principalmente no que diz respeito à “informação disponível on-line”.

4. Produtos e serviços	1	2	3	4	5	6
Satisfação global com os produtos entregues	24%	0%	4%	12%	52%	8%
Satisfação global com os serviços prestados	8%	0%	4%	24%	48%	16%
Clareza da informação disponibilizada	8%	0%	0%	28%	48%	16%
Qualidade dos esclarecimentos prestados por telefone	8%	4%	0%	12%	44%	32%
Qualidade dos esclarecimentos prestados presencialmente	20%	0%	0%	4%	40%	36%
Tempo de resposta às solicitações	8%	8%	12%	32%	24%	16%

1 = Não responde, 2 = Muito Insatisfeito, 3 = Insatisfeito, 4 = Pouco Satisfeito, 5 = Satisfeito e 6 = Muito Satisfeito

Continua uma incidência maioritária nos itens “satisfeito” e “muito satisfeito”, de 42,7% e 20,7% respectivamente, sendo as questões “Qualidade dos esclarecimentos por telefone” e “Qualidade dos esclarecimentos presencialmente” as que expressam maior satisfação por parte das entidades/clientes.

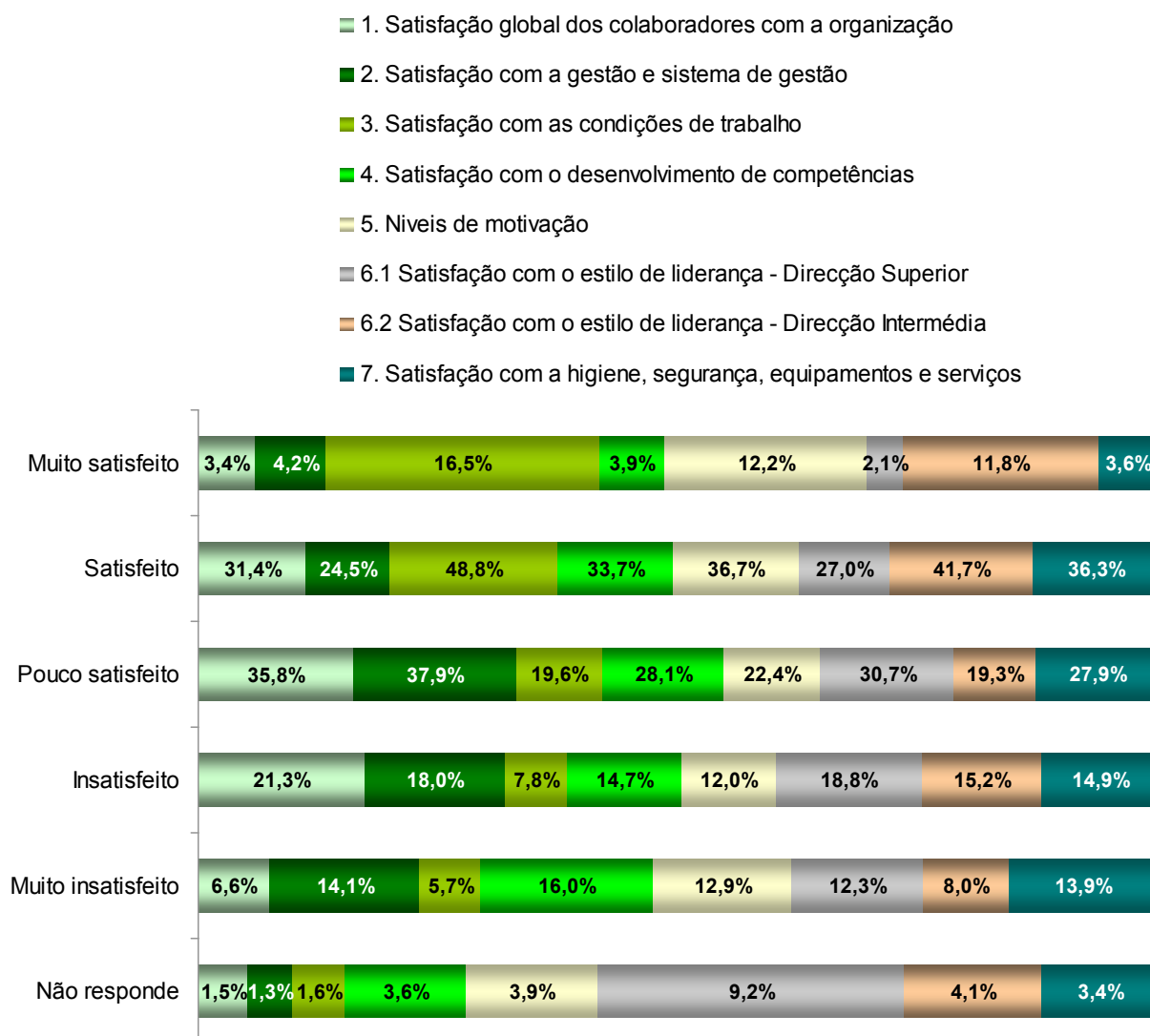
ANÁLISE DA SATISFAÇÃO DOS TRABALHADORES

Para se obter a informação relativa ao grau de satisfação dos trabalhadores, solicitou-se o preenchimento de um questionário com vários aspectos relacionados com o funcionamento da DGADR. Foi enviado por e-mail às Direcções de Serviços e estas divulgaram pelos seus trabalhadores, num período que decorreu de 18 de Fevereiro e 4 de Março de 2011.

O universo foi constituído pelos 299 trabalhadores existentes à data de realização do inquérito e foram validados 102 questionários o que se traduz numa **taxa de resposta de 34%**.

Tal como o questionário dirigidos às entidades/clientes destinado à recolha de informação inclui basicamente questões fechadas, de modo a maximizar a obtenção de informação estandardizada, embora em cada questão fosse dado a possibilidade de sugerir melhorias.

O quadro síntese dos resultados:



Numa apreciação geral, verifica-se que onde os trabalhadores demonstram uma maior percentagem de “muito satisfeito” e “satisfeito” é com as condições de trabalho, logo seguido com o estilo de liderança (Direcção intermédia). Por seu lado, o item onde se encontram mais insatisfeitos é no desenvolvimento de competências. Segue-se uma apreciação mais detalhada de cada grupo de questões:

1. Satisfação global dos trabalhadores com a organização	1	2	3	4	5	6
Imagem da organização	1%	5%	23%	36%	31%	4%
Desempenho global da organização	3%	3%	21%	35%	35%	3%
Nível de envolvimento dos trabalhadores na organização e na respectiva missão	1%	10%	18%	35%	32%	4%
Envolvimento dos trabalhadores em actividades de melhoria	1%	9%	25%	36%	26%	3%

1 = Não responde, 2 = Muito Insatisfeito, 3 = Insatisfeito, 4 = Pouco Satisfeito, 5 = Satisfeito e 6 = Muito Satisfeito

Neste grupo de questões referentes à satisfação global com a organização, grande maioria dos trabalhadores encontram-se “pouco satisfeitos” e “satisfeitos” ou “muito satisfeitos” com respectivamente 35,8% e 34,8%

2. Satisfação com a gestão e sistemas de gestão	1	2	3	4	5	6
Forma de condução da organização (fixação de objectivos, afectação de recursos, monitorização dos projectos...)	1%	12%	23%	39%	22%	4%
Forma como os objectivos individuais e partilhados são fixados	1%	15%	17%	36%	26%	5%
Postura da organização face à mudança e à administração	2%	16%	15%	38%	25%	4%

1 = Não responde, 2 = Muito Insatisfeito, 3 = Insatisfeito, 4 = Pouco Satisfeito, 5 = Satisfeito e 6 = Muito Satisfeito

37,9% dos trabalhadores estão pouco satisfeitos com a gestão e sistemas de gestão. Segue-se 24,5% de “satisfeitos” e 18% “insatisfeitos”.

3. Satisfação com as condições de trabalho	1	2	3	4	5	6
Ambiente de trabalho	1%	4%	8%	17%	49%	21%
Modo como a organização lida com conflitos, queixas ou problemas pessoais	2%	9%	12%	29%	39%	9%
Horário de trabalho	2%	1%	0%	13%	63%	21%
Possibilidade de conciliar o trabalho com a vida familiar e assuntos de saúde	1%	1%	4%	15%	56%	23%
Igualdade de tratamento na organização	2%	14%	16%	23%	37%	8%

1 = Não responde, 2 = Muito Insatisfeito, 3 = Insatisfeito, 4 = Pouco Satisfeito, 5 = Satisfeito e 6 = Muito Satisfeito

É na satisfação com as condições de trabalho que se encontra maior percentagem de trabalhadores satisfeitos (49%) e 16% estão muito satisfeitos.

Na questão referente ao horário de trabalho 84% dos inquiridos estão “satisfeitos” ou “muito satisfeitos”. Também a questão “Possibilidade de conciliar o trabalho com a vida familiar e assuntos de saúde” apresenta um elevado grau de satisfação.

4. Satisfação com o desenvolvimento das competências	1	2	3	4	5	6
Oportunidades criadas pela organização para desenvolver novas competências	1%	15%	19%	28%	34%	3%
Acções de formação que realizou	7%	19%	11%	19%	39%	5%
Nível de conhecimento que tem dos objectivos da organização	3%	14%	15%	37%	27%	4%

1 = Não responde, 2 = Muito Insatisfeito, 3 = Insatisfeito, 4 = Pouco Satisfeito, 5 = Satisfeito e 6 = Muito Satisfeito

Este item, apesar de apresentar um grau de satisfação de 33,7% é onde se encontra a maior percentagem de “muito insatisfeito” com 16%.

5. Níveis de motivação	1	2	3	4	5	6
Aprender novos métodos de trabalho	2%	11%	13%	25%	37%	12%
Desenvolver trabalho em equipa	1%	11%	8%	21%	40%	19%
Participar em acções de formação	2%	17%	8%	21%	41%	11%
Participar em projectos de mudança na organização	3%	17%	17%	20%	32%	11%
Sugerir melhorias	12%	9%	15%	23%	32%	9%

1 = Não responde, 2 = Muito Insatisfeito, 3 = Insatisfeito, 4 = Pouco Satisfeito, 5 = Satisfeito e 6 = Muito Satisfeito

Neste grupo de questões referentes ao nível de motivação, 48,9% dos trabalhadores estão motivados ou muito motivados, havendo uma elevada percentagem para desenvolver trabalho em equipa, com um total de 59%.

6.1 Satisfação com o estilo de liderança	1	2	3	4	5	6
Direcção Superior						
Lidera através do exemplo	8%	15%	19%	31%	25%	2%
Aceita sugestões de melhoria	9%	12%	19%	35%	23%	2%
Delega competências e responsabilidades	10%	9%	16%	30%	32%	3%
Estimula a iniciativa das pessoas	9%	14%	21%	30%	24%	2%
Encoraja a confiança mútua e o respeito	10%	13%	19%	25%	32%	1%
Promove o enriquecimento profissional	10%	12%	21%	31%	23%	3%

1 = Não responde, 2 = Muito Insatisfeito, 3 = Insatisfeito, 4 = Pouco Satisfeito, 5 = Satisfeito e 6 = Muito Satisfeito

O grau de satisfação com a direcção superior da DGADR apresenta uma percentagem de “satisfeito” ou “muito satisfeito” de 29,1% e de 30,7% de “pouco satisfeito”.

6.2 Satisfação com o estilo de liderança	1	2	3	4	5	6
Direcção Intermédia						
Lidera através do exemplo	4%	9%	16%	19%	37%	15%
Aceita sugestões de melhoria	4%	7%	13%	17%	48%	11%
Estimula a iniciativa das pessoas	3%	9%	17%	12%	46%	13%
Encoraja a confiança mútua e o respeito	4%	5%	14%	19%	46%	12%
Assegura o desenvolvimento de uma cultura de mudança	5%	10%	17%	21%	36%	11%
Promove o enriquecimento profissional	5%	9%	14%	26%	36%	10%

1 = Não responde, 2 = Muito Insatisfeito, 3 = Insatisfeito, 4 = Pouco Satisfeito, 5 = Satisfeito e 6 = Muito Satisfeito

Em relação à satisfação com o estilo de liderança da direcção intermédia, verifica-se uma grande percentagem de trabalhadores satisfeitos (41,7%), sendo as questões “Aceita sugestões de melhoria” e “Estimula a iniciativa das pessoas” as que têm mais trabalhadores “satisfeitos” e “muito satisfeitos”, ambas com 59%.

7. Satisfação com as condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços	1	2	3	4	5	6
Equipamentos informáticos disponíveis	2%	14%	19%	32%	30%	3%
Software disponível	2%	14%	22%	28%	30%	4%
Equipamentos de comunicação disponíveis	1%	14%	18%	25%	38%	4%
Condições de higiene	1%	12%	12%	35%	46%	6%
Condições de segurança	1%	8%	8%	35%	44%	4%
Serviços sociais	14%	22%	12%	23%	28%	1%

1 = Não responde, 2 = Muito Insatisfeito, 3 = Insatisfeito, 4 = Pouco Satisfeito, 5 = Satisfeito e 6 = Muito Satisfeito

Finalmente, neste último grupo de questões 39,5% dos inquiridos estão satisfeitos ou muito satisfeitos com as condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços, seguindo-se 27,9% com “pouco satisfeito”.

Uma das sugestões de melhoria apresentada em maior número é a elaboração de um sistema de registo e gestão de toda a correspondência da DGADR.

AVALIAÇÃO DO GRAU DE CUMPRIMENTO DOS OBJECTIVOS DO QUAR

Na construção do QUAR de 2010, a DGADR deu cumprimento à Deliberação n.º 772/2007, de 27 de Dezembro, do Conselho de Ministros, bem como às linhas orientadoras transmitidas pelo Conselho Coordenador de Avaliação dos Serviços. Trata-se de um quadro referencial sobre os fundamentos da razão da existência dos serviços (Missão), dos propósitos de acção (Objectivos Estratégicos) e da aferição da sua concretização. Segue-se a avaliação do grau de cumprimento dos objectivos:

EFICÁCIA

OBJECTIVO OPERACIONAL 1 ⇒ Aumentar a área de regadio colectiva pública

Indicador 1 ⇒ N.º de hectares de regadio em obra

Meta: 5660 hectares

Superação: >5660 hectares

Resultado: 5661 hectares

Não atingido	
Atingido	
Superado	X

OBJECTIVO OPERACIONAL 2 ⇒ Garantir a implementação de medidas no âmbito do regime fitossanitário

Indicador 2 ⇒ N.º de dias úteis para promover o controlo de NMP através de inspecções das UITM e unidades de montagem de embalagens após a entrada do pedido

Meta: [9-15]

Superação: <9

Resultado: 11

Não atingido	
Atingido	X
Superado	

Indicador 3 ⇒ Criação de um quadro legal relativo às áreas agrícolas abandonadas

Meta: [274-304 dias] <=> [1-31 Out]

Superação: <274 dias

Resultado: 176 dias <=> 25-Jun

Não atingido	
Atingido	
Superado	X

OBJECTIVO OPERACIONAL 3 ⇒ Garantir as condições de segurança nas barragens hidroagrícolas

Indicador 4 ⇒ N.º de planos de emergência interna das barragens

Meta: 4

Superação: >4

Resultado: 5

Não atingido	
Atingido	
Superado	X

EFICIÊNCIA

OBJECTIVO OPERACIONAL 4 ⇒ Aumentar as Receitas Próprias melhorando o processo de cobrança da dívida vencida

Indicador 5 ⇒ (Dívida 2010 - dívida 2009) / (Dívida 2010) * 100

Meta: [4,8-5,2%]

Superação: >5,2%

Resultado: 9,5%

Não atingido	
Atingido	
Superado	X

QUALIDADE

OBJECTIVO OPERACIONAL 5 ⇒ Promover a utilização sustentável de Produtos Fitofarmacêuticos

Indicador 6 ⇒ Revisão do quadro legal relativo à distribuição, comercialização e aplicação de PF

Meta: [335-365 dias] <=> [1-31 Dez]

Superação: <335 dias

Resultado: 326 dias <=> 22-Nov

Não atingido	
Atingido	
Superado	X

Indicador 7 ⇒ Reformulação da proposta de quadro legal relativo à aplicação de PF em zonas urbanas, de lazer e vias de comunicação

Meta: [152-181 dias] <=> [1-30 Jun]

Superação: <152

Resultado: 125 dias <=> 5-Mai

Não atingido	
Atingido	
Superado	X

OBJECTIVO OPERACIONAL 6 ⇒ Enquadrar e consolidar a legislação relativa à Formação Profissional nas áreas de competência do MADRP

Indicador 8 ⇒ Proposta de Legislação enquadradora da formação profissional no âmbito do MADRP

Meta: [335-365 dias] <=> [1-31 Dez]

Superação: <335 dias

Resultado: 334 dias <=> 30-Nov

Não atingido	
Atingido	
Superado	X

Indicador 9 ⇒ Propostas de Diplomas de regulamentação de cursos de formação profissional no âmbito do MADRP

Meta: 2

Superação: >2

Resultado: 3

Não atingido	
Atingido	
Superado	X

OBJECTIVO OPERACIONAL 7 ⇒ Reduzir o prazo médio de pagamento a fornecedores pagos pela fonte de financiamento de receita (FF123) em 4,5% nas rubricas de bens e serviços correntes e aquisição de bens de capital

Indicador 10 ⇒ (Data de pagamento - data de factura) / Número de facturas pagas

Meta: [64-66]

Superação: <64

Resultado: 48

Não atingido	
Atingido	
Superado	X

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS, PREVISTAS E NÃO PREVISTAS NO PLANO, COM INDICAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

I – INFORMAÇÃO, GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO

CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO

A Direcção de Serviços de Informação, Gestão e Administração (DSIGA), dispõe de três unidades flexíveis, nomeadamente, Divisão de Organização e Gestão de Recursos Humanos (DOGRH), Divisão de Gestão Financeira e Controlo Orçamental (DGFCO) e Divisão de Planeamento, Documentação e Informática (DPDI). Apresenta como principais competências assegurar:

- ♦ A organização e gestão dos recursos humanos;
- ♦ A gestão patrimonial, financeira e o controlo orçamental;
- ♦ A gestão dos recursos e meios informáticos e das infra-estruturas das redes e comunicações de dados;
- ♦ O planeamento, acompanhamento, controlo e avaliação das actividades desenvolvidas;
- ♦ O tratamento, disponibilização e divulgação de informação.

CÓDIGO	ACTIVIDADES	DIRECÇÃO DE SERVIÇO / UNIDADE FLEXÍVEL
I	Coordenação das áreas de Informação, Gestão de Recursos Humanos e Financeiros, Planeamento e Informática e Apoio Jurídico;	DSIGA
I.1	Desenvolver as acções necessárias à organização e instrução dos processos relativos aos recursos humanos e respectivo cadastro assim como no que se refere à sua formação e aperfeiçoamento profissional;	DSIGA/DOGRH
I.2	Organizar e aplicar um sistema de registo, acompanhamento, controlo e arquivo do expediente;	DSIGA/DOGRH
I.3	Promover e assegurar a realização de acções referentes à racionalização, simplificação e modernização de circuitos administrativos e suportes de informação;	DSIGA/DOGRH
I.4	Dinamizar a aplicação de normas e procedimentos de modernização técnica e administrativa com recurso às novas tecnologias;	DSIGA/DOGRH
I.5	Preparar os projectos de orçamento de receitas gerais, receitas próprias, projectos co-financiados e PIDDAC, assegurar a gestão e controlo orçamental propondo as alterações julgadas necessárias, elaborar e registar PLC's, elaborar relatórios financeiros;	DSIGA/DGFCO
I.6	Garantir a elaboração da conta de gerência, bem como o relatório financeiro anual sobre a gestão efectuada, elaborar relatórios de apoio à gestão;	DSIGA/DGFCO

I.7	Garantir as funções inerentes à emissão e envio de facturação, ao registo dos recebimentos, à emissão de guias de receita. Efectuar o controlo da dívida de clientes e de processos de cobrança coerciva. Elaboração de relatórios de apoio à gestão;	DSIGA/DGFCO
I.8	Assegurar as funções inerentes ao movimento das receitas e despesas e aos respectivos registos contabilísticos obrigatórios assim como ao arquivo dos documentos justificativos correspondentes;	DSIGA/DGFCO
I.9	Assegurar as funções inerentes ao movimento das receitas e despesas e aos respectivos registos contabilísticos obrigatórios assim como ao arquivo dos documentos justificativos referente a projectos co-financiados PRODER. Assegurar o controlo e execução financeira;	DSIGA/DGFCO
I.10	Assegurar a função tesouraria, registar as receitas e despesas, emitir os meios de pagamento e folhas de cofre, efectuar o controlo das contas próprias. Assegurar a gestão do fundo de maneio. Garantir a gestão dos fluxos financeiros;	DSIGA/DGFCO
I.11	Proceder à elaboração de procedimentos de aquisição de bens e serviços, manter actualizado o registo de património, numerar e registar contratos de empreitadas, registo e controlo de garantias bancárias, assegurar a manutenção das instalações, assegurar a gestão adequada do economato, assegurar os procedimentos inerentes à gestão da frota automóvel da DGADR;	DSIGA/DGFCO
I.12	Assegurar a gestão do serviço de documentação, actividade editorial e divulgação de informação;	DSIGA/DPDI
I.13	Promover a aquisição e conservação dos meios informáticos e garantir a manutenção de um cadastro actualizado dos mesmos;	DSIGA/DPDI
I.14	Assegurar a gestão dos recursos e meios informáticos e garantir a funcionalidade, a eficácia e a segurança das aplicações informáticas e das infra-estruturas das redes de comunicação de dados;	DSIGA/DPDI
I.15	Conceber estruturar e organizar a informação da Internet e intranet, garantindo o respectivo desenvolvimento, manutenção e actualização permanente;	DSIGA/DPDI
I.16	Proceder à elaboração dos planos anuais e plurianuais de actividades, implementar um sistema de acompanhamento e controlo da sua execução e preparar o respectivo relatório anual, recolher, organizar e divulgar a informação estatística obtida a partir dos procedimentos e actividades da Direcção-Geral;	DSIGA/DPDI
I.17	Programar, preparar e executar as acções de informação e relações públicas.	DSIGA/DPDI

OBJECTIVOS				META 2010		CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO / TAXA REALIZADA		DESVIO		CÓDIGO / ACTIVIDADE	
OE		Optimizar a gestão financeira											
OO 1		Aumentar as receitas próprias melhorando o processo de cobrança da dívida						183%		83%		I.7	
Indicador 1		(Dívida de 2010 – Dívida de 2009) / (Dívida de 2010) * 100	Peso:	5%	S	>5,2%		9,52		83%			

OBJECTIVOS			META 2010	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO / TAXA REALIZADA	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
		100%		A	5%			
				NA	<4,8%			
						Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Analisar e identificar os processos de dívida existentes no início do ano					Realizada		
	Seleccionar os processos a enviar para cobrança coerciva em função dos critérios definidos					Realizada		
	Emissão e envio das certidões de dívida para efeitos de cobrança coerciva					Não realizada		
OO 2	Aumentar a facturação em 2%					109%	9%	I.16
Indicador 1	(Facturação 2010 - Facturação 2009) / (Facturação 2010) * 100	Peso:	2%	S	>2%	2,18%	9%	
		A		2%				
		NA		<2%				
						Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Simplificar processos de comunicação entre as divisões técnicas e a DGFCO					Realizada		
	Centralizar o processo de facturação					Realizada		
	Reduzir o prazo do circuito documental entre as divisões					Realizada		
OO 3	Elaborar o relatório financeiro mensal para apoio à gestão					130%	30%	I.5
Indicador 1	Prazo de entrega	Peso:	Até ao dia 15 de cada mês	S	≤12	10	30%	
		A		15				
		NA		>16				
						Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Registo e contabilização da receita entrada					Realizada		
	Registo e contabilização da despesa efectuada					Realizada		
	Análise mensal da situação financeira					Realizada		
OO 4	Reduzir custos associados às TIC					200%	100%	I.15
Indicador 1	N.º de computadores servidores na DGADR desactivados	Peso:	2	S	>2	4	100%	
		A		2				
		NA		<2				
						Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Inventariação das funções e características de cada servidor					Realizada		
	Elaborar proposta de consolidação das mesmas funções em menos servidores					Realizada		
	Implementar a proposta de consolidação aprovada					Realizada		
OE	Incentivar a utilização das TIC							

OBJECTIVOS				META 2010	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO / TAXA REALIZADA	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
OO 1	Aumentar o grau de autonomia dos utilizadores das TIC						100%	0%	I.16
Indicador 1	Nº de soluções "Faça você mesmo" disponíveis na Intranet	Peso:	7	S	10	7	0%		
		A		7					
		NA		<7					
						Resultado da Acção			
Iniciativas / Acções	Identificar as situações de suporte passíveis de serem normalizadas						Realizada		
	Elaborar suporte simples e intuitivo a disponibilizar						Realizada		
	Disponibilizar na Intranet e publicitar internamente						Realizado		
OE	Melhorar os sistemas de gestão da informação numa óptica integrada								
OO 1	Disponibilizar um sistema de registo de documentos na área de rede da DOGRH						0%	-100%	I.2
Indicador 1	Prazo para utilização do sistema por todos os utilizadores da divisão	Peso:	30-Jun	S	<1-Nov	-	-100%		
		A		30-Nov					
		NA		>30-Nov					
						Resultado da Acção			
Iniciativas / Acções	Criar base de dados que permita o registo de toda a documentação entrada e saída da divisão, bem como o circuito percorrido						Realizada		
	Registo na base de dados de todos os documentos entrados e saídos, bem como indicação da sua situação						Realizada parcialmente		
Objectivo Reformulado	<input checked="" type="checkbox"/>	Motivo	Concepção de um sistema de registo de documentos com mais funcionalidades do que as previstas inicialmente					Data	25/ 06 / 2010
Justificação do Desvio	Impossibilidade de acesso de alguns utilizadores não permitiu que fosse possível o registo na base de dados de todo o circuito percorrido por parte de alguns funcionários								
OO 2	Iniciar a implementação da gestão documental						100%	0%	I.3 / I.15
Indicador 1	Entregar estudo prévio de circuitos documentais e requisitos da gestão documental	Peso:	01-Nov	S	01-Out	15-Out	0%		
		A		01-Nov					
		NA		>01-Nov					
						Resultado da Acção			
Iniciativas / Acções	Levantamento dos circuitos existentes						Realizada		
	Definição dos circuitos desejáveis						Realizada		
	Compilação dos requisitos que a gestão documental deve proporcionar						Realizada		
OO 3	Melhorar o registo e gestão da informação que circula na DPDI						115%	15%	I.13
Indicador 1	Data de implementação	Peso:	30-Jun	S	<Maio	15-Abr	15%		
		A		30-Jun					
		NA		>30-Jun					
						Resultado da Acção			

OBJECTIVOS				META 2010	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO / TAXA REALIZADA	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
Iniciativas / Acções	Registo, numa base de dados, de toda a informação recepcionada na DPDI (E-mail, Fax, Nota Interna, Ofício, Informação)						Realizada		
	Registo, numa base de dados, do estado do processo (em execução, pendente, respondido, arquivado) durante a circulação da informação na própria divisão						Realizada		
	Registo, numa base de dados, de toda a informação emitida pela DPDI						Realizada		
OO 4	Melhorar a eficiência dos instrumentos de gestão enquadrados no ciclo anual de gestão						101%	1%	I.17
Indicador 1	Data de apresentação do procedimento para elaboração do Plano de Actividades	Peso:	31-Jul	S	<Mai	29-Jul	0%		
		50%		A	31-Jul				
		NA		>31-Jul					
Indicador 2	Data de apresentação do procedimento para elaboração do Relatório de Actividades	Peso:	30-Nov	S	<Set	25-Ago	3%		
		50%		A	30-Nov				
		NA		>30-Nov					
						Resultado da Acção			
Iniciativas / Acções	Elaboração do procedimento relativo ao Plano de Actividades						Realizada		
	Elaboração do procedimento relativos ao Relatório de Actividades						Realizada		
OE	Reduzir os circuitos processuais								
OO 1	Desmaterializar o processo de requisição interna de viaturas						109%	9%	I.11
Indicador 1	(N.º de requisições internas efectuadas on-line / n.º total de requisições internas efectuadas) * 100	Peso:	50%	S	>55%	60%	9%		
		100%		A	50%				
		NA		<50%					
						Resultado da Acção			
Iniciativas / Acções	Elaboração do novo procedimento de requisição de viaturas						Realizada		
	Disponibilizar on-line formulário de requisição de viaturas						Realizada		
OO 2	Melhorar o processo de aquisição de bens e serviços						121%	21%	I.11
Indicador 1	Data de elaboração do procedimento de aquisição de bens e serviços – regime de ajuste directo	Peso:	15-Dez	S	<15-Dez	15-Out	21%		
		100%		A	15-Dez				
		NA		>15-Dez					
						Resultado da Acção			
Iniciativas / Acções	Disponibilizar às UO de modelos normalizados						Realizada		
	Elaborar o procedimento de aquisição de bens e serviços – regime de ajuste directo						Realizada		
Objectivo Reformulado	<input checked="" type="checkbox"/>	Motivo	Na perspectiva de evolução para o POCP (Plano Oficial da Contabilidade Pública) o objectivo anterior deixou de ser pertinente					Data	25/ 06 / 2010
OO 3	Aumentar a utilização da Intranet em processos internos						100%	0%	I.16

OBJECTIVOS			META 2010	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO / TAXA REALIZADA	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
Indicador 1	Nº de novos processos efectuados através da Intranet	Peso:	2	S	4	2	0%	
		100%		A	2			
		NA		<2				
						Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Identificar os processos internos passíveis de serem desmaterializados					Realizada		
	Efectuar a programação necessária					Realizada		
	Disponibilizar na Intranet e publicitar internamente					Realizada		
OE	Aumentar o grau de satisfação do cliente							
OO 1	Disponibilizar novos formulários na intranet					50%	-50%	I.3
Indicador 1	Prazo para reformulação dos formulários existentes (férias, faltas, abonos)	Peso:	30-Abr	S	31-Mar	100%	-0%	
		50%		A	30-Abr			
		NA		>30-Abr				
Indicador 2	Prazo para apresentação de novos formulários (pedidos de declarações)	Peso:	31-Jul	S	30-Jun	0	-100%	
		50%		A	31-Jul			
		NA		>31-Jul				
						Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Reformular formulários de acordo com a legislação em vigor					Realizada		
	Levantamento da necessidade de criar novos formulários					Realizada		
Justificação do Desvio	Os formulários foram reformulados até 30 de Abril e criados novos até 31 de Julho mas não foram disponibilizados na intranet nos prazos indicados devido a exigências adicionais para a sua colocação na Intranet							
OO 2	Elaborar procedimentos internos da DGFCO					167%	67%	I.5 / I.6 / I.7 I.8 / I.9 I.10 / I.11
Indicador 1	N.º de procedimentos internos elaborados na DGFCO	Peso:	2	S	3	5	67%	
		100%		A	2			
		NA		1				
						Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Identificar as áreas prioritárias a necessitar de intervenção					Realizada		
	Reengenharia do circuito processual e documental					Realizada		
OO 3	Reduzir o prazo médio de pagamento a fornecedores pagos pela fonte de financiamento de receita (FF123) em 4,5% nas rubricas de bens e serviços correntes e de capital					133%	33%	I.8 / I.9 I.10
Indicador 1	(Data de pagamento - data da factura) / n.º de facturas pagas	Peso:	65 dias	S	<64	48	33%	
		100%		A	65			
		NA		>66				

OBJECTIVOS			META 2010	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO / TAXA REALIZADA	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
						Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Promover a validação e pagamento da factura dentro do prazo de pagamento					Realizada		
	Promover um planeamento de disponibilidades adequado às necessidades					Realizada		
OO 4	Implementar o plano anti-corrupção da DGFCO					145%	45%	I.6
Indicador 1	(N.º de acções implemen- tadas / n.º total de acções previstas no plano anti- corrupção da DGFCO) * 100	Peso: 100%	50%	S	>55%	80%	45%	
				A	50%			
				NA	<50%			
						Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Implementação do controlo dos montantes totais adjudicados em ajustes directos					Realizada		
	Maior informação e sensibilização dos trabalhadores sobre as fases obrigatórias nos procedimentos de contratação					Realizada		
	Conferência física do inventário no final do ano					Realizada		
OO 5	Disponibilizar a versão 2 do site do Benefício Fiscal ao Gasóleo					113%	13%	I.16
Indicador 1	Data de disponibilização	Peso: 100%	01-Set	S	01-Ago	09-Jul	13%	
				A	01-Set			
				NA	>01-Set			
						Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Alterar a programação para passar a disponibilizar os dados consolidados dos dois modelos operativos					Realizada		
	Fazer a programação para novas funcionalidades					Realizada		
	Testar e disponibilizar a nova versão no site					Realizada		
OO 6	Disponibilizar a troca de ficheiros com outras entidades na área reservada do site institucional					100%	0%	I.16
Indicador 1	Data de disponibilização para entidades piloto	Peso: 100%	01-Set	S	01-Ago	27-Ago	0%	
				A	01-Set			
				NA	>01-Set			
						Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Identificar as entidades piloto e os ficheiros a trocar					Realizada		
	Definir as regras e criar o processo					Realizada		
	Disponibilizar o processo na área reservada do site institucio- nal para as entidades piloto					Realizada		
OO 7	Promover a divulgação Bibliográfica na Intranet					100%	0%	I.13
Indicador 1	Prazo da proposta	Peso: 100%	31-Dez	S	<Dez	15 Dez	0%	
				A	31-Dez			
				NA	>31 Dez			

OBJECTIVOS				META 2010	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO			RESULTADO / TAXA REALIZADA	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
								Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Definir os conteúdos a apresentar							Realizada		
	Conceber uma área de divulgação Bibliográfica na Intranet (divulgação de capas e índices das monografias e divulgação dos sumários dos periódicos -revistas)							Realizada parcialmente		
Objectivo Reformulado	<input checked="" type="checkbox"/>	Motivo	Concepção de uma área mais “user-friendly”						Data	25/ 06 / 2010
OO 8	Melhorar a comunicação e difusão das publicações no site da DGADR							111%	11%	I.13
Indicador 1	% de publicações editadas com possibilidade de consulta		Peso:	80%	S	>90%	100%	11%		
			A		80%					
			NA		<80%					
								Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Disponibilizar no site as publicações com possibilidade de consulta e sem possibilidade de impressão							Realizada		
OO 9	Melhorar a sinalética das salas dos edifícios da DGADR							115%	15%	I.18
Indicador 1	Data de apresentação de proposta		Peso:	31-Jul	S	<Mai	15-Abr	15%		
			A		31-Jul					
			NA		>31-Jul					
Objectivo Reformulado	<input checked="" type="checkbox"/>	Motivo	Tendo-se verificado que até ao final do ano de 2010 não haveria meios para implementar a sinalética, elaborou-se apenas a proposta						Data	25/ 06 / 2010
								Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Elaboração de proposta							Realizada		

ACTIVIDADES RELEVANTES NÃO PLANEADAS

DESCRIÇÃO

RESULTADO ALCANÇADO

<ul style="list-style-type: none"> Concepção, desenvolvimento e implementação do site da Estrutura Técnica de Apoio à Rede Rural Nacional 	<ul style="list-style-type: none"> Foi disponibilizado em Março
<ul style="list-style-type: none"> Concepção, desenvolvimento e implementação do site da Autoridade de Gestão da Rede Rural Nacional 	<ul style="list-style-type: none"> Foi disponibilizado em Setembro
<ul style="list-style-type: none"> Implementação da Medida Simplex M0104 - CANDIDATURA AO GASÓLEO VERDE DE UMA SÓ VEZ 	<ul style="list-style-type: none"> No decurso de 2010 já não houve lugar à confirmação de manifestos de candidatura ao benefício fiscal ao gasóleo agrícola.
<ul style="list-style-type: none"> Concepção, desenvolvimento e implementação do site de reconhecimento de técnico em Protecção integrada, Produção Integrada e Modo de produção biológico 	<ul style="list-style-type: none"> Encontra-se em fase de testes
<ul style="list-style-type: none"> Concepção, desenvolvimento e implementação do site da Bolsa de Iniciativas da Rede Rural Nacional 	<ul style="list-style-type: none"> Encontra-se em fase de testes

II – AGRICULTURA, TERRITÓRIOS E AGENTES RURAIS

CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO

- Propor medidas adequadas à sustentabilidade das explorações agrícolas e fomentar e apoiar a melhoria da gestão, a reconversão e a diversificação de actividades nas mesmas;
- Propor e participar na preparação de medidas legislativas relativas à actividade e às explorações agrícolas, designadamente nos domínios do registo, licenciamento, arrendamento e fiscalidade;
- Promover e acompanhar a aplicação de boas práticas agrícolas e ambientais;
- Promover acções de ordenamento fundiário, assim como a execução de operações de emparcelamento e de redimensionamento da propriedade rústica ou das explorações agrícolas;
- Estudar e propor as linhas de orientação estratégica e as medidas de política relativas às infra-estruturas de suporte ao desenvolvimento agrícola e rural;
- Promover e colaborar na concepção e desenvolvimento de acções de revitalização do tecido económico rural, em especial no âmbito da criação de infra-estruturas básicas de apoio às actividades produtivas e de serviços de apoio técnico ao desenvolvimento, da diversificação das actividades produtivas e da instalação, consolidação e viabilização dos serviços essenciais à população rural;
- Incentivar e apoiar a qualificação das zonas rurais através da concepção e desenvolvimento de acções de preservação e valorização do património edificado, cultural e paisagístico e da promoção e marketing das amenidades rurais;
- Propor as linhas de orientação estratégica e as medidas de política para a formação profissional no âmbito das atribuições da DGADR e para o associativismo agrícola e rural, bem como promover, coordenar, acompanhar e avaliar a respectiva implementação;
- Operacionalizar e acompanhar a implementação das medidas de política relativas ao aconselhamento agrícola;
- Estudar e propor medidas no domínio das organizações de produtores e demais organizações de natureza associativa promotoras e concretizadoras de actividades no âmbito do desenvolvimento rural;
- Propor e participar na elaboração de instrumentos e medidas de política relativas ao trabalho e à protecção social dos agricultores e dos trabalhadores agrícolas, bem como promover a melhoria das condições de saúde, higiene e segurança no trabalho.

CÓDIGO	ACTIVIDADES	DIRECÇÃO DE SERVIÇO / UNIDADE FLEXÍVEL
II	Coordenação das áreas de Apoio às Explorações Agrícolas, Formação e Associativismo e Promoção e Desenvolvimento dos Territórios Rurais	DSATAR
II.1	Estruturação das explorações agrícolas e enquadramento social dos agentes da actividade agrícola	DSATAR/DAEA
II.2	Dinamização da dimensão ambiental nas explorações agrícolas	DSATAR/DAEA
II.3	Melhoria da qualificação dos agentes rurais e promoção da regulamentação do sector agro-alimentar	DSATAR/DFA
II.4	Organização do associativismo agrícola e rural e orientação para a competitividade	DSATAR/DFA
II.5	Incentivar a elaboração de projectos de intervenção no espaço rural no âmbito do turismo rural, criação de microempresas e de serviços de apoio à população rural	DSATAR/EPDTR

OBJECTIVOS				META 2010	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO / TAXA REALIZADA	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE	
OE	Estudar e obter novas fontes de financiamento								
OO 1	Candidatar a Programas Comunitários e Nacionais					430%	330%	II.1 / II.2 / II.3 II.4 / II.5 / II.6	
Indicador 1	N.º de candidaturas ao POPH	Peso:	1	S	≥2	1	0%		
		45%		A	1				
				NA	0				
Indicador 3	N.º de candidaturas ao PRRN	Peso:	1	S	≥2	7	600%		
		55%		A	1				
				NA	0				
						Resultado da Acção			
Iniciativas / Acções	Apresentação de candidaturas ao Programa Operacional Potencial Humano (POPH)					Realizado			
	Apresentação de candidaturas ao Programa da Rede Rural Nacional (PRRN)					Realizado			
Indicador 2 Retirado	<input checked="" type="checkbox"/>	N.º de candidaturas ao PRODER		Motivo	Não foi aberto concurso na área em que estava prevista a apresentação de candidatura: medida de desenvolvimento das ITI e formação específica em áreas de responsabilidade da DGADR.		Data	31/12/2010	
OE	Melhorar a qualificação do Recursos Humanos / Desenvolver novas competências								
OO 1	Promover a Aquisição de novas competências					160%	60%	II.1 / II.2 / II.3 II.4 / II.5 / II.6	
Indicador 1	N.º de acções executadas relativamente às acções aprovadas em Programas Comunitários ou Nacionais	Peso:	75%	S	>80%	70%	0%		
		20%		A	75%				
				NA	<70%				
Indicador 2	Valor médio da classificação atribuída na avaliação de reacção efectuada pelos formandos	Peso:	3	S	≥4	4,52	51%		
		20%		A	3				
				NA	≤2				
Indicador 3	N.º de trabalhadores da DSATAR que participaram em parcerias	Peso:	20%	S	>25%	49%	96%		
		20%		A	20%				
				NA	<15%				
Indicador 4	N.º de trabalhadores da DSATAR que participaram em acções de formação	Peso:	20%	S	>25%	62%	148%		
		20%		A	20%				
				NA	<15%				
Indicador 5	Data de apresentação do Plano de Formação para o ano de 2011	Peso:	30-Out	S	15-Out	30-Set	6%		
				A	30-Out				

OBJECTIVOS			META 2010	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO / TAXA REALIZADA	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
				NA	15-Nov			
						Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Organização das acções de formação do ano de 2010					Realizado		
	Promoção da participação dos recursos humanos nas acções de formação					Realizado		
	Realização da formação e acompanhamento da intervenção formativa					Realizado		
	Avaliação da intervenção formativa em diferentes níveis, quanto a processos e resultados					Realizado		
	Participação dos recursos humanos da DSATAR em parcerias no âmbito de projectos aprovados pela direcção					Realizado		
	Participação dos recursos humanos da DSATAR em acções de formação					Realizado		
	Levantamento e diagnóstico de necessidades de formação e concepção da intervenção formativa do ano de 2011					Realizado		
Indicador 2 Reformulado	<input checked="" type="checkbox"/> Motivo	Alteração da escala utilizada para esta classificação da base 5, para base 4. Nesta nova escala a classificação obtida (3,62) equivale uma classificação de 4,52					Data	22/07/2010
OE	Assegurar a formação dos clientes, criando competências							
OO 1	Organizar fóruns de discussão para os agentes em áreas estratégicas da sua intervenção					173%	73%	II.1 / II.2 / II.3 II.4 / II.5 / II.6
Indicador 1	N.º de temáticas	Peso:	2	S	≥3	2	0%	
		20%		A	2			
				NA	≤1			
Indicador 2	N.º de fóruns	Peso:	2	S	≥3	5	150%	
		40%		A	2			
				NA	≤1			
Indicador 3	N.º de workshops realizados no âmbito do SAA	Peso:	3	S	≥4	4	33%	
		40%		A	3			
				NA	≤2			
						Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Promoção de temáticas de interesse para o desenvolvimento rural					Realizado		
	Organização e promoção de fóruns de discussão					Realizado		
	Actualização de conhecimento aos técnicos que prestam serviços de aconselhamento agrícola a agricultores					Realizado		
OO 2	Identificar, promover e divulgar actividades com vista à produção de energia renovável nas explorações agrícolas					101%	1%	II.2
Indicador 1	Data de apresentação dos termos de referência para o Estudo	Peso:	30-Abr	S	31-Mar	31-Mar	1%	
		100%		A	30-Abr			
				NA	31-Mai			
						Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Elaboração dos termos de referência para o Estudo sobre as Energias Alternativas no âmbito das explorações agrícolas					Realizado		

OBJECTIVOS			META 2010	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO / TAXA REALIZADA	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE	
Indicador 2 Retirado	<input checked="" type="checkbox"/>	Data de conclusão do Estudo	Motivo	A Realização do Estudo sobre as Energias Alternativas no âmbito das explorações agrícolas foi objecto de candidatura ao PRRN, apresentada em Setembro, que aguarda decisão.			Data	31/12/2010	
OO 3	Enquadrar e consolidar a legislação relativa à formação profissional nas áreas de competência do MADRP					123%	23%	II.3	
Indicador 1	Data de apresentação à tutela de uma proposta de legislação	Peso:	31-Dez	S	30-Nov	30-Nov	0,3%		
		55%		A	31-Dez				
				NA	>31-Dez				
Indicador 2	Propostas de Diplomas de regulamentação de cursos de formação profissional no âmbito do MADRP	Peso:	2	S	≥3	3	50%		
		45%		A	2				
				NA	≤1				
						Resultado da Acção			
Iniciativas / Acções	Elaboração de proposta de legislação					Realizado			
	Elaboração de propostas de Diplomas de Regulamentação de cursos de formação profissional no âmbito do MADRP					Realizado			
OO 4	Promover a qualificação profissional do sector agrícola					101%	1%	II.3	
Indicador 1	Prazo de execução da reformulação do perfil profissional	Peso:	31-Mar	S	19-Mar	19-Mar	1%		
		50%		A	31-Mar				
				NA	15-Abr				
Indicador 2	Prazo de execução da concepção de instrumentos	Peso:	31-Jul	S	19-Jul	19-Jul	0,5%		
		50%		A	31-Jul				
				NA	15-Ago				
						Resultado da Acção			
Iniciativas / Acções	Reformulação do perfil profissional de operador pecuário em articulação com a ANQ, para integração no CNQ					Realizado			
	Concepção de instrumentos no âmbito do reconhecimento, validação e certificação de competências profissionais do perfil de operador agrícola					Realizado			
OO 5	Assegurar a realização de acções de formação aos clientes da DGADR					104%	4%	II.3	
Indicador 1	Prazo de apresentação do Plano de Formação externa de 2011	Peso:	30-Out	S	15-Out	30-Set	6%		
		60%		A	30-Out				
				NA	15-Nov				
Indicador 2	N.º de acções realizadas em 2010, destinadas aos clientes da DGADR	Peso:	5	S	≥6	5	0%		
		40%		A	5				
				NA	≤4				
						Resultado da Acção			

OBJECTIVOS				META 2010		CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO / TAXA REALIZADA		DESVIO		CÓDIGO / ACTIVIDADE				
Iniciativas / Acções	Identificação de necessidades de formação externas no âmbito da DGADR						Realizado									
	Concepção do plano de formação Externa para o ano de 2011						Realizado									
	Preparação, execução e avaliação de acções de formação do ano de 2010						Realizado									
OO 6	Assegurar a realização de acções de formação destinadas aos novos GAL, em parceria com a Federação Minha Terra, e que integram a candidatura ao PRRN						-		-		II.3 / II.5 II.6					
Objectivo Retirado	<input checked="" type="checkbox"/>	Motivo	Não concretizado dado as candidaturas ao PRRN só terem ocorrido em Agosto, não sendo concretizável a sua realização até final do ano.						Data		31/12/2010					
OE	Melhorar os sistemas de gestão da informação numa óptica integrada															
OO 1	Assegurar a actualização das bases de dados centralizadas na DSATAR						100%		0%		II.2 / II.4 II.5 / II.6					
Indicador 1	Tempo médio de actualização da base de dados do artesanato	Peso: 25%	10 dias úteis	S	8	10	0%									
				A	10											
				NA	12											
Indicador 2	Tempo médio de actualização da base de dados sobre turismo rural	Peso: 25%	10 dias úteis	S	8	10	0%									
				A	10											
				NA	12											
Indicador 3	Tempo médio de actualização da base de dados do Sistema de Aconselhamento Agrícola	Peso: 25%	10 dias úteis	S	8	10	0%									
				A	10											
				NA	12											
Indicador 4	Tempo médio de actualização da base de dados do Associativismo Agrícola	Peso: 25%	10 dias úteis	S	8	10	0%									
				A	10											
				NA	12											
							Resultado da Acção									
Iniciativas / Acções	Actualização da Base de Dados do Artesanato						Realizado									
	Dinamização da Base de Dados sobre o Turismo Rural						Realizado									
	Actualização da Base de Dados do Sistema de Aconselhamento Agrícola						Realizado									
	Actualização da Base de Dados do Associativismo Agrícola						Realizado									
OE	Reduzir os circuitos processuais															
OO 1	Agilizar o processo burocrático do emparcelamento						100%		0%		II.1					
Indicador 1	Data de apresentação de proposta que agilize a articulação entre entidades com intervenção nas operações de remodelação	Peso: 100%	31-Dez	S	31-Out	31-Dez	0%									
				A	31-Dez											
				NA	>31-Dez											
							Resultado da Acção									
Iniciativas / Acções	Elaboração de proposta que vise agilizar o processo de registo dos prédios resultantes da remodelação predial						Realizado									

OBJECTIVOS			META 2010	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO / TAXA REALIZADA	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE	
OE	Aumentar o grau de satisfação do cliente								
OO 1	Disponibilizar informação para incentivar o desenvolvimento socioeconómico e ambiental das zonas rurais					570%	470%	II.1 / II.2 II.5 / II.6	
Indicador 1	Nº de consultas efectua- das pelos clientes	Peso: 33%	250	S	300	4273	1329%		
				A	250				
				NA	200				
Indicador 2	Data de apresentação do formulário de pedido de reconhecimento on-line	Peso: 34%	31-Mar	S	28-Fev	31-Jan	94%		
				A	31-Mar				
				NA	30-Abr				
Indicador 3	Data de conclusão do documento base do "Guia de apoio às Explorações agrícolas" para propor a debate com entidades do MADRP e outras entida- des do sector agrícola.	Peso: 33%	31-Dez	S	31-Jul	21-Dez	0%		
				A	31-Dez				
				NA	>31-Dez				
						Resultado da Acção			
Iniciativas / Acções	Actualizar o “Guia de apoio à criação de microempresas”					Realizado			
	Agilizar o reconhecimento dos técnicos que promovam práti- cas de produção sustentável junto dos agricultores					Realizado parcialmente			
	Concluir o documento base do "Guia de apoio às Explorações agrícolas"					Realizado			
Indicador 3 Reformulado	<input checked="" type="checkbox"/>	Motivo	Considerou-se a metodologia apresentada mais eficaz				Data	22/07/2010	
OE	Melhorar a Competitividade e sustentabilidade do Sector Agrícola e dos Territórios Rurais								
OO 1	Incentivar o empreendedorismo, a dinamização e diversi- ficação de actividades para a revitalização económica das zonas rurais					208%	108%	II.3 / II.5 II.6	
Indicador 1	N.º de grupos de trabalho / projectos	Peso: 30%	3	S	≥4	3	0%		
				A	3				
				NA	≤2				
Indicador 2	N.º de propostas apresen- tadas pelos grupos de trabalho	Peso: 30%	3	S	≥4	9	200%		
				A	3				
				NA	≤2				
Indicador 3	Prazo de resposta à aná- lise das candidaturas de TER	Peso: 20%	15 dias úteis	S	10	5	120%		
				A	15				
				NA	20				
Indicador 4	Prazo de resposta à aná- lise de candidaturas ao estatuto de artesão e de unidade produtiva artesa- nal	Peso: 20%	15 dias úteis	S	10	5	120%		
				A	15				
				NA	20				
						Resultado da Acção			

OBJECTIVOS			META 2010	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO / TAXA REALIZADA	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
Iniciativas / Acções	Integrar / promover grupos de trabalho temáticos / projectos com vista ao desenvolvimento sustentado dos territórios rurais					Realizado		
	Promover e dinamizar o projecto "Promover os recursos micológicos"					Realizado		
	Análise das candidaturas a empreendimentos de TER e emissão de pareceres					Realizado		
	Análise de candidaturas ao estatuto de artesão e de unidade produtiva artesanal e emissão de pareceres					Realizado		
OO 2	Observar os territórios rurais					500%	400%	II.5 / II.6
Indicador 2	N.º de Fóruns de discussão / divulgação	Peso:	2	S	≥3	10	400%	
		100%		A	2			
		NA		≤1				
						Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Identificar e sistematizar boas práticas e projectos inovadores				Realizado			
	Divulgação de boas práticas e projectos inovadores				Realizado			
Indicador 1 Retirado	<input type="checkbox"/>	Data de apresentação da definição da estrutura e conteúdos de uma base de dados	Motivo	Esta iniciativa foi objecto de candidatura ao PRRN apresentada em Setembro, que aguarda decisão.			Data	31/12/2010
Indicador 3 Retirado	<input type="checkbox"/>	N.º de Publicações	Motivo	Esta iniciativa foi objecto de candidatura ao PRRN apresentada em Setembro, que aguarda decisão.			Data	31/12/2010
Indicador 4 Retirado	<input type="checkbox"/>	N.º de Folhas informativas "Rur@lidades"	Motivo	A Folha Informativa deverá passar para outra unidade orgânica, tal como combinado com o seu responsável. No entanto, dado a outras tarefas não foi possível fazer a transferência.			Data	31/12/2010
OO 3	Acompanhar o Regime de emparcelamento rural					105%	5%	II.1
Indicador 1	N.º de emissão de autos dos novos prédios resultantes da remodelação predial (emparcelamento integral)	Peso:	100	S	120	127	107%	
		75%		A	100			
		NA		90				
Indicador 2	Tempo de resposta aos pedidos de declaração de emparcelamento "não-integral"	Peso:	9 dias úteis	S	7	9	0%	
		25%		A	9			
		NA		11				
						Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Dinamizar o encerramento do emparcelamento integral executado				Realizado			
	Assegurar o cumprimento das obrigações declarativas da DGADR no âmbito do emparcelamento "não-integral"				Realizado			
OO 4	Promover a organização e acrescentar competitividade ao Associativismo agrícola e rural					—	—	II.4
Objectivo Retirado	<input type="checkbox"/>	Motivo	Este objectivo previa a realização de um estudo a elaborar no contexto de uma candidatura em parceria ao PRRN. O programa alterou as regras de candidatura, em relação ao previsto na altura em que foi elaborado o programa de actividades, inviabilizando a concretização do objectivo.				Data	31/12/2010

OBJECTIVOS				META 2010		CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO / TAXA REALIZADA		DESVIO		CÓDIGO / ACTIVIDADE		
OO 5		Integrar parcerias em projectos de cooperação transnacionais						175%		75%		II.1 / II.2 II.5 / II.6		
Indicador 1		% de tarefas realizadas face às projectadas projecto FACTS!		Peso: 50%	100%		S * A 100% NA <80%		100%		0%			
Indicador 2		Data de realização do Seminário Regional de apresentação do projecto "VIAJANDO POR BESANAS"		Peso: 15%	20-Mar		S 10-Mar A 20-Mar NA 31-Mar		5-Mar		9%			
Indicador 3		Prazo de catalogação das actividades a integrar o projecto "VIAJANDO POR BESANAS"		Peso: 20%	31-Jul		S 30-Jun A 31-Jul NA 31-Ago		8-Fev		367%			
Indicador 4		Data de realização de reunião técnica do projecto "VIAJANDO POR BESANAS"		Peso: 15%	30-Jun		S 31-Mai A 30-Jun NA 31-Jul		17-Jun		0%			
								Resultado da Acção						
Iniciativas / Acções		Participação de acordo com o calendário previsto no projecto FACTS!						Realizado						
		Promover o Seminário Regional de apresentação do projecto "VIAJANDO POR BESANAS"						Realizado						
		Realizar a catalogação das actividades a integrar o projecto "VIAJANDO POR BESANAS"						Realizado						
		Realizar reunião técnica do projecto "VIAJANDO POR BESANAS"						Realizado						
		* Desenvolvimento de tarefas não projectadas												

III – HIDRAULICA E ENGENHARIA AGRO-RURAL

CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO

A DSHEAR possui as suas competências distribuídas por duas divisões e uma equipa. Possui competências ao nível do desenvolvimento de estudos, projectos, definição de normas e coordenação de empreitadas de estruturas hidráulicas de aproveitamento hidroagrícolas e demais obras associadas à distribuição de água para rega. Assegura ainda a coordenação nacional do gasóleo colorido e o funcionamento da actividade de Mecanização Agrária.

CÓDIGO	ACTIVIDADES	DIRECÇÃO DE SERVIÇO / UNIDADE FLEXÍVEL
III	Coordenação das áreas de Infra-estruturas Hidráulicas, Engenharia Agro-Rural e Mecanização e Apoio a Projectos	DSHEAR
III.1	Promover/acompanhar Estudos e Projectos de estruturas hidráulicas e controlar a segurança das barragens	DSHEAR/DIH
III.2	Promover/acompanhar Estudos e Projectos de redes de rega, drenagem e caminhos (novos ou de reabilitação/modernização)	DSHEAR/DIH/EMAP
III.3	Promover os trabalhos topográficos e a recolha e preparação de elementos cartográficos e cadastrais	DSHEAR/DIH/DEAR
III.4	Coordenar os trabalhos das empreitadas da responsabilidade da Direcção-Geral e assegurar a respectiva fiscalização	DSHEAR/DEAR
III.5	Promover a execução das acções de expropriação e indemnização decorrentes das obras de responsabilidade da Direcção-Geral	DSHEAR/DEAR
III.6	Assegurar a coordenação nacional do gasóleo colorido e marcado	DSHEAR/EMAP
III.7	Proceder à homologação de tractores e realizar estudos sobre máquinas agrícolas e florestais	DSHEAR/EMAP

OBJECTIVOS				META 2010		CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO / TAXA REALIZADA		DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
OE	Melhorar a qualificação do Recursos Humanos / Desenvolver novas competências										
OO 1	Assegurar a formação de trabalhadores da Direcção de Serviços					580%		480%		III	
Indicador 1	Nº de trabalhadores a participar em cursos	Peso: 100%	5	S	6	29		480%			
				A	5						
				NA	4						
						Resultado da Acção					
Iniciativas / Acções	Participar em curso sobre o "Código dos Contratos Públicos" (Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro)					Realizado					
	Participar em cursos sobre "Segurança de Barragens"					Realizado					
	Participar em cursos “Introdução ao Arquivo e Documentos Digitais”					Realizado					
	Participar em cursos de “Gestão de Bases de Dados”					Realizado					

OBJECTIVOS				META 2010		CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO / TAXA REALIZADA		DESVIO		CÓDIGO / ACTIVIDADE				
				Participar em cursos de “AutoCAD Civil 2010”				Realizado								
OE				Reduzir os circuitos processuais												
OO 1				Melhorar o circuito de documentos e informação				123%		23%		III				
Indicador 1		N.º de utilizadores de um sistema de registo documental / n.º total de trabalhadores * 100		Peso: 33%	50%	S	60%	70%	17%							
						A	50%									
						NA	<50%									
Indicador 2		N.º de dias, para envio para publicitação no sítio da DGADR, após conhecimento da informação relativa a concursos públicos		Peso: 34%	5	S	2	2	50%							
						A	5									
						NA	>5									
Indicador 4		N.º de novos materiais didácticos constantes do Plano Anual, disponibilizados no portal		Peso: 33%	2	S	4	2	0%							
						A	2									
						NA	<2									
								Resultado da Acção								
Iniciativas / Acções		Assegurar a actualização da informação referente aos concursos públicos no sítio da DGADR						Realizado								
		Disponibilizar informação via Internet no Portal ForMaAgri						Realizado								
Indicador 3 Retirado		<input checked="" type="checkbox"/> N.º de respostas positivas, no âmbito técnico, num inquérito aos stakeholders na Direcção de Serviços		Motivo		Não houve inquérito no âmbito da Direcção de Serviços pois passou a ser de âmbito geral.				Data		31/12/2010				
OE				Melhorar a Competitividade e Sustentabilidade do Sector Agrícola e dos Territórios Rurais												
OO 1				Aumentar a área de regadio colectiva pública				100,02%		0,2%		III.3/ III.4 /III.5				
Indicador 1		Nº de hectares de regadio em obra		Peso: 100%	5660	S	>5660	5661	0,2%							
						A	5660									
						NA	<5660									
								Resultado da Acção								
Iniciativas / Acções		Abertura de procedimentos pré-contratuais, ao abrigo do Código dos Contratos Públicos						Realizado								
		Integrar júris de procedimentos para a formação de contratos						Realizado								
		Realizar as adjudicações das empreitadas						Realizado								
		Elaborar os contratos						Realizado								
		Assegurar o início da obra, através da sua consignação						Realizado								
OO 2				Acompanhar os projectos do EFMA, promovidos pela EDIA				111%					11%		III.1	
Indicador 1		N.º de dias para elaboração de parecer técnico aos documentos produzidos		Peso: 75%	33	S	20	19	10%							
						A	33									
						NA	>33									

OBJECTIVOS			META 2010	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO / TAXA REALIZADA	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
Indicador 2	N.º de dias para elaboração de parecer técnico para aprovação superior	Peso:	22	S	15	14	13%	
		25%		A	22			
		NA		>22				
						Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Acompanhamento técnico dos Projectos de execução em desenvolvimento ou a serem lançados					Realizado		
	Assegurar o suporte à aprovação dos perímetros hidroagrícolas por parte do MADRP, no âmbito do estabelecido na legislação de fomento hidroagrícola					Realizado		
OO 3	Garantir a segurança das barragens					—	—	III.1
Objectivo Retirado	<input checked="" type="checkbox"/>	Motivo	Não houve lugar às iniciativas do LNEC com vista à produção dos relatórios				Data	31/12/2010
OO 4	Supervisionar e controlar o bom funcionamento das Centrais Hidroeléctricas e Estações Elevatórias					100%	0%	III.1
Indicador 1	N.º de vistorias regulamentares	Peso:	Até 3 / Unidade	S	≥4	3	0%	
		40%		A	3			
		NA		<3				
Indicador 2	Nº de dias para proposta de medidas correctivas	Peso:	10 dias úteis	S	5	10	0%	
		60%		A	10			
		NA		<10				
						Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Assegurar o cumprimento dos planos de manutenção das CH e EE tuteladas pela DGADR					Realizado		
	Promover acções de manutenção correctiva					Realizado		
OO 5	Assegurar a disponibilidade dos terrenos onde serão efectuadas as diversas obras					299%	199%	III.5
Indicador 1	N.º de acordos celebrados	Peso:	20	S	>20	100	400%	
		30%		A	20			
		NA		<20				
Indicador 2	N.º de indemnizações	Peso:	200	S	>200	302	51%	
		30%		A	200			
		NA		<200				
Indicador 3	N.º de processos instruídos e n.º de expropriações	Peso:	10	S	>10	26	160%	
		40%		A	10			
		NA		<10				
						Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Celebrar acordos com os proprietários ou rendeiros					Realizado		
	Desenvolver o processo de indemnizações aos proprietários ou rendeiros					Realizado		
	Realizar expropriações					Realizado		

OBJECTIVOS				META 2010	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO / TAXA REALIZADA	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE	
OO 6	Assegurar o funcionamento de toda a actividade de Mecanização Agrária					222%	122%	III.7	
Indicador 1	N.º de aprovações de novos modelos de tractores	Peso:	200	S	300	1544	416%		
		30%		A	200				
		30%		NA	<200				
Indicador 2	N.º de tractores inspecionados / ensaiados	Peso:	60	S	80	96	22%		
		30%		A	60				
		30%		NA	<60				
Indicador 3	% de normas inscritas no Plano Anual	Peso:	80%	S	100%	100%	1%		
		20%		A	80%				
		20%		NA	<80%				
Indicador 4	N.º de pareceres relativos à regulamentação no âmbito das máquinas de aplicação de pesticidas agrícolas	Peso:	10	S	15	10	0%		
		10%		A	10				
		10%		NA	<10				
Indicador 5	Frequência de actualizações da Tabela de Encargos	Peso:	31-Dez	S	15-Nov	0	-100%		
		10%		A	31-Dez				
		10%		NA	>31-Dez				
						Resultado da Acção			
Iniciativas / Acções	Aprovar novos modelos de tractores agrícolas e florestais de rodas tendo em vista a sua homologação no âmbito do protocolo com o IMTT					Realizado			
	Proceder à inspecção/ensaio de tractores agrícolas usados importados para atribuição de matrícula					Realizado			
	Assegurar o cumprimento do normativo europeu, elaborando as versões nacionais de normas europeias					Realizado			
	Apoiar e emitir pareceres à regulamentação no âmbito das máquinas de aplicação de pesticidas agrícolas					Realizado			
	Elaborar/actualizar as "Tabelas de encargos com a utilização de máquinas agrícolas"					Não Realizado			
OO 7	Assegurar a Coordenação Nacional do Gasóleo colorido e marcado, no continente, e gasóleo com benefício fiscal, nos Açores					113%	13%	III.6	
Indicador 1	N.º de cartões de abastecimento emitidos	Peso:	12000	S	15000	8178	-32%		
		20%		A	12000				
		20%		NA	<12000				
Indicador 2	N.º de relações discriminadas das transacções registadas nos terminais POS	Peso:	250	S	300	300	0,3%		
		10%		A	250				
		10%		NA	<250				
Indicador 3	N.º de relações discriminadas de abastecimentos efectuados por cartão	Peso:	80	S	100	120	21%		
		10%		A	80				
		10%		NA	<80				

OBJECTIVOS			META 2010	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO / TAXA REALIZADA	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE	
Indicador 4	N.º de relatórios de controlos de consumos anómalos	Peso:	200	S	250	254	2%		
		20%		A	200				
				NA	<200				
Indicador 6	Prazo de disponibilização das estatísticas no sítio da DGADR - Continente	Peso:	60 dias	S	45	40	15%		
		10%		A	60				
				NA	>60				
Indicador 7	N.º de dias depois de disponibilizados os dados, para envio ao INE dos quadros elaborados de volumes de combustível	Peso:	5	S	2	2	10%		
		10%		A	5				
				NA	>5				
Indicador 8	N.º de dias depois de disponibilizados os dados para envio à Alfândega de Ponta Delgada dos quadros de relação de abastecimento de gasóleo com benefício	Peso:	5	S	2	2	10%		
		10%		A	5				
				NA	>5				
Indicador 9	N.º de dias depois de disponibilizados os dados para envio de listagens à DGAIEC	Peso:	5	S	2	2	10%		
		10%		A	5				
				NA	>5				
						Resultado da Acção			
	Colaborar com a DGAIEC e com as Alfândegas e Delegações Aduaneiras nas acções de controlo aos postos de abastecimento					Realizado			
	Controlar os consumos registados nos sectores agrícola e florestal em colaboração com as DRAP's					Realizado			
	Proceder ao tratamento de dados estatísticos relativos aos consumos de gasóleo					Realizado			
	Fornecer trimestralmente ao INE os volumes de gasóleo gastos no continente e nos Açores					Realizado			
	Disponibilização mensal à Alfândega de Ponta Delgada da relação dos abastecimentos de gasóleo com benefício fiscal, discriminados por ilha, por companhia distribuidora e por actividade					Realizado			
	Fornecer mensalmente à DGAIEC o volume total de gasóleo colorido e marcado consumido no continente, discriminado por companhia distribuidora e actividade.					Realizado			
OO 8	Participar em Comissões Técnicas e de Acompanhamento nacionais, europeias e internacionais					100%	0%	III.1 / III.7	
Indicador 1	% de participações em reuniões da OCDE e da EU	Peso:	80%	S	100%	100%	1%		
		10%		A	80%				
				NA	<80%				
Indicador 2	Prazo para apresentação do relatório anual sobre normalização	Peso:	5 dias úteis	S	3	5	0%		
		15%		A	5				
				NA	<5				

OBJECTIVOS			META 2010	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO / TAXA REALIZADA	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE	
Indicador 3	Prazo de elaboração das actas das reuniões da CCMA	Peso:	1 mês	S	2 semanas	1 mês	0%		
		15%		A	1 mês				
				NA	<1 mês				
Indicador 4	Manutenção do estatuto de ONS e cumprimento do plano de normalização anual	Peso:	6 normas	S	10	6	0%		
		15%		A	6				
				NA	< 6				
Indicador 5	N.º de dias para elaboração de pareceres a serem incorporados nas DIA's	Peso:	22 dias úteis	S	15	<22	0%		
		15%		A	22				
				NA	<22				
Indicador 6	% de Participações em reuniões da Comissão de Segurança de Barragens	Peso:	80%	S	100%	100%	1%		
		15%		A	80%				
				NA	<80%				
Indicador 8	% de Participações em conselhos de Região Hidrográfica, Conselho Nacional da Água e Convenção de Albufeiras (rios internacionais)	Peso:	80%	S	100%	100%	1%		
		15%		A	80%				
				NA	<80%				
						Resultado da Acção			
Iniciativas / Acções	Participar em reuniões internacionais no âmbito dos códigos de ensaios normalizados de tractores agrícolas e das respectivas estruturas de segurança					Realizado			
	Acompanhar a actividade de normalização europeia e internacional de tractores e máquinas agrícolas					Realizado			
	Apoiar a Comissão Consultiva de Mecanização Agrária					Realizado			
	Manter o estatuto de Organismo de Normalização Sectorial (ONS) para a área dos tractores agrícolas, no âmbito do protocolo de cooperação com o Instituto Português de Qualidade (IPQ)					Realizado			
	Participar na Comissão de Ambiente, promovida pela Agência de Ambiente para avaliar EIA's de projectos na vertente do regadio					Realizado			
	Participar nas Comissões no âmbito da Segurança de Barragens					Realizado			
	Participar nos Conselhos de Região Hidrográfica, Conselho Nacional de Água e Convenção de Albufeira (rios internacionais)					Realizado			
Indicador 7 Retirado	<input checked="" type="checkbox"/>	% de Participações em reuniões das Comissões de Revisão do PDM	Motivo	O objectivo não foi atingido devido ao facto das reuniões das Comissões de Revisão do PDM não se terem efectuado.			Data	31/12/2010	
OO 9	Acompanhar o programa PRODER					176%	76%	III / III.1 III.2 / III.4	
Indicador 1	N.º de projectos Novos Regadios	Peso:	3	S	4	3	0%		
		40%		A	3				
				NA	<3				

OBJECTIVOS			META 2010	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO / TAXA REALIZADA	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE	
Indicador 2	N.º de projectos de Reabilitação	Peso:	2	S	3	3	50%		
		20%		A	2				
		NA		<2					
Indicador 3	N.º de projectos para Segurança de Barragens	Peso:	5	S	10	29	222%		
		25%		A	5				
		NA		<5					
Indicador 4	N.º de projectos para Modernização	Peso:	1	S	2	1	0%		
		5%		A	1				
		NA		0					
Indicador 5	N.º de Projectos de Centrais Hidroeléctricas	Peso:	1	S	2	2	100%		
		10%		A	1				
		N A		0					
						Resultado da Acção			
Iniciativas / Acções	Assegurar o acompanhamento e execução dos projectos de financiamento à medida 1.6.1					Realizado			
	Assegurar o acompanhamento e execução dos projectos de financiamento à medida 1.6.3					Realizado			

ACTIVIDADES RELEVANTES NÃO PLANEADAS

DESCRIÇÃO	RESULTADO ALCANÇADO
<ul style="list-style-type: none"> Preparação dos processos relativos aos Contratos de Concessão no âmbito dos Títulos de Utilização de Recursos Hídricos com todas as Administrações de Região Hidrográfica, para todos os Aproveitamentos Hidroagrícolas do grupo II 	<ul style="list-style-type: none"> Assinatura do Contrato de Concessão para o Aproveitamento Hidroagrícola do Vale do Sorraia
<ul style="list-style-type: none"> Elaboração dos Contratos-programa para a modernização dos Aproveitamentos Hidroagrícolas 	<ul style="list-style-type: none"> Assinatura de 3 contratos
<ul style="list-style-type: none"> Participação em sessões públicas de divulgação e debate (congressos, conferências, encontros, etc.) através de apresentações orais e escritas 	<ul style="list-style-type: none"> III Congresso de Rega e Drenagem, COTR X Congresso da Água, APRH A Água na Defesa da Terra, Hidrenki Aumento da Eficiência de Transporte em Canais, COTR Planificação de Estações Elevatórias e Eficiência Energética, COTR O Uso da Água em Agricultura Face às Pressões Ambientais, Económicas e Sociais, INE Apresentação do Programa de Melhoria da Segurança de Barragens no Âmbito do PRODER – Acção 1.6.3 – Sustentabilidade dos Regadios Públicos Financiamento da União Europeia em Projectos de Investimento de Infra-estruturas, Associação de Desenvolvimento Rural da Lituânia

- Análise, no âmbito das Acções 1.6.3, de Modernização e Reabilitação dos Aproveitamentos Hidroagrícolas e 1.6.4, de Modernização dos Regadios Tradicionais, previstas no ProDeR, dos projectos de execução objecto de candidatura pelas Associações de Regantes e Beneficiários e outras entidades

- 30 Projectos de execução

IV - REGADIO E RECURSOS NATURAIS

DESCRIÇÃO DAS COMPETÊNCIAS

A Direcção de Serviços de Regadio e Recursos Naturais dispõe de duas unidades flexíveis.

A Divisão de Planeamento do Regadio e Solos tem como competências:

- Promover os estudos de diagnóstico e caracterização na área do planeamento do regadio e coordenação da promoção do Plano Nacional de Regadios;
- Elaborar e acompanhar os estudos agro-sócio-económicos integrados em projectos de âmbito hidroagrícola;
- Acompanhar as candidaturas da iniciativa da DGADR, no âmbito dos fundos comunitários;
- Avaliar e emitir pareceres sobre projectos de entidades públicas e privadas em sede de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) e acompanhar e promover medidas de minimização e compensação dos EIA's e de programas de gestão ambiental;
- Acompanhar a elaboração de Planos de Ordenamento do Território;
- Dar apoio técnico-administrativo ao órgão da Reserva Agrícola Nacional (RAN) – Entidade Nacional da Reserva Agrícola (ENRA);
- Promover e acompanhar a elaboração das cartas de solos e estudos de classificação das terras nas áreas envolvidas nos projectos hidroagrícolas;
- Gerir o património rústico a cargo da DGADR e regularizar a situação cadastral e patrimonial;
- Planear e acompanhar a execução das medidas de política de desenvolvimento rural e ambiente;
- Coordenar o processo de gestão da água nos AH's, assegurando a sua articulação com a gestão dos recursos hídricos nacionais, e propor medidas que conduzam a uma maior eficiência na utilização da água e das áreas beneficiadas;
- Promover a transferência e apoiar a gestão dos AH's para as entidades concessionárias, elaborando as propostas dos contratos de concessão, bem como promover a entrega de obras às DRAP's para proceder à sua transferência para as entidades gestoras;
- Promover a articulação e o apoio às pessoas colectivas públicas e privadas concessionárias das obras de AH e assegurar as ligações com outras entidades intervenientes nos aproveitamentos de fins múltiplos com componente hidroagrícola;
- Promover, em colaboração com as entidades competentes, a realização de estudos de caracterização dos recursos hídricos de superfície e subterrâneos susceptíveis de utilização na agricultura;
- Assegurar a recolha das variáveis meteorológicas da rede do MADRP tendo em vista o estudo e a avaliação das necessidades hídricas das diferentes culturas e implementação de um sistema de avisos de rega;
- Promover, em colaboração com as direcções regionais de agricultura e pescas, a correcta utilização dos correctivos orgânicos na agricultura e coordenar a implementação da directiva «Nitratos de origem agrícola»;
- Promover a monitorização e o controlo da qualidade da água destinada a fins agrícolas, propondo as necessárias medidas preventivas e de correcção;
- Colaborar com as entidades tutelares de cartografia, nacionais e internacionais, no desenvolvimento de cartografia temática, de ortofotografia e da estrutura de metadados, na implementação e desenvolvimento de métodos e sistemas;
- Assegurar a elaboração e divulgação das cartas temáticas da responsabilidade da DGADR e participar no Conselho Coordenador de Cartografia;

- Colaborar com a entidade que tutela as operações de cadastro geométrico da propriedade na elaboração das cartas cadastrais das zonas de emparcelamento e de beneficiação hidroagrícola.

CÓDIGO	ACTIVIDADES	DIRECÇÃO DE SERVIÇO / UNIDADE FLEXÍVEL
IV	Coordenação das áreas de Planeamento do Regadio e de Solos e da Qualidade da Água	DSRRN
IV.1	Planeamento do Regadio/Plano Nacional de Regadios	DSRRN/DPRS
IV.2	Agro-Sócio-Economia	DSRRN/DPRS
IV.3	Ambiente e Ordenamento	DSRRN/DPRS
IV.4	Solos e RAN	DSRRN/DPRS
IV.5	Apoio à Gestão dos Aproveitamentos Hidroagrícolas	DSRRN/DGRQA
IV.6	Sustentabilidade dos Recursos Naturais	DSRRN/DGRQA/DPRS
IV.7	Coordenação da produção, estruturação, organização e divulgação de cartografia temática em formato analógico e digital	DSRRN/DGRQA
IV.8	Hidrologia e Meteorologia e acompanhar e supervisionar tecnicamente os trabalhos de conservação e reabilitação das captações de águas subterrâneas	DSRRN/DGRQA

OBJECTIVOS				META 2010	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO / TAXA REALIZADA	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
OE	Optimizar a gestão financeira								
OO 1	Gerir a Herdade da Ribeira Abaixo						—	—	IV.3
Objectivo Retirado	<input checked="" type="checkbox"/>	Motivo	Hasta pública nº 1/06/DGADR lançada, ficou deserta. Por parecer da Autoridade Florestal Nacional (AFN) /Centro Nacional do Montado, foi suspensa a tiragem de cortiça, dadas as condições meteorológicas e o estado sanitário das árvores, conforme Inf. N.º 14/DSRRN/DPRS/2010 de 27/07/2010.					Data	31/12/2010
OE	Reduzir os circuitos processuais								
OO 1	Informatizar a RAN						100%	0%	IV.4
Indicador 1		Prazo de conclusão da elaboração do estudo prévio dos circuitos / levantamento da situação	Peso: 100%	30-Set	S	31-Ago	15-Set	0%	
					A	30-Set			
					NA	>30-Set			
							Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Início da implementação do sistema informático da RAN a nível nacional						Realizado parcialmente		
Indicador 2 Retirado	<input checked="" type="checkbox"/>	Prazo de lançamento do concurso		Motivo	Candidatura e processo de concurso anulados pelo Despacho do Ministro das Finanças de 28/09/2010, que suspende a execução do PIDDAC			Data	31/12/2010
OE	Aumentar o grau de satisfação do cliente								
OO 1	Gerir o Património afecto à Colonização Interna e Baldios Reservados						330%	230%	IV.3

OBJECTIVOS			META 2010	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO / TAXA REALIZADA	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
Indicador 1	N.º de alvarás emitidos, 2ªs vias e cancelamento de ónus	Peso:	10	S	>10	33	230%	
		100%		A	10			
				NA	<10			
						Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Emissão de alvarás de propriedade definitiva, 2ªs vias e cancelamento de ónus					Realizado		
OE	Melhorar a Competitividade e sustentabilidade do Sector Agrícola e dos Territórios Rurais							
OO 1	Assegurar o planeamento do regadio e a promoção do Plano Nacional de Regadios					100%	0%	IV.1
Indicador 1	Prazo de conclusão da elaboração da base de dados	Peso:	31-Dez	S	30-Nov	13-Dez	0%	
		15%		A	31-Dez			
				NA	>31-Dez			
Indicador 2	Prazo de apresentação do relatório preliminar do SIR - Sistema de Informação do Regadio	Peso:	31-Dez	S	30-Nov	20-Dez	0%	
		50%		A	31-Dez			
				NA	>31-Dez			
Indicador 3	Prazo de apresentação de estrutura de base para a execução de um Plano de Regadios Públicos	Peso:	31-Dez	S	30-Nov	30-Dez	0%	
		35%		A	31-Dez			
				NA	>31-Dez			
						Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Conclusão da consolidação da base de dados dos regadios tradicionais					Realizado		
	Continuação dos estudos de caracterização e preparação da base metodológica, no âmbito do Plano Nacional de Regadios					Realizado		
	Promoção de base de dados (Sistema de Informação do Regadio - SIR) e consolidação da informação sobre os regadios em exploração e dos regadios potenciais de iniciativa estatal, no âmbito do Plano Nacional de Regadios					Realizado		
OO 2	Assegurar a análise da componente agro-sócio-económica dos projectos de regadio					203%	103%	IV.2
Indicador 1	N.º de estudos acompanhados	Peso:	4	S	>4	5	25%	
		30%		A	4			
				NA	<4			
Indicador 2	N.º de EIA's analisados	Peso:	4	S	>4	6	50%	
		30%		A	4			
				NA	<4			
Indicador 3	N.º de candidaturas PRODER preparadas	Peso:	1	S	>1	3	200%	
		40%		A	1			
				NA	<1			
						Resultado da Acção		

OBJECTIVOS				META 2010	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO / TAXA REALIZADA	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE	
Iniciativas / Acções	Acompanhamento de estudos de viabilidade agroeconómica e ambiental, associados a novos projectos de rega no âmbito do EFMA					Realizado			
	Avaliação dos descritores da sócio-economia e agrossistemas no âmbito dos procedimentos de AIA do EFMA					Realizado			
	Preparação dos estudos agro-económicos no âmbito das candidaturas PRODER					Realizado			
OO 3	Acompanhar a sustentabilidade das entidades gestoras do regadio					—	—	IV.1	
Objectivo Retirado	<input checked="" type="checkbox"/>	Motivo	Objectivo reorientado por orientação superior, operacionalização da Rede Rural Nacional				para reforço na	Data	31/12/2010
OO 4	Coordenar as candidaturas aos fundos comunitários na área do regadio					240%	140%	IV.1	
Indicador 1	N.º de candidaturas instruídas	Peso:	1	S	>1	3	200%		
		50%		A	1				
				NA	<1				
Indicador 2	N.º de pontos de situação elaborados	Peso:	3	S	>3	7	133%		
		25%		A	3				
				NA	<3				
Indicador 3	Taxa de controlos realizados / candidaturas efectuadas	Peso:	80%	S	>80%	100%	25%		
		25%		A	80%				
				NA	<80%				
						Resultado da Acção			
Iniciativas / Acções	Assegurar a coordenação da instrução das candidaturas da responsabilidade da DGADR no âmbito do PRODER					Realizado			
	Assegurar o apoio à execução das candidaturas aos fundos comunitários do PRODER					Realizado			
	Assegurar a contrapartida ao controlo administrativo às candidaturas PRODER					Realizado			
OO 5	Compatibilizar os interesses do sector agrícola com outros interesses sectoriais em processos de AIA de infra-estruturas de interesse público e privado e obras hidroagrícolas					325%	225%	IV.3	
Indicador 1	N.º de EIA's ou RECAPE acompanhados	Peso:	7	S	>7	8	14%		
		30%		A	7				
				NA	<7				
Indicador 2	N.º de pareceres emitidos	Peso:	40	S	>40	166	315%		
		70%		A	40				
				NA	<40				
						Resultado da Acção			
Iniciativas / Acções	Acompanhamento dos EIA's ou RECAPE dos projectos do EFMA					Realizado			
	Acompanhamento de EIA's de projectos de regadio ou outros da responsabilidade da DGADR					Realizado			
	Apoio no acompanhamento de EIA's de projectos na área do regadio da responsabilidade das DRAP's					Realizado			

OBJECTIVOS			META 2010	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO / TAXA REALIZADA	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE	
	Análise e emissão de pareceres de outros EIA's, em sede de infra-estruturas de utilidade pública					Realizado			
OO 6	Assegurar a representação da DGADR e/ou do MADRP em Grupos de Trabalho e Comissões na área do ambiente e dos recursos naturais					198%	98%	IV.3	
Indicador 1	N.º de processos apreciados pela CNREN (por solicitação)	Peso:	10	S	>10	28	180%		
		20%		A	10				
		NA		<10					
Indicador 2	N.º de pareceres, memorandos e relatórios técnicos elaborados	Peso:	14	S	>14	34	143%		
		40%		A	14				
		NA		<14					
Indicador 3	N.º de estudos acompanhados	Peso:	8	S	>8	9	13%		
		40%		A	8				
		NA		<8					
						Resultado da Acção			
Iniciativas / Acções	Assegurar a participação da DGADR na elaboração dos balanços anuais sobre o estado do ambiente e dos recursos naturais em Portugal					Realizado			
	Acompanhamento da Elaboração dos Planos de Gestão das Administrações das Regiões Hidrográficas (ARH)					Realizado			
	Participação na realização e/ou acompanhamento de estudos estratégicos na área do consumo da água e regadio					Realizado			
	Representação da DGADR na Comissão de Planeamento de Emergência da Agricultura (CPEA)					Realizado			
	Representação da DGADR na Comissão Nacional de Coordenação do Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação (PANCD)					Realizado			
	Participação da DGADR na área da Directiva Quadro para a protecção do solo					Realizado			
	Representação da DGADR no Projecto Solo e Sedimentos – Programa Nacional de Acção de Ambiente e Saúde					Realizado			
	Representação da DGADR no Grupo de Trabalho do Olival (GTO)					Realizado			
	Representação na Comissão Nacional para as Zonas Húmidas (CNZH)					Realizado			
OO 7	Acompanhar a elaboração de Planos de Ordenamento do Território					107%	7%	IV.3	
Indicador 1	N.º de planos analisados	Peso:	50	S	>50	53	6%		
		50%		A	50				
		NA		<50					
Indicador 2	N.º de pareceres emitidos	Peso:	100	S	>100	114	14%		
		30%		A	100				
		NA		<100					
Indicador 3	Prazo de apresentação do manual do Grupo de Trabalho dos PDM's	Peso:	31-Mar	S	28-Fev	19-Mar	0%		
		20%		A	31-Mar				

OBJECTIVOS				META 2010		CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO / TAXA REALIZADA		DESVIO		CÓDIGO / ACTIVIDADE		
				NA	>31-Mar									
								Resultado da Acção						
Iniciativas / Acções	Acompanhamento da elaboração e/ou alteração de planos de ordenamento (PEOT, PMOT e PROT), pela integração nas Comissões de Acompanhamento (CA)							Realizado						
	Análise e emissão de parecer nas diversas fases de elaboração e na aprovação/ratificação de Instrumentos de Gestão Territorial (IGT)							Realizado						
	Representação do MADRP e da DGADR na CA da revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudeste Alentejano e Costa Vicentina, garantindo a integração do Programa Sectorial Agrícola do A.H. do Mira e a representação dos restantes serviços do MADRP relativos à Agricultura, Florestas e Pescas							Realizado						
	Apresentação do manual do Grupo de Trabalho dos PDM's à tutela							Realizado						
	Análise de projectos de diplomas legais por solicitação de S. Ex.ª o MADRP/SEDRF na área do ordenamento do território							Realizado						
	Análise de Planos de Pormenor, Planos de Urbanizações e construções em espaço rural, no âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE)							Realizado						
OO 8		Promover a elaboração de estudos de solos e de cartografia interpretativa							219%		19%		IV.4	
Indicador 1	N.º de EIA's analisados	Peso:	4	S	>4	6	50%							
		30%		A	4									
				NA	<4									
Indicador 2	N.º de pareceres emitidos	Peso:	6	S	>6	27	350%							
		30%		A	6									
				NA	<6									
Indicador 3	N.º de relatórios produzidos	Peso:	10	S	>10	6	-40%							
		30%		A	10									
				NA	<10									
Indicador 4	N.º de cartas de capacidade de uso revistas	Peso:	10	S	>10	21	110%							
		10%		A	10									
				NA	<10									
								Resultado da Acção						
Iniciativas / Acções	Análise do descritor solo, no âmbito dos EIA's dos Blocos de Rega do EFMA							Realizado						
	Emissão de pareceres na área dos solos, no âmbito de infra-estruturas em espaço rural							Realizado						
	Levantamento das principais classes de solos nos regadios em exploração e potenciais e realização de estudos de solos no âmbito das candidaturas PRODER							Realizado Parcialmente						
	Acompanhamento e revisão da conversão em digital de cartas de capacidade de uso							Realizado						

OBJECTIVOS				META 2010	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO / TAXA REALIZADA	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
				Promover e acompanhar a execução das cartas de capacidade de uso a sul do rio Douro (escala 1:25.000) e efectuar a revisão final das ligações entre as cartas de solos 1:25.000 de Entre Tejo e Douro			Realizado		
OO 9	Presidir à Entidade Nacional da RAN					51%	-49%	IV.4	
Indicador 1	N.º de processos instruídos	Peso: 70%	200	S	>200	95	-53%		
				A	200				
				NA	<200				
Indicador 2	N.º de processos deliberados	Peso: 30%	150	S	>150	87	-42%		
				A	150				
				NA	<150				
						Resultado da Acção			
Iniciativas / Acções	Deliberação sobre recursos relativos aos actos administrativos das Entidades Regionais					Realizado Parcialmente			
	Apoio técnico, administrativo e jurídico à Entidade Nacional e assegurar a uniformidade de critérios de actuação nas Entidades Regionais					Realizado Parcialmente			
Justificação do Desvio	Os recursos entrados este ano foram consideravelmente inferiores aos anos anteriores, situação decorrente da nova legislação que simplificou os procedimentos. Foram decididos 100 % dos recursos entrados na ENRA								
OO 10	Apoiar a Gestão dos Aproveitamentos Hidroagrícolas					749%	649%	IV.5	
Indicador 1	Prazo de apresentação dos dados estatísticos de 2009	Peso: 15%	31-Dez	S	30-Nov	30-Nov	0,3%		
				A	31-Dez				
				NA	>31-Dez				
Indicador 2	N.º de processos de inutilização de solos instruídos e de exclusão instruídos	Peso: 40%	14	S	>14	243	1636%		
				A	14				
				NA	<14				
Indicador 3	N.º de dias para apresentação dos boletins mensais das reservas hídricas das albufeiras	Peso: 10%	6	S	<6	5	20%		
				A	6				
				NA	>6				
Indicador 4	N.º de minutas de contratos de concessão elaborados	Peso: 35%	5	S	>5	4	-20%		
				A	5				
				NA	<5				
						Resultado da Acção			
Iniciativas / Acções	Análise da evolução da área regada, nos AH do Grupo II e de outros dados estatísticos da gestão dos AH					Realizado			
	Análise dos processos de exclusão, inclusão e inutilização de prédios nos aproveitamentos hidroagrícolas do grupo II e III					Realizado			
	Acompanhamento e elaboração semanal dos boletins das reservas hídricas das albufeiras de fins hidroagrícolas e sua divulgação no site da DGADR					Realizado			
	Promover a recepção das infra-estruturas de AH e efectuar a sua transferência para entidades gestoras					Realizado			

OBJECTIVOS				META 2010	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO / TAXA REALIZADA	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE	
OO 11	Promover com as DRAP a correcta utilização de lamas na agricultura					423%	323%	IV.6	
Indicador 1	N.º de acções de aconselhamento relativo à valorização agrícola de lamas	Peso: 30%	5	S	>5	10	100%		
				A	5				
				NA	<5				
Indicador 2	Prazo para apresentação das acções de formação no âmbito do Dec.-Lei n.º 276/2009	Peso: 30%	31-Mai	S	30-Abr	31-Mai	0%		
				A	31-Mai				
				NA	>31-Mai				
Indicador 3	N.º de creditações para técnicos responsáveis em valorização agrícola de lamas	Peso: 40%	3	S	>3	25	733%		
				A	3				
				NA	<3				
						Resultado da Acção			
Iniciativas / Acções	Colaborar em acções de formação, informação e divulgação dos procedimentos relativos à aplicação de lamas em solos agrícolas					Realizado			
	Elaborar conteúdos programáticos de formação nomeadamente para técnicos de acordo com o Dec-Lei n.º 276/2009					Realizado			
	Assegurar o perfil indicado dos técnicos acreditados em valorização agrícola de lamas					Realizado			
OO 12	Coordenar a nível do MADRP a implementação da directiva "Nitratos"					159%	59%	IV.6	
Indicador 1	Publicação de novas zonas vulneráveis	Peso: 40%	1-Jul	S	30-Jun	16-Mar	143%		
				A	31-Jul				
				NA	>31-Jul				
Indicador 2	Prazo de apresentação do projecto preliminar de Programa de Acção para as novas zonas vulneráveis aos nitratos	Peso: 60%	31-Dez	S	30-Nov	18-Nov	4%		
				A	31-Dez				
				NA	>31-Dez				
						Resultado da Acção			
Iniciativas / Acções	Assegurar a colaboração com o INAG I.P. na identificação de novas zonas vulneráveis					Realizado			
	Assegurar a coordenação da instrução das obrigações decorrentes do Dec.-Lei n.º 235/97					Realizado			
OO 13	Coordenar a elaboração e venda de cartas temáticas de base topográfica da responsabilidade da DGADR, em formato digital					576%	476%	IV.7	
Indicador 1	N.º de Cartas de Solos e Capacidade de Uso Digitalizadas	Peso: 50%	6	S	>6	45	650%		
				A	6				
				NA	<6				
Indicador 2	N.º de cartas de Solos e de Capacidade de Uso Vendidas	Peso: 25%	200	S	>200	258	29%		
				A	200				
				NA	<200				
Indicador 3	N.º de cartas cedidas	Peso:	50	S	>50	337	574%		

OBJECTIVOS			META 2010	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO / TAXA REALIZADA	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
		25%		A	50			
				NA	<50			
						Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Conversão analógico-digital de cartas temáticas					Realizado		
	Comercialização de Cartas de Solos e de Capacidade de Uso à escala 1:25.000, em formato digital					Realizado		
	Comercialização e cedência de informação cartográfica da DGADR em formato digital					Realizado		
OO 14	Coordenar a elaboração e venda das cartas de solos e de capacidade de uso da responsabilidade da DGADR, em formato analógico					224%	124%	IV.7
Indicador 1	N.º de cartas foto restituídas	Peso:	10	S	>10	0	-100%	
		30%		A	10			
				NA	<10			
Indicador 2	N.º de cartas comercializadas	Peso:	600	S	>600	396	-34%	
				A	600			
		—		NA	<600			
Indicador 3	N.º de cartas elaboradas em papel vegetal	Peso:	5	S	>5	16	220%	
		70%		A	5			
				NA	<5			
						Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Foto restituição de cartas de solos em pantógrafo óptico					Não Realizado		
	Desenho manual das cartas de solos foto restituídas e introdução de siglas					Parcialmente Realizado		
	Comercialização de Cartas de solos e de capacidade de uso à escala 1:25.000					Realizado		
	Cedência de informação cartográfica para instrução de processos da CRRAN					—		
	Elaboração de cartas e papel vegetal de capacidade de uso de solos à escala 1:100.000					—		
OO 15	Assegurar a representação da DGADR e/ou do MADRP em Grupos de Trabalho e Comissões na área dos recursos naturais					169%	69%	IV.6
Indicador 1	N.º de reuniões nacionais e internacionais	Peso:	10	S	>10	20	100%	
		20%		A	10			
				NA	<10			
Indicador 2	N.º de pareceres, memorandos e relatórios técnicos elaborados	Peso:	14	S	>14	24	71%	
		40%		A	14			
				NA	<14			
Indicador 3	N.º de documentos analisados	Peso:	8	S	>8	12	50%	
		40%		A	8			

OBJECTIVOS				META 2010		CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO / TAXA REALIZADA		DESVIO		CÓDIGO / ACTIVIDADE			
				NA	<8										
								Resultado da Acção							
Iniciativas / Acções	Representação do MADRP no Comité Nitratos							Realizado							
	Representação da DGADR nos Conselhos das Regiões Hidrográficas das ARH							Realizado							
	Representação da DGADR no Conselho Coordenador de Cartografia							Realizado							
	Representação da DGADR no Grupo de Trabalho sobre Regime de Caudais, Secas e Situações de Emergência							Realizado							
	Participação na CTA da revisão dos PDM's							Realizado							
	Colaboração na emissão de pareceres a Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), nomeadamente PDM, PP e PU							Realizado							
	Representação da DGADR na Comissão Sectorial para a Água (CS/04) do Conselho Nacional de Qualidade							Realizado							
OO 16	Implementar os procedimentos no quadro da directiva INSPIRE							150%		50%		IV.7			
Indicador 1	N.º de fichas de metadados elaborados	Peso:	30	S	>30	30	0%								
		50%		A	30										
				NA	<30										
Indicador 2	N.º de temas abordados	Peso:	2	S	>2	4	100%								
		50%		A	2										
				NA	<2										
										Resultado da Acção					
Iniciativas / Acções	Estruturação da organização da informação relacionada com os procedimentos da iniciativa INSPIRE no âmbito do anexo III									Realizado					
	Implementação da infra-estrutura de metadados, de acordo com a directiva INSPIRE									Realizado					
OO 17	Avaliar os recursos hídricos superficiais e subterrâneos							101%		1%		IV.8			
Indicador 1	Taxa de Projectos analisados / Projectos solicitados	Peso:	90%	S	100%	100%	1%								
		50%		A	90%										
				NA	<90%										
Indicador 2	Taxa de captações avaliadas / captações solicitadas	Peso:	90%	S	100%	100%	1%								
		50%		A	90%										
				NA	<90%										
										Resultado da Acção					
Iniciativas / Acções	Emissão de pareceres no âmbito dos recursos hídricos									Parcialmente Realizado					
	Apoiar o acompanhamento de estudos de viabilidade e projectos de execução									Parcialmente Realizado					
	Projectos de captação de águas subterrâneas							Não Realizado							
	Avaliação do estado de conservação de captações							Não Realizado							

OBJECTIVOS			META 2010	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO / TAXA REALIZADA	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE	
OO 18	Avaliar as necessidades de água para rega					108%	8%	IV.8	
Indicador 1	N.º de dias após a recepção dos dados meteorológicos	Peso:	6	S	<6	5	20%		
		40%		A	6				
		NA		>6					
Indicador 2	Prazo de apresentação do projecto de modelo de divulgação	Peso:	30-Dez	S	30-Nov	30-Nov	0,3%		
		60%		A	30-Dez				
		NA		>30-Dez					
						Resultado da Acção			
Iniciativas / Acções	Acompanhamento decendial das necessidades hídrica de algumas culturas para divulgação na internet					Realizado parcialmente			
	Colaborar na divulgação das necessidades hídricas das culturas tendo em vista a implantação de um sistema de avisos de rega					Realizado parcialmente			
OO 19	Promover a Gestão das Associações de Beneficiários nomeadamente Aldeia da Luz e Macedo de Cavaleiros					100%	0%	IV.5	
Indicador 1	Elaboração de contrato de prestação de serviços para gestão do perímetro	Peso:	31-Mar	S	28-Fev	31-Mar	0%		
		60%		A	31-Mar				
		NA		>31-Mar					
Indicador 2	N.º de pareceres emitidos	Peso:	40	S	>40	40	0%		
		40%		A	40				
		NA		<40					
						Resultado da Acção			
Iniciativas / Acções	Apoiar a gestão dos AH					Realizado			
	Participação na gestão do AH de Macedo de Cavaleiros com a Associação de Beneficiários					Realizado			

ACTIVIDADES RELEVANTES NÃO PLANEADAS

DESCRIÇÃO

- Representação da DGADR no Grupo de Trabalho das Alterações Climáticas
- Representação da DGADR no acompanhamento no Grupo de Trabalho para acompanhamento do Plano Sectorial da Rede Natura 2000
- Acompanhamento e representação nos Grupos de Trabalho para a Simplificação e Revisão Intercalar do ProDer

RESULTADO ALCANÇADO

- Análise da informação de base e estabelecimento de proposta de actuação
- Análise da informação de base e estabelecimento de proposta de actuação, nomeadamente as normas para a transposição de normas para os PDM's
- Produção de documento técnico com as propostas da DGADR para alteração e simplificação do ProDer

<ul style="list-style-type: none"> Representação da DGADR no Grupo de Trabalho “Plantação de Espécies Florestais em Solos da RAN” 	<ul style="list-style-type: none"> Produção de relatório de diagnóstico da situação e elaboração de documento preliminar a submeter a S. Ex^a o SEFDR
<ul style="list-style-type: none"> Representação da DGADR no Grupo de Trabalho para a Política Nacional de Arquitectura e da Paisagem 	<ul style="list-style-type: none"> Análise da informação de base e estabelecimento de proposta de actuação
<ul style="list-style-type: none"> Apresentação de 2 comunicações em Congressos e preparação e 4 comunicações 	<ul style="list-style-type: none"> Apresentação de comunicações no Congresso Nacional de Rega e Drenagem e no Seminário comemorativo dos 50 anos do INE. Preparação de apresentações para a representação da Direcção da DGADR em eventos oficiais.
<ul style="list-style-type: none"> Resposta ao Inquérito “Desertwatch” e elaboração de parecer sobre documento intercalar 	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração da resposta da DGADR ao Inquérito internacional Desertwatch, no âmbito do PANCD
<ul style="list-style-type: none"> Compilação da informação da DGADR para o SIDS – Sistema de Indicadores do Desenvolvimento Sustentável e Relatório do Estado do Ambiente 2010 	<ul style="list-style-type: none"> Compilação da resposta da DGADR para o SIDS e REA 2010, para integração em publicações
<ul style="list-style-type: none"> Representação da DGADR no Grupo de Trabalho do Regime do exercício da actividade pecuária (REAP) conforme Despacho n.º13174/2010, de 6 de Agosto. 	<ul style="list-style-type: none"> Análise de documentos técnicos, elaboração de pareceres e participação em 7 reuniões do GT
<ul style="list-style-type: none"> Representação da DGADR no Grupo de Trabalho do Ministério para a constituição e estabelecimento de objectivos, de métodos de trabalho para o Grupo de Trabalho Sectorial da Agricultura, Florestas e Pescas, no âmbito da ENAAC 	<ul style="list-style-type: none"> DGADR formulou propostas relativas aos temas e aos sub-grupos a constituir, aceites pela coordenação; Assegurou-se a representação das Confederações e Federações que representam a Agricultura, o Regadio e as fileiras agrícolas;
<ul style="list-style-type: none"> Representação da DGADR no Conselho Estratégico do Parque Natural de Sintra-Cascais 	<ul style="list-style-type: none"> Emissão de pareceres em Sede das reuniões do Conselho
<ul style="list-style-type: none"> Representação da DGADR na Comissão de Acompanhamento do Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Tejo 	<ul style="list-style-type: none"> Participação nas reuniões para elaboração do Plano de Gestão da RNET
<ul style="list-style-type: none"> Seleção de Candidaturas ao Programa da Rede Rural Nacional na Área de Intervenção 3 – “Observação do Mundo Rural e da Implementação das Políticas de Desenvolvimento Rural” e na Área de Intervenção 1 – “Capitalização da Experiência e do Conhecimento com vista a Transferir para os Agentes de Desenvolvimento Rural Boas Práticas e Novos Conhecimentos”. 	<ul style="list-style-type: none"> 8 candidaturas analisadas
<ul style="list-style-type: none"> Criação da Entidade Nacional de Solos (por determinação de S. Ex^a o SEFDR) 	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração dos documentos: <ul style="list-style-type: none"> - Conclusões da Jornada de protecção do solo; - Memorando de reflexão sobre o conhecimento e protecção do solo em Portugal; I - Informação ao SEFDR c/ proposta de criação de estrutura coordenadora para os solos. Organização da Comissão Organizadora da ENS e elaboração de proposta de estatutos, incluindo DGADR, INRB, AFN e universidades

<ul style="list-style-type: none"> Revisão da delimitação das Zonas Desfavorecidas Intermédias em função das limitações do solo 	<ul style="list-style-type: none"> Reuniões de trabalho com o GPP e o INRB Elaboração de Memorando com proposta de aplicação de critérios à Zona Interior Centro Resposta a 2 questionários (1:1.000.000 e 1:100.000) da COM Relatório com 2ª revisão na Região Interior Centro (1:100.000) em função de aplicação das normas da FAO para descrição de perfis de solos, a pedido da COM. Produção de Quadros (carta do continente 1:1.000.000 e da RIC 1:100.000) Produção de 14 cartas temáticas (com revisão posterior de 3 à escala 1:100.000) - em colaboração com DGRQA
<ul style="list-style-type: none"> Representação da DGADR no Grupo de Trabalho Sectorial da Agricultura, Florestas e Pescas, no âmbito da ENAAC 	<ul style="list-style-type: none"> A DGADR nomeada responsável pela coordenação de dois sub-grupos temáticos, sendo um deles a "Disponibilidade e qualidade da Água para as actividades agrícolas e florestais, para os quais apresentou proposta de actuação
<ul style="list-style-type: none"> Grupo de Trabalho " Plantação de espécies florestais em solos da RAN" 	<ul style="list-style-type: none"> Participação em representação da DGADR no Grupo de Trabalho nomeado por S. Ex.ª o SEFDR Elaboração de Relatório técnico com a posição da DGADR Participação no relatório final
<ul style="list-style-type: none"> Projecto REMDA – Olival da Acção 4.2.2 "Redes Temáticas de Divulgação de Informação" 	<ul style="list-style-type: none"> Controle documental à candidatura Proder à Acção 4.2.2. Preparação de trabalho de campo
<ul style="list-style-type: none"> Representação da DGADR como entidade certificadora dos investimentos relacionados com a acção 7.1 da EN para os Programas Operacionais de Organizações de Produtores de Frutas e Produtos Hortícolas 	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração do formulário para o procedimento transitório do procedimento operativo da Acção 7.1 - Poupança de água através da reconversão ou modernização de sistemas de rega. 20 candidaturas analisadas
<ul style="list-style-type: none"> Candidatura ao ProRede Rural Nacional – Área de Intervenção 1 – Capitalização da Experiência e do Conhecimento 	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração e apresentação da Candidatura "Boas práticas agrícolas para uso sustentado dos efluentes pecuários"
<ul style="list-style-type: none"> Apresentação de sessões de esclarecimento no âmbito da condicionalidade para a directiva "Nitratos, Decreto-Lei n.º276/2009, de 2 de Outubro de 2009 (Valorização Agrícola de Lamas) e Protecção das águas subterrâneas 	<ul style="list-style-type: none"> Apresentação de comunicações na CAP e Associações de agricultores
<ul style="list-style-type: none"> Apresentação de 2 comunicações em Congressos 	<ul style="list-style-type: none"> Apresentação de comunicações no III Congresso Nacional de Rega e Drenagem e no I Congresso Nacional da Batata

V – PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS E SANIDADE VEGETAL

CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO

- Homologação dos produtos fitofarmacêuticos e de produtos biocidas preservadores de madeira no território nacional, tendo por base a avaliação comunitária das substâncias activas e a avaliação do comportamento biológico, da exposição do aplicador, técnicas de aplicação e impacte nos ecossistemas agrícolas a nível nacional para definição das boas práticas agrícolas dos produtos e garantir a segurança para o consumidor, aplicador e ambiente.
- Contribuir para a redução do risco dos produtos fitofarmacêuticos através de implementação de medidas no âmbito de um uso sustentado em todas as actividades, incluindo a distribuição, armazenamento, venda e sua aplicação e favorecer a implementação de modos de produção agrícolas com menor dependência do uso de produtos fitofarmacêuticos, nomeadamente agricultura biológica e produção integrada e assegurar a generalização no País do aconselhamento técnico relativo à aplicação dos produtos fitofarmacêuticos através do Serviço Nacional de Avisos Agrícolas.

CÓDIGO	ACTIVIDADES	DIRECÇÃO DE SERVIÇO / UNIDADE FLEXÍVEL
V	Coordenação das áreas de Homologação e Avaliação Toxicológica, Ecotoxicológica, Ambiental e da Identidade dos Produtos Fitofarmacêuticos e de Avaliação Biológica e de Sanidade Vegetal	DSPFSV
V.1	Promover e implementar actividades técnicas e administrativas relativas à colocação de produtos fitofarmacêuticos (PF) e de produtos biocidas preservadores de madeira (PM) no mercado nacional e controlo do seu uso, decorrentes da legislação em vigor	DSPFSV/DHATEAIPF
V.2	Assegurar a ligação, no âmbito da legislação comunitária e nacional relativa à colocação de PF e PPM no mercado, com as Autoridades competentes dos Estados Membros, instituições nacionais e comunitárias	DSPFSV/DHATEAIPF
V.3	Preparar e/ou promover a elaboração de legislação nacional e comunitária relativa a PF e PM	DSPFSV/DHATEAIPF
V.4	Promover e implementar o controlo físico e químico de PF e PM e coordenar o programa nacional de controlo de resíduos de pesticidas de origem vegetal	DSPFSV/DHATEAIPF
V.5	Promover e coordenar a avaliação da eficácia, em sentido lato e estrito, no âmbito da homologação de produtos fitofarmacêuticos (PF) e de produtos biocidas preservadores de madeira (PM) com vista à concessão de autorizações de venda desses produtos	DSPFSV/DABSV
V.6	Promover e proceder às actividades de experimentação necessárias para o estudo das características dos produtos fitofarmacêuticos nas áreas do comportamento biológico	DSPFSV/DABSV
V.7	Promover e coordenar as actividades técnicas inerentes à implementação de modos de produção ambientalmente sustentados, nomeadamente modo de produção biológico, protecção e produção integradas	DSPFSV/DABSV

Coordenar e garantir o funcionamento e actualidade do Serviço Nacional de Avisos Agrícolas (SNAA), nomeadamente no estabelecimento de meios de luta e métodos de previsão e evolução de organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais

OBJECTIVOS				META 2010	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO / TAXA REALIZADA	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE	
OE	Melhorar a qualificação do Recursos Humanos / Desenvolver novas competências									
OO 1	Promover a aquisição de novas competências e actualização de competências já adquiridas					100%	0%	V / V.1 V.5 / V.6		
Indicador 1	Taxa de participação em acções de formação / coaching internas	Peso: 40%	50%	S	>50%	50%	0%			
				A	50%					
				NA	<50%					
Indicador 2	Taxa de inscrição em acções de formação/ coaching	Peso: 60%	50%	S	>50%	50%	0%			
				A	50%					
				NA	<50%					
						Resultado da Acção				
Iniciativas / Acções	Identificação das necessidades de formação					Realizado				
	Promoção da participação dos técnicos em acções de formação / coaching					Realizado				
	Promoção de participação dos técnicos em parcerias					Realizado				
OO 2	Promover a formação específica contínua de técnicos superiores a afectar à Unidade Orgânica					200%	100%	V / V.1 / V.4		
Indicador 1	Grau de autonomia no desempenho das competências específicas adquiridas	Peso: 100%	30%	S	>30%	60%	100%			
				A	30%					
				NA	<30%					
						Resultado da Acção				
Iniciativas / Acções	Testar equipamentos de análise					Realizado				
	Elaborar procedimentos analíticos					Realizado				
	Avaliação toxicológica de produtos fitofarmacêuticos					Realizado				
OE	Assegurar a formação dos clientes, criando competências									
OO 1	Organizar fóruns de discussão para os vários stakeholders em áreas estratégicas de intervenção da DSPFSV					338%	238%	V / V.1 V.4 / V.6		
Indicador 1	N.º de temáticas propostas	Peso: 25%	2	S	>2	4	100%			
				A	2					
				NA	<2					
Indicador 2	N.º de fóruns propostos	Peso: 25%	2	S	>2	3	50%			
				A	2					
				NA	<2					
Indicador 3	N.º de reuniões técnicas	Peso:	8	S	>8	40	400%			

OBJECTIVOS			META 2010	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO / TAXA REALIZADA	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
	com os utentes	50%		A	8			
				NA	<8			
						Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Identificação das temáticas de interesse para o uso sustentável de produtos fitofarmacêuticos					Realizado		
	Promoção da organização de fóruns de discussão das temáticas consideradas relevantes					Realizado		
	Identificação de áreas técnicas a enquadrar pela Unidade Orgânica					Realizado		
OO 2	Colaborar em acções de formação por solicitações de entidades formadoras externas					250%	150%	V / V.1 / V.4 V.5 / V.6 / V.7
Indicador 1	N.º de solicitações atendidas / n.º de solicitações apresentadas * 100	Peso:	40%	S	>40%	100%	150%	
				A	40%			
		100%		NA	<40%			
						Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Identificação, de entre as acções de formação propostas, daquelas que correspondem a prioridades dentro das necessidades de formação conhecidas					Realizado		
	Preparação e colaboração nas acções de formação identificadas					Realizado		
OO 3	Elaborar e/ou rever os conteúdos programáticos das acções de formação no âmbito dos Produtos Fitofarmacêuticos e da inspecção do equipamento de aplicação					123%	23%	V / V.6/ V7
Indicador 1	N.º de conteúdos programáticos de acções já existentes revistos / n.º de cursos harmonizados * 100	Peso:	30%	S	>30%	40%	33%	
				A	30%			
		70%		NA	<30%			
Indicador 2	Data da elaboração dos conteúdos programáticos de acções de formação de inspecção de equipamento de material de aplicação	Peso:	31-Dez	S	30-Nov	30-Dez	0%	
				A	31-Dez			
		30%		NA	>31-Dez			
						Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Revisão de conteúdos programáticos em acções já em curso					Realizado		
	Elaboração dos conteúdos programáticos das acções de formação de inspecção de equipamento de material de aplicação					Realizado		
OE	Melhorar os sistemas de gestão da informação numa óptica integrada							
OO 1	Melhorar o acesso à informação por parte das Estações de Avisos e vários utentes					100%	0%	V.8
Indicador 1	Data de apresentação da página electrónica aos técnicos do SNAA	Peso:	31-Mar	S	<31-Mar	31-Mar	0%	
				A	31-Mar			
		100%		NA	>31-Mar			
						Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Consolidação do novo sistema “Web” relativo ao Serviço Nacional de Avisos Agrícolas (SNAA) nomeadamente, no âmbito dos modelos matemáticos de previsão					Realizado		

OBJECTIVOS			META 2010	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO / TAXA REALIZADA	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
OO 2	Desenvolver o Gestor de processos relativos à homologação de produtos fitofarmacêuticos					90%	-10%	V.1
Indicador 1	N.º de formulários consolidados	Peso:	10	S	>10	9	-10%	
		100%		A	10			
		NA		<10				
						Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Identificação dos campos de formulários a apresentar pelo gestor					Não realizada		
Justificação do Desvio	Acção não prosseguida por não ter sido elaborada candidatura a projecto de modernização administrativa com vista ao desenvolvimento e implementação de gestor de processos ao nível da DSPFSV							
OE	Reduzir os circuitos processuais							
OO 1	Melhorar o circuito processual de avaliação da eficácia de produtos fitofarmacêuticos					100%	0%	V.5
Indicador 1	Data de apresentação do documento para a uniformização de procedimentos na avaliação do dossier biológico	Peso:	31-Dez	S	30-Nov	31- Dez	0%	
		100%		A	31-Dez			
		NA		>31-Dez				
						Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Elaboração de documento para uniformização de procedimentos na avaliação do dossier biológico					Realizado		
OE	Aumentar o grau de satisfação do cliente							
OO 1	Promover a divulgação da informação produzida pelas Unidades Orgânicas					262%	162%	V.1 / V.7
Indicador 1	Data de entrega para publicação do Guia de Produtos Fitofarmacêuticos	Peso:	31-Mar	S	<31-Mar	15-Jun	-49%	
		40%		A	31-Mar			
		NA		>31-Mar				
Indicador 2	Data de disponibilização de informação técnica na Internet e em rede	Peso:	30 dias	S	<30 dias	5	500%	
		30%		A	30 dias			
		NA		>30 dias				
Indicador 3	N.º de publicações disponibilizadas no âmbito do material e técnicas de aplicação, PI, PRODI e MPB	Peso:	2	S	>2	4	100%	
		30%		A	2			
		NA		<2				
						Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Actualização e entrega para publicação do Guia de Produtos Fitofarmacêuticos - Lista de produtos fitofarmacêuticos com venda autorizada					Realizado		
	Manutenção e actualização da informação disponibilizada na Internet e em rede em tempo útil					Realizado		
	Promover a disponibilização de rótulos digitalizados de produtos fitofarmacêuticos e preservadores de madeira					Realizado		
	Actualização e entrega para publicação dos Boletins trimestrais					Realizado		
	Elaboração de publicações técnicas no âmbito das actividades desenvolvidas nas áreas de material e técnicas de aplicação, PI, PRODI e MPB					Realizado		

OBJECTIVOS				META 2010	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO / TAXA REALIZADA	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE		
	Promover a publicação de precauções toxicológicas, ecotoxicológicas e ambientais de produtos fitofarmacêuticos e preservadores da madeira						Não realizado				
OO 2	Implementar novos procedimentos relativos à colocação no mercado de produtos fitofarmacêuticos				81%		-19%	V.1 / V.2 / V.5			
Indicador 1	Taxa de integração do modelo de relatório europeu na avaliação de um produto fitofarmacêutico	Peso: 50%	30%	S	>30%	20%	-33%				
				A	30%						
				NA	<30%						
Indicador 2	Taxa de implementação de novos procedimentos	Peso: 50%	25%	S	>25%	24%	-4%				
				A	25%						
				NA	<25%						
						Resultado da Acção					
Iniciativas / Acções	Constituição de projecto-piloto de elaboração de relatório europeu de avaliação				Realizado						
	Levantamento e discussão de novos procedimentos relativos à colocação de produtos fitofarmacêuticos no mercado				Parcialmente realizado						
	Discussão e apresentação de novo formato para título de autorização de venda				Realizado						
	Discussão de novo formato de guia de produtos fitofarmacêuticos - condições de autorização				Não realizado						
Justificação do Desvio	Apenas um dos sectores de avaliação (equipas especializadas da DABSV) conseguiu integrar o modelo europeu ficando 80% do trabalho por realizar (participação das restantes equipas da DSPFSV) por terem sido ocupadas com outros trabalhos não previstos. Objectivo atingido em algumas acções. Não foi possível discutir o novo formato do Guia por falta de oportunidade dos técnicos envolvidos face a outros compromissos não previstos no Plano de Actividades.										
OO 3	Assegurar a manutenção, alteração ou revisão de autorizações de venda de produtos fitofarmacêuticos e preservadores de madeira				113%		13%	V.1			
Indicador 1	N.º APV avaliadas / n.º APV a rever * 100	Peso: 40%	70%	S	>70%	88%	26%				
				A	70%						
				NA	<70%						
Indicador 2	N.º de novas soluções (novos produtos e/ou finalidades) colocadas no mercado nacional / n.º novas soluções em estudo à data de 31.12.2009	Peso: 60%	20%	S	>20%	21%	5%				
				A	20%						
				NA	<20%						
						Resultado da Acção					
Iniciativas / Acções	Revisão de APV's de produtos fitofarmacêuticos para efeitos de AV em 1ª fase				Realizado						
	Revisão de APV's de produtos fitofarmacêuticos para efeitos de AV em 2ª fase				Realizado						
	Concessão de autorização de venda a produtos fitofarmacêuticos e preservadores de madeira				Realizado						
OO 4	Promover a implementação de legislação nacional e comunitária no âmbito dos produtos fitofarmacêuticos				245%		145%			V.1 / V.2	
Indicador 1	Prazo médio de resposta por projecto	Peso: 40%	15 dias	S	<15	3	400%				
				A	15						

OBJECTIVOS			META 2010	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO / TAXA REALIZADA	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
				NA	>15			
Indicador 2	Prazo médio de resposta por Directiva, Regulamento ou Decisão	Peso: 30%	15 dias	S	<15	10	50%	
				A	15			
				NA	>15			
Indicador 3	Tempo médio de resposta aos pedidos de colaboração técnica	Peso: 30%	10 dias	S	<10	n.a.	-100%	
				A	10			
				NA	>10			
						Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Revisão técnico-linguística de projectos de diplomas apresentados					Realizado		
	Transposição de Directivas					Realizado		
	Implementação de Regulamentos e Decisões emanadas das instituições comunitárias					Realizado		
	Colaboração técnica com as instituições nacionais e comunitárias na feitura de textos legislativos					Não realizado		
OE	Melhorar a Competitividade e sustentabilidade do Sector Agrícola e dos Territórios Rurais							
OO 1	Promover a elaboração de legislação relativa ao uso sustentável de produtos fitofarmacêuticos					1218%	1118%	V
Indicador 1	Data de apresentação de proposta de diploma relativo às aplicações aéreas	Peso: 30%	30-Jun	S	31-Mai	04-Jan	3700%	
				A	30-Jun			
				NA	>30-Jun			
Indicador 2	Data de apresentação de proposta de diploma sobre zonas de lazer, zonas urbanas e vias de comunicação	Peso: 30%	30-Jun	S	31-Mai	05-Mai	22%	
				A	30-Jun			
				NA	>30-Jun			
Indicador 3	Data de apresentação de proposta de revisão do quadro legal relativo à distribuição, comercialização e aplicação de PF	Peso: 40%	31-Dez	S	30-Nov	22-Nov	3%	
				A	31-Dez			
				NA	>31-Dez			
						Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Elaboração de propostas de diplomas no âmbito do uso sustentável de produtos fitofarmacêuticos					Realizado		
	Reformulação da proposta de diploma sobre zonas de lazer, zonas urbanas e vias de comunicação					Realizado		
OO 2	Promover a elaboração de códigos de conduta relativos ao uso sustentável de produtos fitofarmacêuticos					110%	10%	V
Indicador 1	% de elaboração do código de conduta de aplicação de PF	Peso: 100%	50%	S	>50%	55%	105	
				A	50%			
				NA	<50%			
						Resultado da Acção		
Iniciativas / Accções	Elaboração da versão final para publicação					Realizado		

OBJECTIVOS				META 2010	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO / TAXA REALIZADA	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
OO 4	Promover o projecto de controlo do insecto vector do Nemátodo da Madeira do Pinheiro (NMP)					100%	0%	V.6	
Indicador 1	Data de conclusão do plano de ensaios	Peso:	03-Mar	S	<03-Mar	03-Mar	0%		
		50%		A	03-Mar				
		NA		>03-Mar					
Indicador 2	Data de início dos ensaios de campo	Peso:	15-Mar	S	<15-Mar	15-Mar	0%		
		50%		A	15-Mar				
		NA		>15-Mar					
Resultado da Acção									
Iniciativas / Acções	Elaboração do plano de ensaios de campo					Realizado			
	Coordenação da implementação dos ensaios no campo em parcelas previamente seleccionadas pela AFN					Realizado			
OO 5	Promover o projecto FITORREGA_Rede temática de informação e divulgação no âmbito da fitossanidade e da rega					100%	0%	V.6	
Indicador 1	Data da apresentação do relatório do levantamento de necessidades no âmbito da fitossanidade e da rega	Peso:	31-Dez	S	30-Nov	31-Dez	0%		
		100%		A	31-Dez				
		NA		>31-Dez					
Resultado da Acção									
Iniciativas / Acções	Elaboração do relatório do levantamento das necessidades no âmbito da fitossanidade e da rega					Realizado			
OO 6	Coordenar o Programa Nacional de Controlo de Resíduos de Pesticidas em produtos de origem vegetal					97%	-3%	V	
Indicador 1	Data da elaboração do Programa Nacional de Controlo de Resíduos de Pesticidas para 2011	Peso:	30-Nov	S	15-Nov	17-Dez	-5%		
		50%		A	30-Nov				
		NA		>30-Nov					
Indicador 2	Data da publicação do relatório do Programa Nacional de Controlo de Resíduos de Pesticidas referente a 2009	Peso:	31-Dez	S	30-Nov	>31-Dez	0%		
		50%		A	31-Dez				
		NA		>31-Dez					
Resultado da Acção									
Iniciativas / Acções	Coordenar as actividades referentes ao Programa Nacional de Controlo de Resíduos de Pesticidas de 2010 das entidades envolvidas na Rede Nacional de Controlo de Resíduos de Pesticidas					Realizado			
	Promover e coordenar a reunião de definição de Programa Nacional de Controlo de Resíduos de Pesticidas de 2011					Realizado			
	Elaborar os documentos referentes ao Programa Nacional de Controlo de Resíduos de Pesticidas de 2011 e relatório do Programa Nacional de Controlo de Resíduos de Pesticidas de 2009					Parcialmente realizado			
Justificação do Desvio	Dificuldades derivadas da participação de diversas entidades na elaboração do PNCRP motivaram o não cumprimento dos prazos estabelecidos; Foram realizadas reuniões de coordenação com as entidades envolvidas.								

OBJECTIVOS			META 2010	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO / TAXA REALIZADA	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
OO 7	Assegurar a implementação das figuras previstas no Dec.-Lei n.º 173/2005, de 21 de Outubro, para a “redução do risco nos circuitos comerciais e na aplicação de produtos fitofarmacêuticos”, numa óptica do uso sustentável de produtos fitofarmacêuticos					201%	101%	V
Indicador 1	N.º de autorizações de exercício concedidas/ n.º pedidos entrados na DGADR até 15 Novembro * 100	Peso: 50%	95%	S	>95%	96%	1%	
				A	95%			
				NA	<95%			
Indicador 2	Tempo médio de concessão da acreditação	Peso: 50%	15 dias	S	<15 dias	5	200%	
				A	15 dias			
				NA	>15 dias			
						Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Licenciamento de estabelecimentos de distribuição e venda de produtos fitofarmacêuticos e de empresas de aplicação terrestre					Realizado		
	Acreditação de técnicos responsáveis nos termos do artigo 6.º do Dec.-Lei n.º 173/2005					Realizado		

ACTIVIDADES RELEVANTES NÃO PLANEADAS

DESCRIÇÃO	RESULTADO ALCANÇADO
<ul style="list-style-type: none"> Apresentação de candidatura do projecto SIFITO ao programa SAMA no âmbito do QREN 	<ul style="list-style-type: none"> Candidatura aprovada
<ul style="list-style-type: none"> Avaliação de dados confirmatórios recebidos relativos a substância activa lufenurão 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação concluída e apresentada à Comissão Europeia para decisão
<ul style="list-style-type: none"> Preparação e actualização de relatórios de Autoridade Competente relativos às s.a. clorfenapir e lonzabac e participação em reuniões técnicas de discussão 	<ul style="list-style-type: none"> Actividades desenvolvidas e participação nas reuniões assegurada; avaliação comunitária das s.a. concluída, carecendo apenas de actualização dos relatórios na componente Toxicologia
<ul style="list-style-type: none"> Avaliação e elaboração do respectivo relatório de registo relativo aos produtos VYDATE 10G, VYDATE 10L e VYDATE 5G no âmbito do projecto de partilha de trabalho entre Estados Membros do Sul 	<ul style="list-style-type: none"> Actividade concluída em 95%
<ul style="list-style-type: none"> Avaliação e elaboração do respectivo relatório de registo relativo ao produto ACRAMITE 480 SC no âmbito do projecto de partilha de trabalho entre Estados Membros do Sul 	<ul style="list-style-type: none"> Actividade concluída em 95%
<ul style="list-style-type: none"> Avaliação de estudos adicionais relativos à substância activa benalaxil-M 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação concluída e submetida à Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos
<ul style="list-style-type: none"> Avaliação e elaboração do respectivo relatório de equivalência como Estado Membro Relator para a s.a. metalaxil, bem como verificação de cumprimento de requisitos relativos à submissão de dados relativos à sa., apresentados pelos requerentes (4 novas origens) 	<ul style="list-style-type: none"> Actividade concluída e decisões administrativas tomadas em conformidade

VI – FITOSSANIDADE E MATERIAIS DE MULTIPLICAÇÃO DE PLANTAS

CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO

- Regularizar, coordenar e implementar medidas de protecção fitossanitárias;
- Evitar a introdução, dispersão e estabelecimento de organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais considerados de quarentena no território nacional e comunitário;
- Assegurar a identificação laboratorial de organismos prejudiciais e coordenar a colheita de amostras de material proposto à certificação;
- Assegurar a ligação, no âmbito das suas competências, com as DRAP e outras entidades nacionais e internacionais, nomeadamente com as instituições da União Europeia;
- Implementar as actividades técnicas relativas à execução dos esquemas de controlo e certificação de sementes e de outros materiais de multiplicação de plantas;
- Assegurar a gestão do Núcleo de Ensaios e de Controlo do Escaroupim (NECE);
- Melhorar a qualificação dos técnicos e promover a actualização de conhecimentos na área dos sistemas de certificação;
- Assegurar a avaliação de novas variedades vegetais, com interesse potencial para o País, a inscrever no Catálogo Nacional de Variedades (CNV);
- Assegurar a protecção e a valorização dos recursos genéticos vegetais;
- Proceder à atribuição do direito de obtentor de variedades vegetais protegidas;
- Assegurar a ligação, no âmbito das suas competências, com as DRAP e outras entidades nacionais e internacionais, nomeadamente com as instituições da União Europeia, OCDE, OEPP, UPOV e ISTA.

CÓDIGO	ACTIVIDADES	DIRECÇÃO DE SERVIÇO / UNIDADE FLEXÍVEL
VI	Coordenação das áreas de Inspeção Fitossanitária e Propágulos e de Sementes, Variedades e Recursos Genéticos Vegetais	DSFMMP
VI.1	Inspeção fitossanitária e quarentena vegetal	DSFMMP/DIFP
VI.2	Inspeção a unidades de tratamento de madeira	DSFMMP/DIFP
VI.3	Sistemas de certificação e controlo de materiais de multiplicação vegetativa	DSFMMP/DIFP
VI.4	Catálogo nacional de variedades de fruteiras e videira	DSFMMP/DIFP
VI.5	Apoio administrativo	DSFMMP/DIFP/DSVRG
VI.6	Sistemas de certificação e controlo de sementes	DSFMMP/DSVRG
VI.7	Catálogo nacional de variedades, Recursos genéticos e Direitos do Obtentor	DSFMMP/DSVRG
VI.8	Organismos geneticamente modificados	DSFMMP/DSVRG

OBJECTIVOS				META 2010	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO / TAXA REALIZADA	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE	
Optimizar a gestão financeira									
OO 1	Cobrar taxas devidas pela certificação e licenciamentos					95%	-5%	VI.6 / VI.3 VI.9 / VI.5	
Indicador 1	N.º de dias para cobrança de taxas	Peso:	10	S	8	8	0%		
		50%		A	10				
		NA		15					
Indicador 2	Prazo de elaboração das listagens de taxas devidas pela renovação de licenciamentos	Peso:	31-Mai	S	30-Abr	17-Jun	-10%		
		50%		A	31-Mai				
		NA		≥01-Jun					
Resultado da Acção									
Iniciativas / Acções	Elaborar listagem de taxas devidas pela certificação de semente e respectivos licenciamentos					Realizado			
	Elaborar listagem de taxas devidas pela renovação de licenciamentos					Realizado			
Justificação do Desvio	Indicador 2: Por motivos de gestão corrente a listagem das taxas devidas pela renovação das licenças de produtor / acondicionador de sementes foi apresentada em Junho								
OO 2	Cobrar taxas devidas pela inscrição de variedades no CNV e atribuição de direitos de obtentor					100%	0%	VI.7 / VI.9	
Indicador 1	Data de cobrança de taxas	Peso:	01-Set	S	01-Jul	2-Jul	0%		
		100%		A	01-Set				
		NA		>01-Set					
Resultado da Acção									
Iniciativas / Acções	Elaborar listagem de taxas devidas pela inscrição de variedades no CNV					Realizado			
	Elaborar listagem de taxas devidas pelo registo de variedades protegidas					Realizado			
OO 3	Cobrar taxas de pedidos de importação					200%	100%		VI.6 / VI.3 VI.9 / VI.5
Indicador 1	Prazo de elaboração de pedido de cobrança	Peso:	2 dias	S	1	1	100%		
		100%		A	2				
		NA		>2					
Resultado da Acção									
Iniciativas / Acções	Elaboração de pedido de cobrança ao sector financeiro					Realizado			
OE	Estudar e obter novas fontes de financiamento								
OO 1	Incrementar e desenvolver novas fontes de receita					137%	37%	VI.6 / VI.7 / VI.9	
Indicador 1	N.º de análises executadas	Peso:	1000	S	>1201	1843	54%		
		40%		A	1000				
		NA		<1000					
Indicador 2	Incremento de Receita	Peso:	3300 €	S	>4500 €	2765,01 €	51%		
		30%		A	3300 €				

OBJECTIVOS			META 2010	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO / TAXA REALIZADA	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
				NA	<3300 €			
Indicador 3	Data de actualização do despacho de custos de serviços prestados	Peso: 30%	15-Mai	S	01-Abr	7 Maio	0%	
				A	15-Mai			
				NA	≥16-Mai			
						Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Executar análises e ensaios de sementes e tecnológicas informativas					Realizado		
	Incrementar a fonte de receita dos produtos agrícolas do NECE					Realizado parcialmente		
	Actualizar o despacho de custos dos serviços prestados					Realizado		
OO 2	Promover a cobrança de passaportes fitossanitários nas UITM					121%	21%	VI.2 / VI.5
Indicador 1	Receita da emissão de passaportes fitossanitários	Peso: 100%	20000€	S	>25000 €	30160€	21%	
				A	20000 €			
				NA	<20000 €			
						Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Cobrar a emissão de passaportes fitossanitários nas UITM					Realizado		
OO 3	Promover a utilização do “Dossier Solidariedade NMP”					87%	-13%	VI
Indicador 1	Taxa de execução financeira	Peso: 60%	90%	S	100%	70%	-22%	
				A	90%			
				NA	<90%			
Indicador 2	Data de envio	Peso: 40%	30-Abr	S	20-Abr	30-Abr	0%	
				A	30-Abr			
				NA	>30-Abr			
						Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Execução financeira do pedido da DGADR do “Dossier” Solidariedade					Realizado		
	Envio do dossier Solidariedade NMP 2010, para a Comissão Europeia					Realizado		
Justificação do Desvio	Não foi atingida a execução financeira prevista dado que a estimativa efectuada sobreavaliou o valor que viria a ser efectivamente executado.							
OE	Melhorar a qualificação do Recursos Humanos / Desenvolver novas competências							
OO 1	Realizar acções de formação internas					100%	0%	VI.6 / VI.7 / VI.8 / VI.9
Indicador 1	N.º de acções de formação	Peso: 100%	7	S	15	13	0%	
				A	7			
				NA	≤6			
						Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Definir e executar o plano de formação interna da DSVRG					Realizado		

OBJECTIVOS				META 2010	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO / TAXA REALIZADA	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
OO 2	Auditar as inspecções oficiais às UITM					50%	-50%	VI.1 / VI.2	
Indicador 1	Nº de acções	Peso:	2	S	3	1	-50%		
		A		2					
		NA		1					
						Resultado da Acção			
Iniciativas / Acções	Efectuar a formação para auditoria das UITM					Não Realizado			
Justificação do Desvio	Por constrangimentos de meios não foi possível desenvolver as acções que estavam previstas								
OE	Incentivar a utilização das TIC								
OO 1	Gerir a aplicação informática INFINET					100%	0%	VI.1	
Indicador 1	Nº de dias para actualizar a aplicação informática	Peso:	8	S	<8	8	0%		
		A		8					
		NA		>8					
Indicador 2	Data de elaboração do relatório das acções desenvolvidas	Peso:	31-Jan	S	<31-Jan	31-Jan	0%		
		A		31-Jan					
		NA		>31-Jan					
						Resultado da Acção			
Iniciativas / Acções	Actualizar e manter operacional a aplicação informática					Realizado			
	Elaborar o relatório das acções desenvolvidas em 2009					Realizado			
OO 2	Informatizar procedimentos na certificação vitícola					242%	142%	VI.3	
Indicador 1	Prazo de criação de uma aplicação informática	Peso:	31-Dez	S	<31Dez	31-Mai	142%		
		A		31-Dez					
		NA		>31-Dez					
						Resultado da Acção			
Iniciativas / Acções	Promover a criação de uma aplicação informática para certificação de materiais vitícolas								
OO 3	Dinamizar a utilização do programa informático EUROPHYT					100%	0%	VI / VI.1	
Indicador 1	Prazo de elaboração de um relatório mensal	Peso:	último dia útil do mês	S	Dia 20	Dia 30	0%		
		A		último dia útil do mês					
		NA		>último dia útil do mês					
						Resultado da Acção			
Iniciativas / Acções	Elaborar um relatório mensal sintético das notificações de intercepção de organismos prejudiciais na UE					Realizado			
OE	Assegurar a formação dos clientes, criando competências								
OO 1	Realizar acções de formação/reciclagem no âmbito da inspecção fitossanitária, certificação, catálogos e OGM					250%	150%	VI.1 / VI.6 / VI.7 VI.8 / VI.9 / VI.5	

OBJECTIVOS				META 2010	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO / TAXA REALIZADA	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
Indicador 1	N.º de acções	Peso:	3	S	≥7	15	150%		
		100%		A	3				
		NA		<3					
						Resultado da Acção			
Iniciativas / Acções	Realizar acções de formação e de reciclagem na área da inspecção de campo e da amostragem de semente					Parcialmente Realizado			
	Realizar acções de formação na área do CNV					Não realizado			
	Realizar acções de formação na área da coexistência entre culturas GM e outros modos de produção					Não realizado			
	Realizar acções de formação/reciclagem de inspectores fito-sanitários					Realizado			
OO 2	Editar um manual sobre registo de variedades e certificação de semente e outro sobre fruteiras e videira, organizar o 2.º congresso nacional da semente					100%	0%	VI.3 / VI.6 VI.7 / VI.8 VI.9	
Indicador 1	Data de concepção de manuais	Peso:	01-Set	S	01-Jul	15 Julho	0%		
		50%		A	01-Set				
		NA		30-Out					
						Resultado da Acção			
Iniciativas / Acções	Conceber e editar um manual explicativo sobre registo de variedades, produção e certificação de sementes					Não Realizado			
	Conceber e editar um manual explicativo sobre produção e certificação de fruteiras e videiras					Realizado			
	Organizar o 2.º Congresso Nacional da Semente					Não realizado			
Indicador 2 Retirado	<input checked="" type="checkbox"/> N.º participantes	Motivo		Não foi possível organizar o congresso			Data	31/12/2010	
OO 3	Realizar encontros de campo no NECE e nas DRAP					140%	40%	VI.6 / VI.7 VI.8 / VI.9	
Indicador 1	N.º de encontros de campo	Peso:	1	S	≥2	2	100%		
		70%		A	1				
		NA		0					
Indicador 2	N.º de encontros de campo	Peso:	1	S	≥2	0	-100%		
		30%		A	1				
		NA		0					
						Resultado da Acção			
Iniciativas / Acções	Organizar encontros de campo no NECE					Realizado			
	Organizar em conjunto com as DRAP encontros de campo no âmbito do CNV					Não realizado			
OE	Melhorar os sistemas de gestão da informação numa óptica integrada								
OO 1	Actualizar a informação disponível na Internet					200%	100%	VI	
Indicador 1	N.º de dias	Peso:	5	S	≤3	2	100%		
		100%		A	5				

OBJECTIVOS				META 2010		CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO / TAXA REALIZADA	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE			
				NA	≥8								
								Resultado da Acção					
Iniciativas / Acções	Assegurar a disponibilização de informação actualizada na página da internet da DGADR						Realizado						
OE	Reduzir os circuitos processuais												
OO 1	Reduzir o uso de documentos em suporte papel						100%	0%	VI				
Indicador 1	% de redução de papel	Peso:	5%	S	≥10%	5%	0%						
		50%		A	5%								
		NA		≤4%									
Indicador 2	% de acréscimo de envio de documentação em formato electrónico	Peso:	5%	S	≥10%	5%	0%						
		50%		A	5%								
		NA		≤4%									
											Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Reduzir as impressões em papel						Realizado						
	Aumentar a edição de documentos, incluindo ofícios e relatórios, em formato electrónico						Realizado						
OO 2	Promover o processamento de análises laboratoriais						250%	150%	VI.1				
Indicador 1	Nº de protocolos e aquisições de serviços estabelecidos	Peso:	2	S	≥3	4	150%						
		100%		A	2								
		NA		≤1									
											Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Estabelecimento de protocolos e aquisição de serviços com entidades para detecção de organismos prejudiciais						Realizado						
OE	Aumentar o grau de satisfação do cliente												
OO 1	Alargar o sistema de gestão da qualidade (SGQ)						103%				3%	VI / VI.1 VI.7 / VI.9	
Indicador 1	Data de implementação do SGQ para os exames de DHE	Peso:	Abr	S	Mar	1-Abr	0%						
		60%		A	Abr								
		NA		Mai									
Indicador 2	Data de implementação do SGQ para os ensaios de Valor Agronómico	Peso:	30-Set	S	Jul	15-Out	0%						
		20%		A	Set								
		NA		≥15-Dez									
Indicador 3	Data de implementação do SGQ na área da inspecção fitossanitária e quarentena vegetal	Peso:	Nov	S	Out	20-Set	16%						
		20%		A	Nov								
		NA		Dez									
								Resultado da Acção					
Iniciativas / Acções	Implementar o SGQ para os exames de DHE						Realizado						

OBJECTIVOS		META 2010	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO			RESULTADO / TAXA REALIZADA	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
	Implementar o SGQ para os ensaios de Valor Agronómico					Realizado parcialmente		
	Implementar o SGQ na área da inspecção fitossanitária e quarentena vegetal					Realizado		
OO 2	Realizar análises e ensaios de sementes, licenciar produtores e acondicionadores de semente e agricultores multiplicadores e avaliar pedidos de importação de semente					180%	80%	VI.3 / VI.6 VI.9
Indicador 1	N.º médio de dias para realização de análises e ensaios de sementes	Peso: 35%	4 dias pureza 22 dias germinação	S A NA	≤3 dias pureza ≤ 15 dias germinação 4 dias pureza 22 dias germinação ≥8 dias pureza ≥30 dias germinação	3 / 20	17%	
Indicador 2	N.º médio de dias para avaliação dos pedidos de obtenção e de renovação das licenças	Peso: 35%	14	S A NA	≤8 14 ≥15	4	125%	
Indicador 3	N.º médio de dias de emissão de pareceres sobre pedidos de importação de sementes	Peso: 30%	4	S A NA	≤1 4 ≥5	1	100%	
						Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Executar análises e ensaios de sementes					Realizado		
	Proceder à avaliação dos pedidos de obtenção e de renovação das licenças					Realizado		
	Emitir pareceres sobre pedidos de importação					Realizado		
OO 3	Inspeccionar UITM e empresas de montagem de embalagens					101%	1%	VI.2
Indicador 1	N.º médio de dias para resposta aos pedidos de inspecção	Peso: 50%	15	S A NA	≤8 15 >15	11	0%	
Indicador 2	Taxa de execução	Peso: 50%	80%	S A NA	100% 80% <80%	100%	1%	
						Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Controlo do NMP através das inspecções das UITM e unidades de montagem de embalagens					Realizado		
	Auditar as inspecções oficiais às UITM					Realizado		
OO 4	Renovar dos licenciamentos concedidos e avaliação de novos pedidos de licenciamento de produtores e fornecedores de materiais de propagação vegetativa					140%	40%	VI.3
Indicador 1	N.º de dias para avalia-	Peso:	2	S	1	2	0%	

OBJECTIVOS			META 2010	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO / TAXA REALIZADA	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
	ção dos pedidos de renovação de licenças	50%		A	2			
				NA	>2			
Indicador 2	N.º de dias para avaliação de pedidos de novos licenciamentos	Peso:	10	S	≤8	5	80%	
		50%		A	10			
				NA	>10			
						Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Proceder à avaliação dos pedidos de renovação das licenças					Realizado		
	Avaliação de pedidos de novos licenciamentos/registo de operadores económicos					Realizado		
OE	Melhorar a Competitividade e sustentabilidade do Sector Agrícola e dos Territórios Rurais							
OO 1	Elaborar propostas de diplomas legislativos relativos à inspecção fitossanitária e à produção, controlo, certificação e comercialização de sementes e de materiais de propagação vegetativa					100%	0%	VI.2 / VI.3 / VI.5 VI.6 / VI.7 VI.8 / VI.9
Indicador 1	N.º de dias para elaboração de respostas	Peso:	60	S	≤40	52	0%	
		100%		A	60			
				NA	≥60			
						Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Proceder à elaboração de propostas de transposição de legislação comunitária					Realizado		
OO 2	Proceder ao controlo e certificação de semente, promover a conservação dos recursos genéticos e coordenar o controlo do cultivo de VGM					143%	43%	VI.6 / VI.7 VI.8 / VI.9
Indicador 1	N.º médio de dias para a emissão de pareceres relativos às inspecções	Peso:	9	S	≤3	2	100%	
		16%		A	9			
				NA	≥10			
Indicador 2	N.º médio de dias para emissão de etiquetas de certificação	Peso:	5	S	1	1	100%	
		16%		A	5			
				NA	≥6			
Indicador 3	N.º de análises de sementes para certificação	Peso:	2000	S	2200	1530	-24%	
		14%		A	2000			
				NA	≤1999			
Indicador 4	N.º ensaios e lotes testados	Peso:	4 85	S	≥6 / ≥95	10 / 187	99%	
		14%		A	4 / 85			
				NA	≤3 / ≤84			
Indicador 5	Data de elaboração dos procedimentos para inscrição e produção de sementes de variedades hortícolas	Peso:	15-Mar	S	15-Fev	15-Mar	0%	
		14%		A	15-Mar			
				NA	≥16-Mar			

OBJECTIVOS			META 2010	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO / TAXA REALIZADA	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
Indicador 6	N.º de dias para emissão de pareceres sobre pedidos de financiamento	Peso:	40	S	35	30	0%	
		14%		A	40			
		NA		>40				
Indicador 7	% Total de controlo do Cultivo de VGM	Peso:	50%	S	>50%	50%	0%	
		12%		A	<50%			
		NA		<35%				
						Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Avaliar resultados das inspecções de campos e emitir parecer					Realizado		
	Coordenar a amostragem de semente e emitir etiquetas de certificação					Realizado		
	Realizar ensaios e análises de sementes para certificação					Realizado		
	Realizar ensaios de campo e de laboratório de controlo de qualidade de lotes de semente					Realizado		
	Elaborar os procedimentos para a inscrição e produção de sementes de variedades hortícolas					Realizado		
	Emitir pareceres sobre pedidos de financiamento ao abrigo da Portaria n.º 1268/2009					Realizado		
	Coordenar as acções de controlo do cultivo de VGM					Realizado		
OO 3	Elaborar o Catálogo Nacional de Variedades, o boletim de registo de variedades protegidas e realizar exames de DHE para o ICVV					108%	8%	VI.7 / VI.8 VI.9
Indicador 1	N.º de ensaios	Peso:	95	S	>95	95	0%	
		20%		A	95			
		NA		<80				
Indicador 2	N.º de ensaios de VAU e de DHE	Peso:	15	S	>18	25	39%	
		20%		A	15			
		NA		<10				
Indicador 3	Data de avaliação dos resultados	Peso:	27-Jan	S	25-Jan	28-Jan	0%	
		20%		A	27-Jan			
		NA		≥30-Jan				
Indicador 4	Data de elaboração do CNV	Peso:	30-Mar	S	20-Fev	8-Mar	0%	
		20%		A	30-Mar			
		NA		30-Abr				
Indicador 5	Data de elaboração dos relatórios dos exames de DHE e ICVV	Peso:	10-Out	S	<15-Set	23-Set	0%	
		20%		A	10-Out			
		NA		>10-Nov				
						Resultado da Acção		
Iniciativas / Acções	Coordenar as redes nacionais de ensaio					Realizado		

OBJECTIVOS				META 2010	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO / TAXA REALIZADA	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
	Executar ensaios de VAU e de DHE				Realizado			
	Proceder à avaliação de resultados, elaborar as fichas varietais e realizar o CNPPV				Realizado			
	Elaborar e editar o CNV e o boletim de registo de variedades protegidas				Realizado			
	Elaborar relatórios dos exames de DHE para o ICSV				Realizado			
OO 4	Proceder ao controlo e certificação de batata-semente, citrinos, hortícolas, morangueiro e videira				101%	1%	VI.3 / VI.5	
Indicador 1	N.º de dias para análise de processos de inscrição	Peso:	30	S	20	20	5%	
		15%		A	30			
		NA		>30				
Indicador 2	N.º de dias de resposta dos resultados das inspecções	Peso:	20	S	20	20	5%	
		15%		A	30			
		NA		>30				
Indicador 3	Prazo de autorização para emissão de etiquetas	Peso:	30-Nov	S	01-Nov	1-Nov	0,3%	
		15%		A	30-Nov			
		NA		>30-Nov				
Indicador 4	Prazo de emissão de etiquetas	Peso:	Jan Nov	S	Dez/Out	Outubro (morangueiro)	2%	
		15%		A	Jan /Nov			
		NA		>Jan/Nov				
Indicador 5	Prazo de realização de ensaios de campo	Peso:	Nov Fev	S	Out/Jan	Setembro (videira e morangueiro)	-33%	
		15%		A	Nov/Fev			
		NA		>Nov/Fev				
Indicador 6	Prazo de elaboração do relatório anual	Peso:	31-Dez	S	30-Nov	10-Out	18%	
		25%		A	31-Dez			
		NA		>31Dez				
Resultado da Acção								
Iniciativas / Acções	Analisar processos de inscrição de plantas-mãe e viveiros				Realizado			
	Analisar os resultados das inspecções				Realizado			
	Autorizar a emissão de etiquetas - videira e citrinos				Realizado parcialmente			
	Emitir etiquetas de certificação - batata-semente e morangueiro *				Realizado parcialmente			
	Realizar ensaios de campo de controlo à posteriori de videira e morangueiro				Não realizado			
	Elaborar relatório anual dos ensaios de controlo à posteriori				Realizado			
	* Apenas se consideraram as etiquetas para morangueiro porque não houve produção de batata-semente							
OO5	Definir e coordenar os programas de prospecção de organismos prejudiciais				111%	11%	VI.3 / VI.5	

OBJECTIVOS			META 2010	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO / TAXA REALIZADA	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE	
Indicador 1	Prazo de definição do programa de prospecção de organismos prejudiciais	Peso:	26-Fev	S	22-Fev	9-Mar	-12%		
		30%		A	26-Fev				
		NA		>1-Mar					
Indicador 2	Nº reuniões para apoio técnico aos inspectores fitossanitários das DRAP e AFN	Peso:	4	S	6	6	20%		
		40%		A	4				
		NA		<4					
Indicador 3	Prazo de elaboração do relatório fin al	Peso:	31-Mar	S	15-Mar	2-Mar	23%		
		30%		A	31-Mar				
		NA		>31-Mar					
						Resultado da Acção			
Iniciativas / Acções	Definir o programa nacional de prospecção de organismos prejudiciais					Não realizado			
	Prestar apoio técnico aos inspectores fitossanitários das DRAP e AFN					Realizado			
	Elaborar o relatório final dos trabalhos desenvolvidos em 2009					Parcialmente realizado			

ACTIVIDADES RELEVANTES NÃO PLANEADAS

DESCRIÇÃO	RESULTADO ALCANÇADO
<ul style="list-style-type: none"> Procedimentos para o tratamento térmico da casca de pinheiro 	<ul style="list-style-type: none"> Alteração dos critérios técnicos do protocolo, após várias reuniões como sector e depois da aprovação pela Comissão Europeia dos mesmos foram alterados. Nova versão disponibilizada no site da DGADR a 6 de Dezembro
<ul style="list-style-type: none"> Participação na preparação de uma proposta de DL com medidas de Protecção Fitossanitária contra o NMP 	<ul style="list-style-type: none"> Em colaboração com a AFN e o INRB foi concluída e apresentada superiormente a proposta de DL contendo as medidas contra o NMP.
<ul style="list-style-type: none"> Acção de formação para inspectores da ASAE no âmbito do controlo em comércio de sementes e materiais de propagação vegetativa 	<ul style="list-style-type: none"> Acção de formação realizada a 27 de Maio de 2010
<ul style="list-style-type: none"> Participação no programa de formação comunitário "Better training safer food" na área da inspecção fitossanitária 	<ul style="list-style-type: none"> Participação de dois técnicos da DGADR em dois seminários organizados sobre material de embalagem de madeira
<ul style="list-style-type: none"> Acções de formação / reciclagem aos técnicos das DRAP's que acompanham as UITM 	<ul style="list-style-type: none"> Realização de quatro acções para técnicos da DRAPN, DRAPLVT, e serviços da Madeira e Açores para controlo e acompanhamentos das UITM.
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de aplicação informática para avaliação da distinção de variedades – DATAVAR. 	<ul style="list-style-type: none"> Execução, pelo sector de informática da DPDI, de uma aplicação informática para avaliação da Distinção de variedades no âmbito dos exames de DHE

<ul style="list-style-type: none"> Validação dos 'dossiers' financeiros no âmbito da 'Solidariedade - NMP' 	<ul style="list-style-type: none"> Foram analisados e validados os 'dossiers' financeiros de entidades públicas (DRAPN, DRAPC, DRALVT e GNR) bem como das Unidades industriais de tratamento de madeira os quais foram posteriormente enviados ao IFAP. Neste processo estiveram envolvidos montantes financeiros na ordem dos 11.000.000€ para apoio as medidas elegíveis para o controlo do NMP.
<ul style="list-style-type: none"> Base de dados de semente biológica 	<ul style="list-style-type: none"> Concepção da estrutura da base de dados de semente biológica com a colaboração do sector de informática da DPDI. Elaboração do documento "<u>Procedimentos a adoptar na gestão da base de dados de semente biológica</u>". A base de dados foi colocada <i>on line</i> em Setembro de 2010.
<ul style="list-style-type: none"> Re-acreditação e alargamento do âmbito de acreditação do Laboratório de Ensaio de Sementes 	<ul style="list-style-type: none"> O LES foi auditado pela <i>International Seed Testing Association</i> (ISTA) a 23 de Setembro tendo obtido a sua re-acreditação e o alargamento do âmbito de acreditação para as análises e testes de sementes para sementes de flores e para o teste de viabilidade de todos os grupos de espécies.

VII – LEADER+

CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO

Assegurar a Gestão do programa de iniciativa comunitária Leader+ através da elaboração e actualização dos normativos de aplicação, da verificação dos circuitos e procedimentos instituídos pelos Grupos de Acção Local (GAL), da gestão financeira, da implementação da rede Leader+, da verificação da boa aplicação dos dinheiros públicos de acordo com os normativos nacionais e comunitários em vigor, e acompanhamento técnico aos 52 GAL

OBJECTIVOS				META 2010	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO / TAXA REALIZADA	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
OE	Melhorar a Competitividade e sustentabilidade do Sector Agrícola e dos Territórios Rurais								
OO 1	Elaborar Relatório de Actividades Final Leader+					105%	5%		
Indicador 1	Data de envio do relatório final para consulta pública	Peso:	5%	S	31-Jul	21-Jun	5%		
		A		31-Ago					
		NA		>31-Ago					
						Resultado da Acção			
Iniciativas / Acções	Organização dos ficheiros informáticos do sistema de informação					Realizado			
	Geração de quadros agregados e anuais financeiros					Realizado			
	Elaboração do texto Final em CD e Papel; Deslocações à Comissão Europeia					Realizado			
OO 2	Assegurar conclusão dos controlos 1º nível					100%	0%		
Indicador 1	Data de introdução em SIGIFE das conclusões de todos os planos	Peso:	30-Mai	S	15-Abr	25-Mai	0%		
		A		30-Mai					
		NA		>30-Mai					
						Resultado da Acção			
Iniciativas / Acções	Analisar relatórios e concluir audiência prévia de 8 controlos de 2008					Realizado			
	Carregamento da base de dados SIGIFE					Realizado			
	Comunicação de eventuais irregularidades à IGAP por e-mail; envio IGAP do relatório síntese das acções de controlo					Realizado			
OO 3	Executar Gestão de Devedores								
Indicador 1	Montante recuperado no final do ano no âmbito da gestão de devedores (sem contencioso) / Montante total a recuperar em Gestão de Devedores *100	Peso:	75%	S	100%				
		A		75%					
		NA		<75%					
						Resultado da Acção			
Iniciativas / Acções	Comunicação dos resultados das auditorias aos GAL								
	Actualização de base de dados de gestão de devedores								

OBJECTIVOS				META 2010	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO / TAXA REALIZADA	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
	Análise de reclamações								
OO 4	Certificar Despesas					118%		18%	
Indicador 1	Decisão final sobre processo de certificação de 7 pedidos pagamento	Peso:	30-Jun	S	30-Abr	29-Abr	18%		
		A		30-Jun					
		NA		>30-Jun					
						Resultado da Acção			
Iniciativas / Acções	Análise dos Pedidos de Pagamento com base relatórios Controlo 1º Nível					Realizado			
	Visita aos GAL					Realizado			
	Análise de reclamações					Realizado			

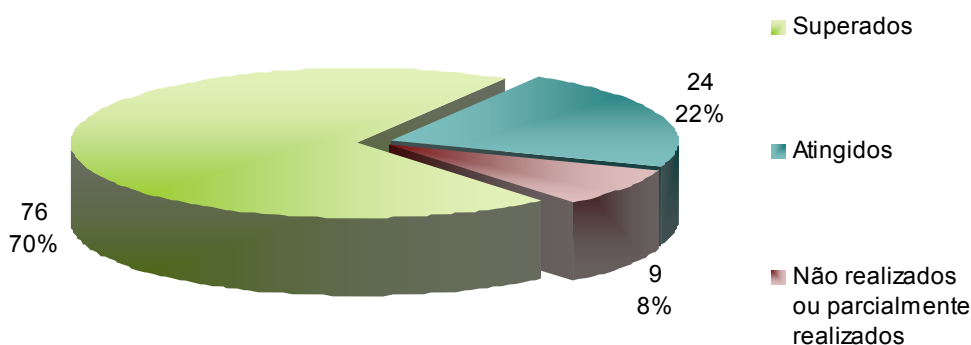
AVALIAÇÃO DOS OBJECTIVOS

Dos objectivos propostos pelas Direcções de Serviços verifica-se que os que superaram o proposto são majoritários (70%). Os objectivos aqui considerados são os objectivos operacionais que concorrem para os objectivos estratégicos e os objectivos de suporte às actividades que, embora indirectamente, também convergem para a execução dos objectivos estratégicos.

Foram considerados objectivos Não Realizados ou Parcialmente Realizados os que por algum motivo não foram alvo de concretização ou concretização plena, na sua grande maioria devido a causas externas às unidades orgânicas tendo sido apresentadas as respectivas justificações.

Neste apuramento não foi considerado o LEADER+ porque se trata de um programa que se encontra em finalização, nem as actividades relevantes não planeadas.

O gráfico seguinte mostra a avaliação global dos objectivos:



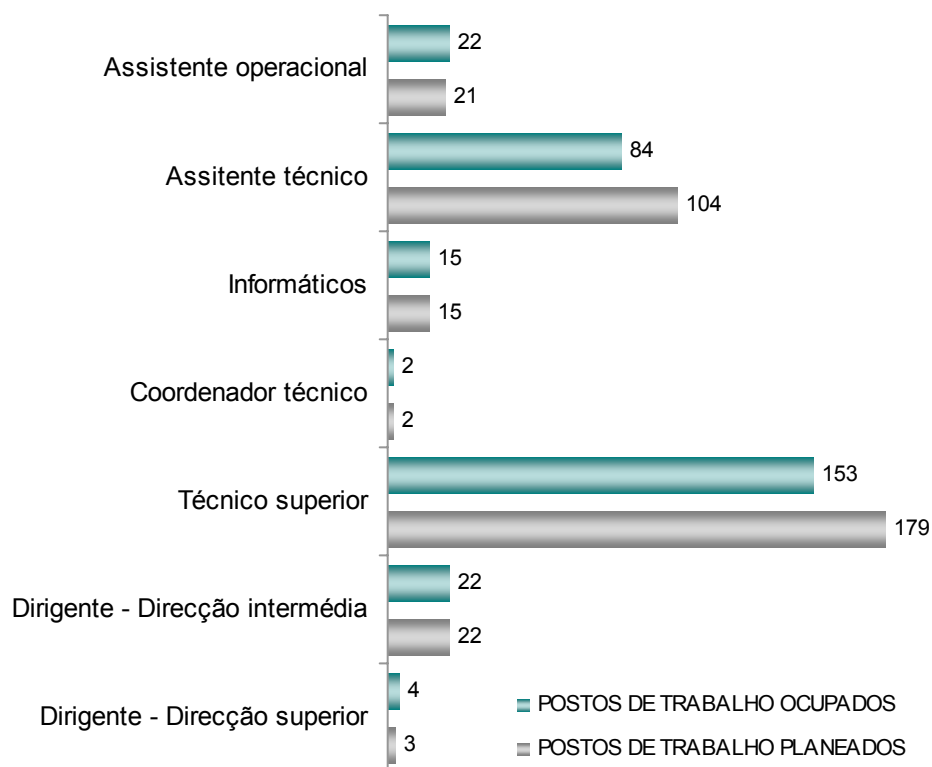
Objectivos Operacionais das UO	Actividades relevantes não planeadas
109	48

AFECTAÇÃO REAL E PREVISTA DOS RECURSOS

RECURSOS HUMANOS

Nas metas propostas ao nível dos Recursos Humanos pode-se observar a diferença entre o planeado e o executado. A diminuição dos efectivos deveu-se basicamente à saída por aposentação e mobilidade.

POSTOS DE TRABALHO PLANEADOS (2010)		POSTOS DE TRABALHO OCUPADOS (31/12/2010)	
Dirigente – Direcção superior	3	Dirigente – Direcção superior	4
Dirigente - Direcção intermédia	22	Dirigente - Direcção intermédia	22
Técnico superior	179	Técnico superior	153
Coordenador técnico	2	Coordenador técnico	2
Informáticos	15	Informáticos	15
Assistente técnico	104	Assistente técnico	84
Assistente operacional	21	Assistente operacional	22
Total	346	Total	302

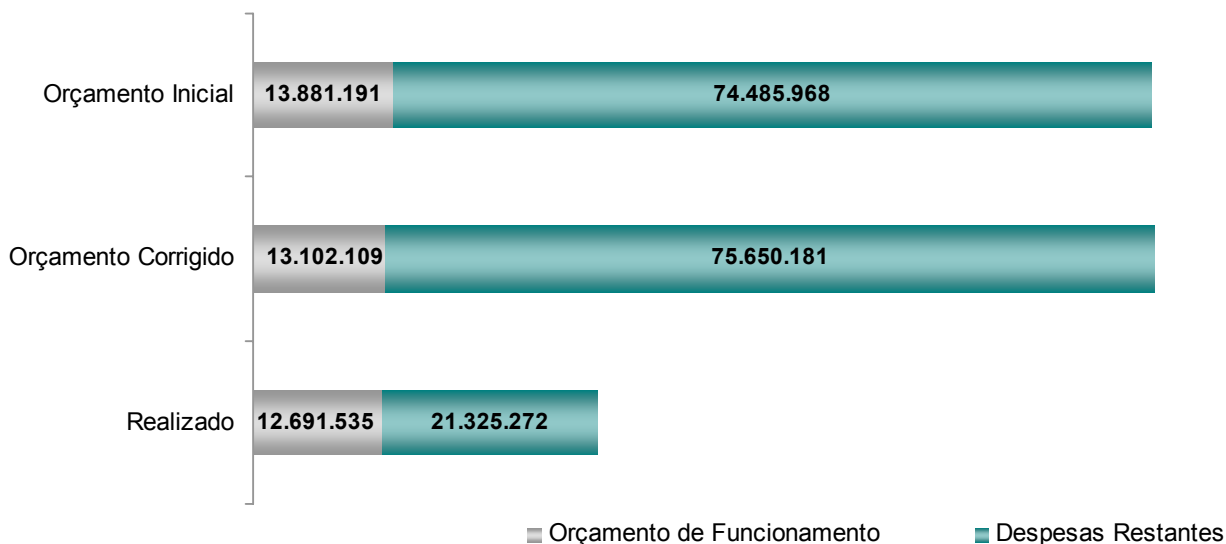


RECURSOS FINANCEIROS

Designação	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido	Realizado
Orçamento de Funcionamento	13.881.191,00	13.102.109,00	12.691.534,82
Despesas com pessoal	10.046.881,00	9.512.889,00	9.206.493,03
Aquisição de bens e serviços	3.281.837,00	3.386.940,00	3.290.061,43
Outras despesas correntes	532.173,00	154.021,00	147.234,42
Despesas de Capital	20.300,00	48.259,00	47.745,94
Despesas Restantes	74.485.968,00	75.650.181,00	21.325.271,99
PIDDAC	1.799.050,00	1.530.419,00	161.827,90
Outros (*)	72.686.918,00	74.119.762,00	21.163.444,09
Total	88.367.159,00	88.752.290,00	34.016.806,81

(*) Projectos integrados no orçamento de funcionamento

Neste quadro a rubrica “Despesas com pessoal” apresenta um valor de 9.206.493,03 enquanto que no balanço social o valor desta rubrica é de 9.222.827€. A diferença deve-se ao facto de existirem despesas com pessoal, que devido à sua natureza não são processadas pela aplicação SRH – Sistema de Recursos Humanos (valor constante do balanço social) mas são pagas pelo SIC - Sistema de Informação Contabilística.



RECURSOS FINANCEIROS A 31 DE DEZEMBRO DE 2010

	Financiamento Nacional	FEADER	Outras Fontes	TOTAL
Orçamento de Funcionamento	13.081.109,00		21.000,00	13.102.109,00
Receitas Gerais n/afectas proj co-fin	9.408.281,00			9.408.281,00
Receita com Transição de Saldos	3.672.828,00			3.672.828,00
Reembolsos Viagens UE			21.000,00	21.000,00
Projectos	25.433.188,00	48.672.832,00	13.742,00	74.119.762,00
Orçamento PIDDAC	1.055.419,00		475.000,00	1.530.419,00
P013 M040 INFORMAT. DA RAN *	247.041,00		400.000,00	647.041,00
P013 M042 LEADER+	378.869,00			378.869,00
P013 M042 M.FITOSSANITÁRIAS	393.000,00			393.000,00
P013 M042 SUDOE - BESANAS	36.509,00		75.000,00	111.509,00
TOTAL	39.569.716,00	48.672.832,00	509.742,00	88.752.290,00

*Projecto dependente de candidatura ao QREN

DISPÊNDIO EM 2010 POR DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO PIDDAC

Programa	Medida	Projecto	Serviço	Dotação total corrigida	Total executado	Taxa de execução (total executado / dotação total corrigida)
013 – Agricultura e Pescas	040 – Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca – Administração e Regulamentação	07360.00001 – Informatização da R.A.N.	DSRRN / DRQA	647.041,00	0	0% *
013 – Agricultura e Pescas	042 – Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca – Agricultura e Pecuária	01960.00001 - Leader +	DSATAR	378.869,00	95.944,80	25%
013 – Agricultura e Pescas	042 – Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca – Agricultura e Pecuária	07267.00001 – Medidas Fitossanitárias	DSFMMP	393.000,00	39.217,89	10%
013 – Agricultura e Pescas	042 – Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca – Agricultura e Pecuária	7030 - Interreg Sudoe: Viagando por Besanas	DSATAR / EPDTR	111.509,00	26.665,21	24%
Total				1.530.419,00	161.827,90	11%

* A taxa de execução ser zero teve como justificação o projecto estar condicionado a uma candidatura ao QREN, cujo prazo de apresentação dessa candidaturas no âmbito do SAMA (Sistema de Apoios à Modernização Administrativa) decorreu entre Julho e Setembro de 2010, ficando o projecto inviabilizado por suspensão da execução do PIDDAC de acordo com o Despacho do Ministro das Finanças de 28/09/2010.

DISPÊNDIO EM 2010 POR DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO PROJECTOS

Programa	Medida	Projecto	Serviço	Dotação total corrigida	Total executado	Taxa de execução (total executado / dotação total corrigida)
013 - Agricultura e Pescas	042 – Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca – Agricultura e Pecuária	PRODER	DSHEAR	71.767.981,00	20.285.946,24	29%
		AGRO *	DSHEAR	63.596,00	63.595,56	100%
		AGRIS *	DSHEAR	3.659,00	3.658,29	100%
		POPH	DSATAR	13.742,00	13.740,00	100%
		REDE RURAL NACIONAL	DSATAR	2.270.784,00	256.504,00	11%
Total				74.119.762,00	21.163.444,09	29%

* Montante pago pelo PIDDAC do IFAP

RECURSOS MATERIAIS

EQUIPAMENTO INFORMÁTICO		
Designação	Planeados	Existentes
Computadores PC	293	236
Computadores portáteis	21	18
Impressoras laser policromáticas	29	28
Impressoras laser monocromáticas	9	9
Fotocopiadoras	11	11
Servidores	15	12
Digitalizadores	12	12
Unidades de disco óptico	0	0
Impressoras multifunções	9	9
Data Shows	5	5

COMUNICAÇÕES		
Designação	Planeados	Existentes
Modem	8	8
Switch	16	16
UPS	3	3
Centrais telefónicas	3	3
Faxes	2	2

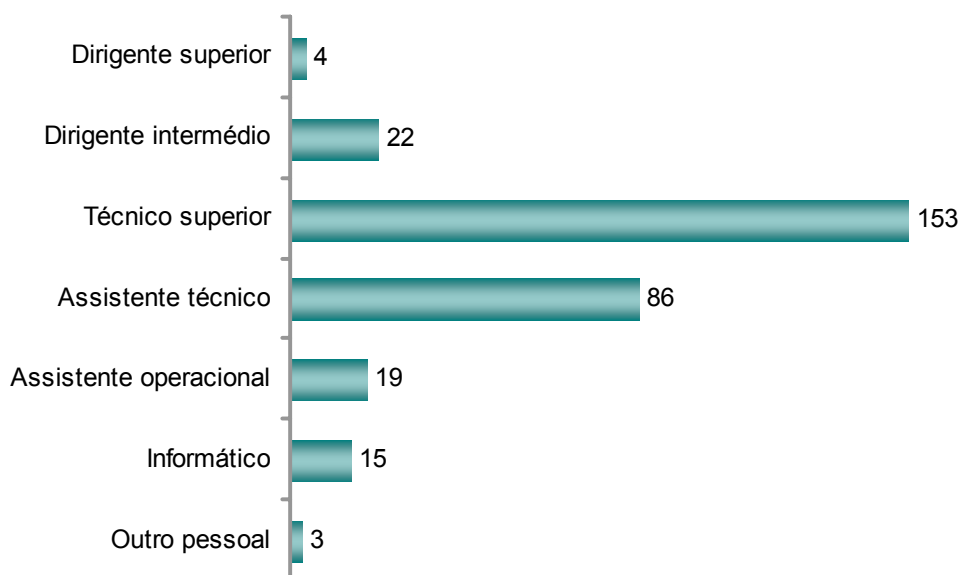
SUPORTES LÓGICOS APLICACIONAIS		
Designação	Sistema Operativo	Software
Contabilidade SIC	Windows	Oracle (Residente na SG MADRP)
Registo de assiduidade	Windows	SQL em Windows
SRH	Windows	Oracle (Residente na SG MADRP)
Homebanking	Windows	Residente no IGCP
Facturação	Windows	Oracle em AIX
Gestão de dívidas a cobrar	Windows	Oracle em AIX
Gestão QCA	Windows	Oracle em AIX
Acompanhamento QCA	Windows	Oracle em AIX
Registo de ajustes directos	(ambiente web)	SQL em Windows
Gestão de contratos	Windows	Oracle em AIX
Gestão de protocolos	(ambiente web)	SQL em Windows
Docbase – Gestão de biblioteca	Windows	
Gestão de candidaturas ao cartão de artesão	Windows	Oracle em AIX
Acompanhamento de Empreitadas	Windows	Oracle em AIX
Gestão e acompanhamento do Benefício Fiscal ao Gasóleo	Windows	Oracle em AIX
Fiscalização da execução do Benefício Fiscal ao Gasóleo	(ambiente web)	Oracle em AIX
Portal de Serviços da SIBS	(ambiente web)	Residente na SIBS
SIAG - Património	Windows	4D
Gesparque – Gestão do parque informático	Windows	
Registo de Juntas de Agricultores	Windows	Oracle em AIX
Infinet – Controlo fitossanitário	(ambiente web)	
Serviço Nacional de Avisos Agrícolas	(ambiente web)	
DATAVAR – Certificação de variedades hortícolas	(ambiente web)	Oracle em Windows
Acreditação de técnicos em modo de protecção integrada, produção integrada e modo de produção biológico	(ambiente web)	MS Access
Base de dados de semente biológica disponível em Portugal	(ambiente web)	MS Access

BALANÇO SOCIAL

RECURSOS HUMANOS

DISTRIBUIÇÃO DE EFECTIVOS

A 31 de Dezembro de 2010, exerciam funções na DGADR um total de 302 efectivos reais que se encontram distribuídos pelas seguintes carreiras:



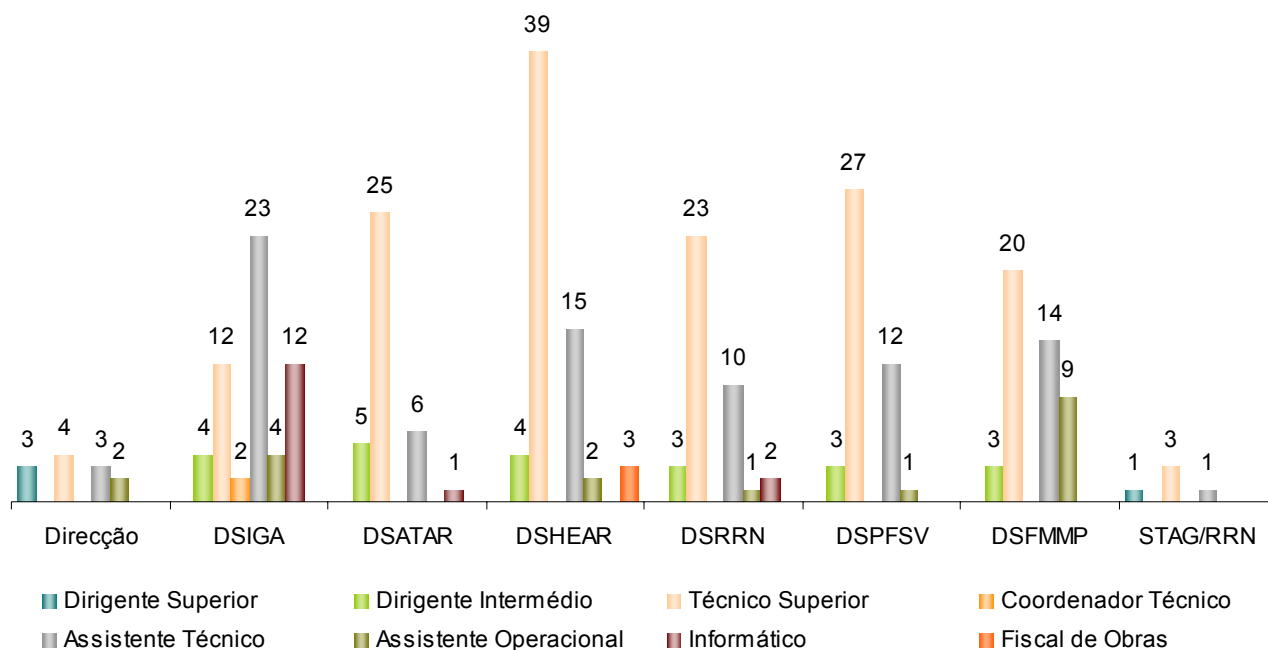
O grupo profissional com maior concentração de pessoal é o técnico superior, que abrange 50,7% dos trabalhadores, seguindo-se 28,5% da carreira assistente técnico.

DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES POR UNIDADE ORGÂNICA

Os 302 efectivos distribuem-se da seguinte maneira pelas diversas unidades orgânicas:

	Direcção	DSIGA	DSATAR	DSHEAR	DSRRN	DSPFSV	DSFMMP	STAG/RRN	TOTAL
Dirigente Superior	3							1	4
Dirigente Intermédio		4	5	4	3	3	3		22
Técnico Superior	4	12	25	39	23	27	20	3	153
Coordenador Técnico		2							2
Assistente Técnico	3	23	6	15	10	12	14	1	84
Assistente Operacional	2	4		2	1	1	9		19
Informático		12	1		2				15
Fiscal de Obras				3					3*
TOTAL	12	57	37	63	39	43	46	5	302

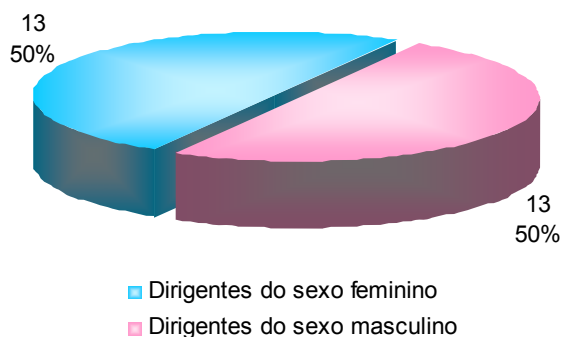
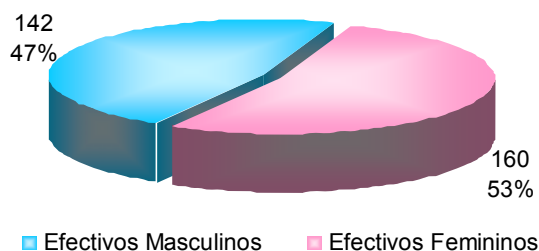
* No QUAR encontram-se incluídos nos Assistentes Operacionais



Quanto à relação jurídica, a totalidade dos efectivos exerceu as suas funções em “Funções Públicas por tempo indeterminado”, com excepção dos dirigentes que exerceram as suas funções em “Comissão de Serviço no âmbito da LVCR”.

DISTRIBUIÇÃO DOS EFFECTIVOS SEGUNDO O SEXO

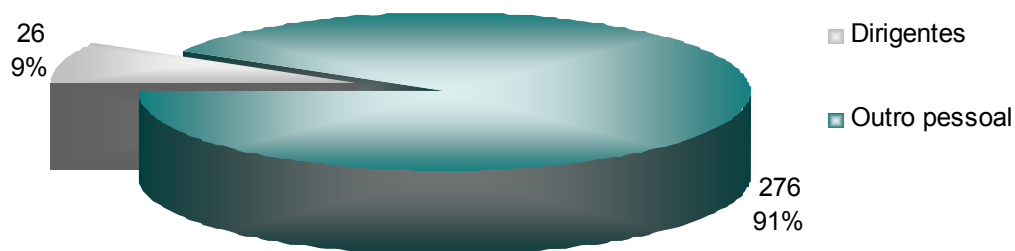
Na totalidade dos efectivos, a representatividade das mulheres é superior, apresentando uma taxa de feminização de 53%.



DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL DIRIGENTE

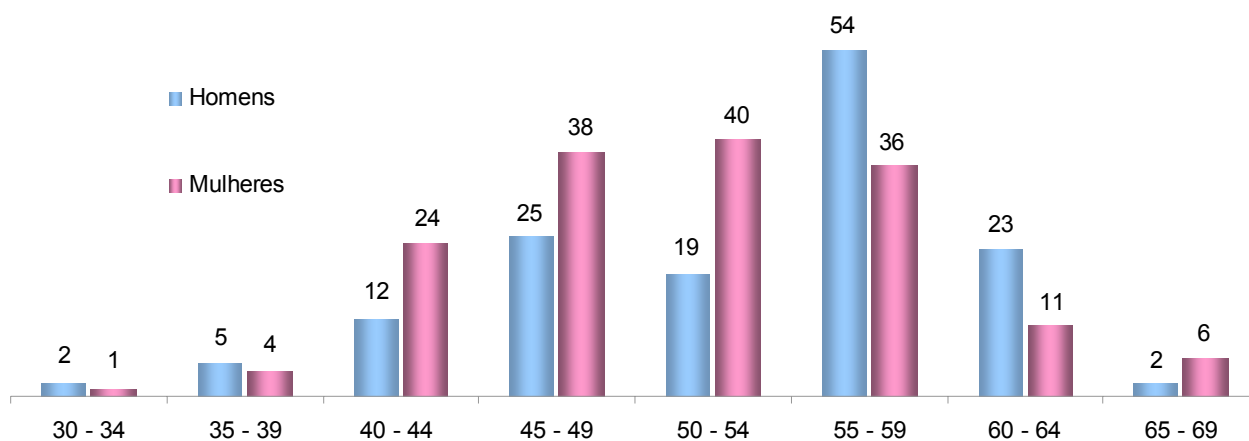
O número de dirigentes femininos e masculinos é igual.

Na proporção existente entre o pessoal dirigente e o restante pessoal verifica-se o seguinte:



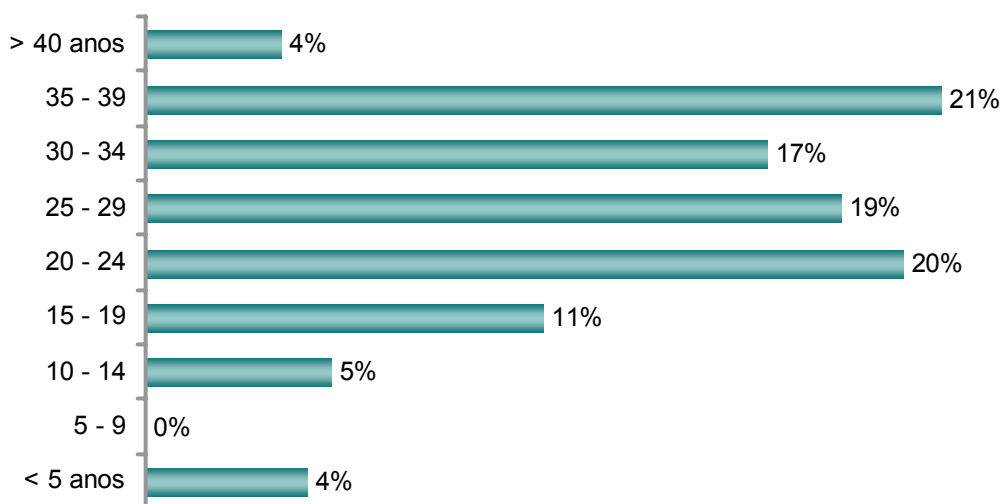
ESTRUTURA ETÁRIA DOS EFECTIVOS

Como se pode observar no quadro que se segue, a maior concentração de trabalhadores encontra-se no grupo etário dos 55-59 anos (90 efectivos). Também neste grupo, ao invés do que se verifica na grande maioria, o número de homens é superior.



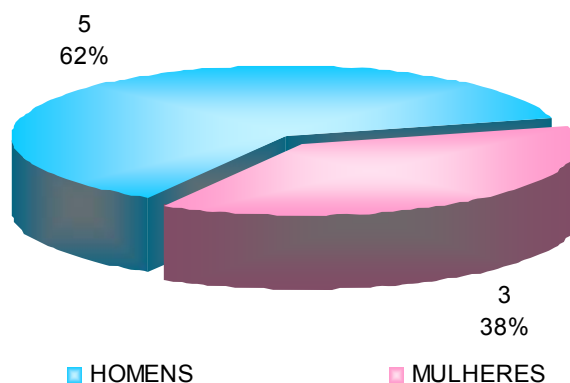
ESTRUTURA DA ANTIGUIDADE NA FUNÇÃO PÚBLICA

No tocante à estrutura da antiguidade na função pública do pessoal da DGADR em 2010, regista-se uma predominância na faixa compreendida entre os 35 e 39 anos com 64 funcionários (21% dos efectivos).



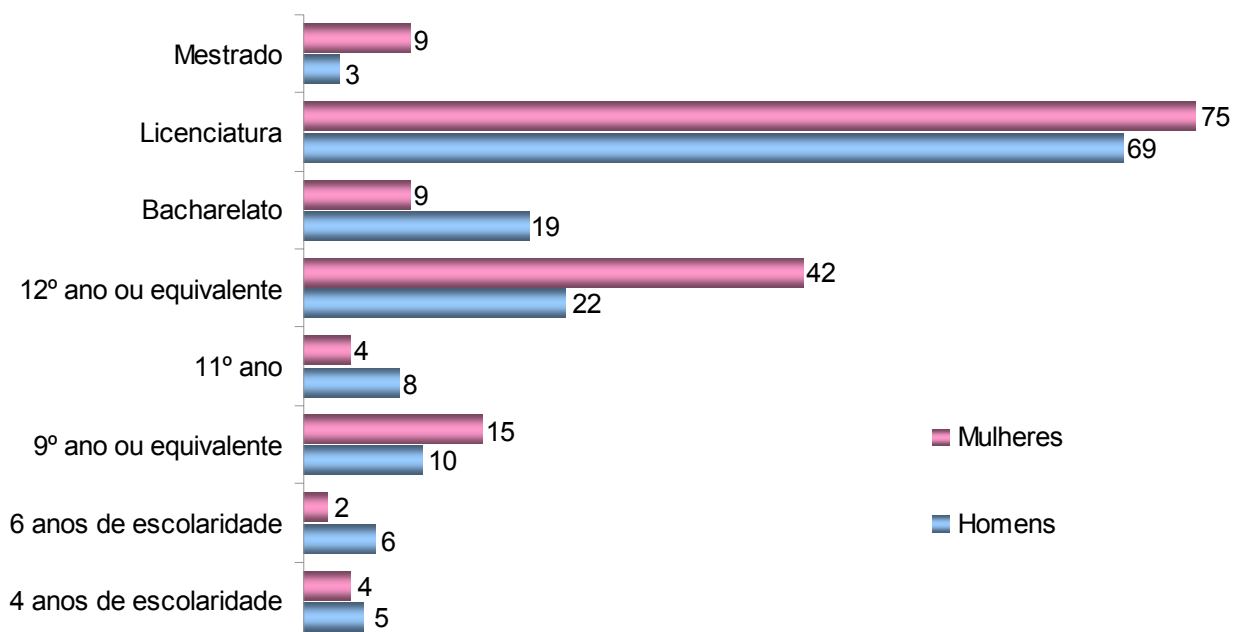
TRABALHADORES PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

A taxa de efectivos portadores de deficiência é de 3% e encontra-se distribuída da seguinte forma:



ESTRUTURA HABILITACIONAL

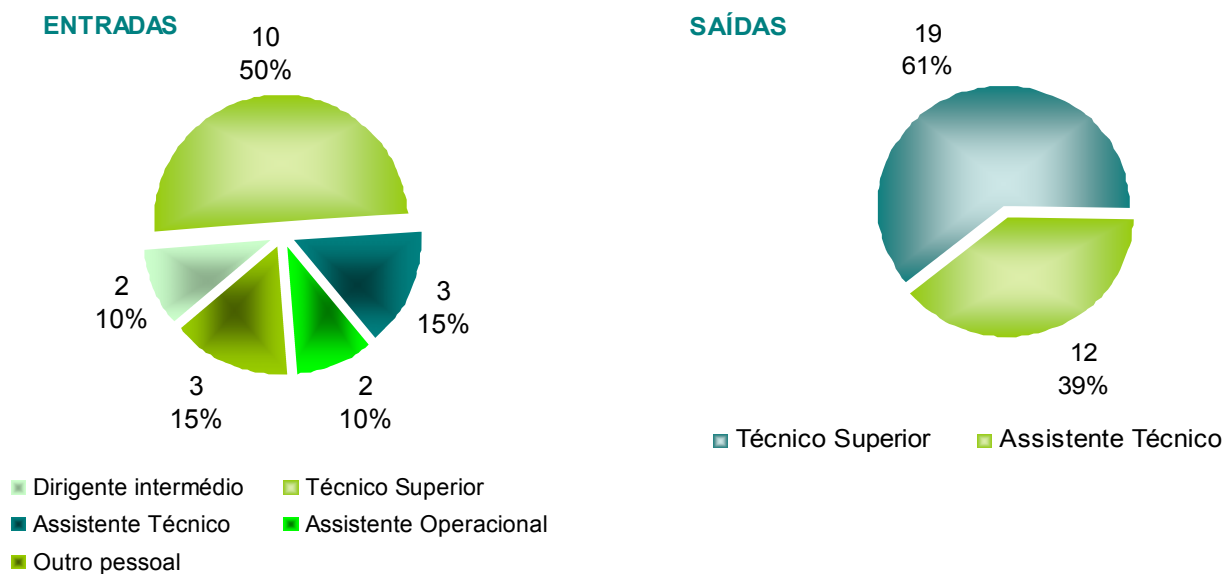
A licenciatura é o grau predominante com 48 % dos efectivos, sendo o índice de formação superior (bacharelato, licenciatura e mestrado) de 61%.



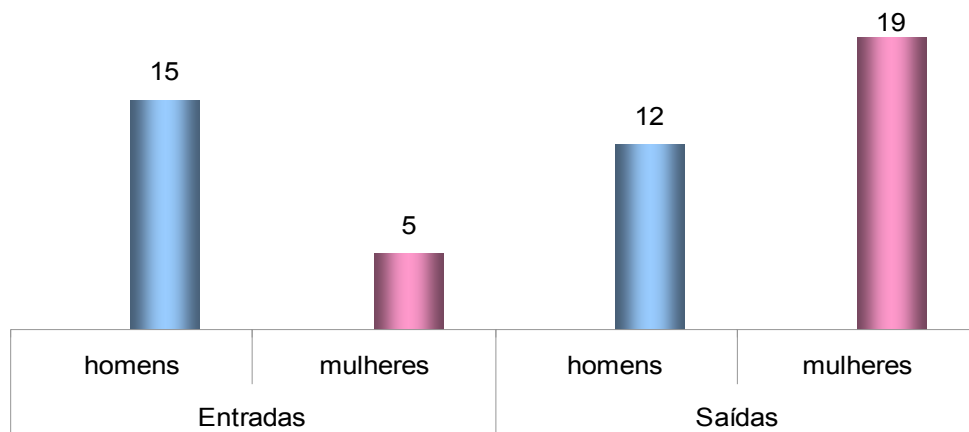
COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL

MOBILIDADE – ENTRADAS E SAÍDAS

As admissões e/ou regressos registarem-se maioritariamente na carreira de técnico superior (50%). Quanto às saídas manteve-se a mesma tendência com 61% nos técnicos superiores. O motivo que deu origem a grande parte das saídas foi a aposentação com 51%.

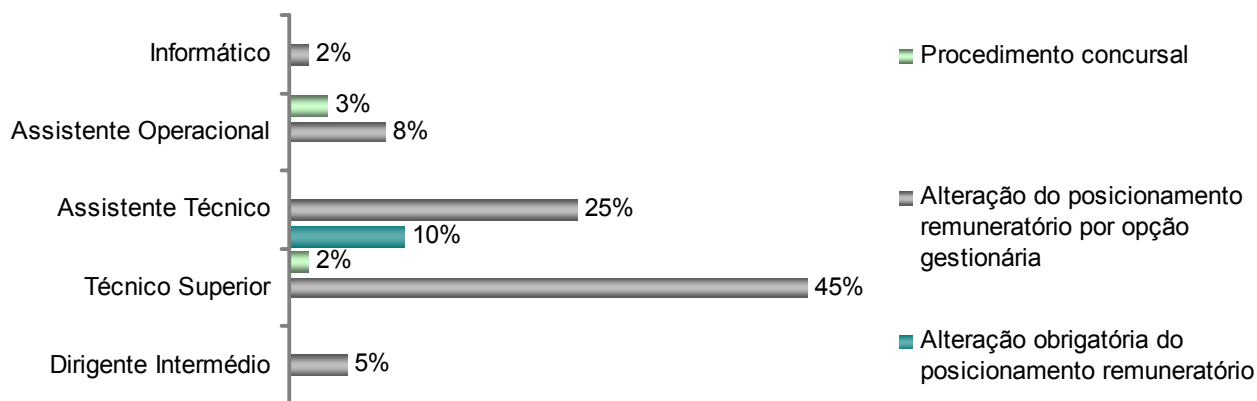


No quadro seguinte encontram-se as entradas e saídas por género:



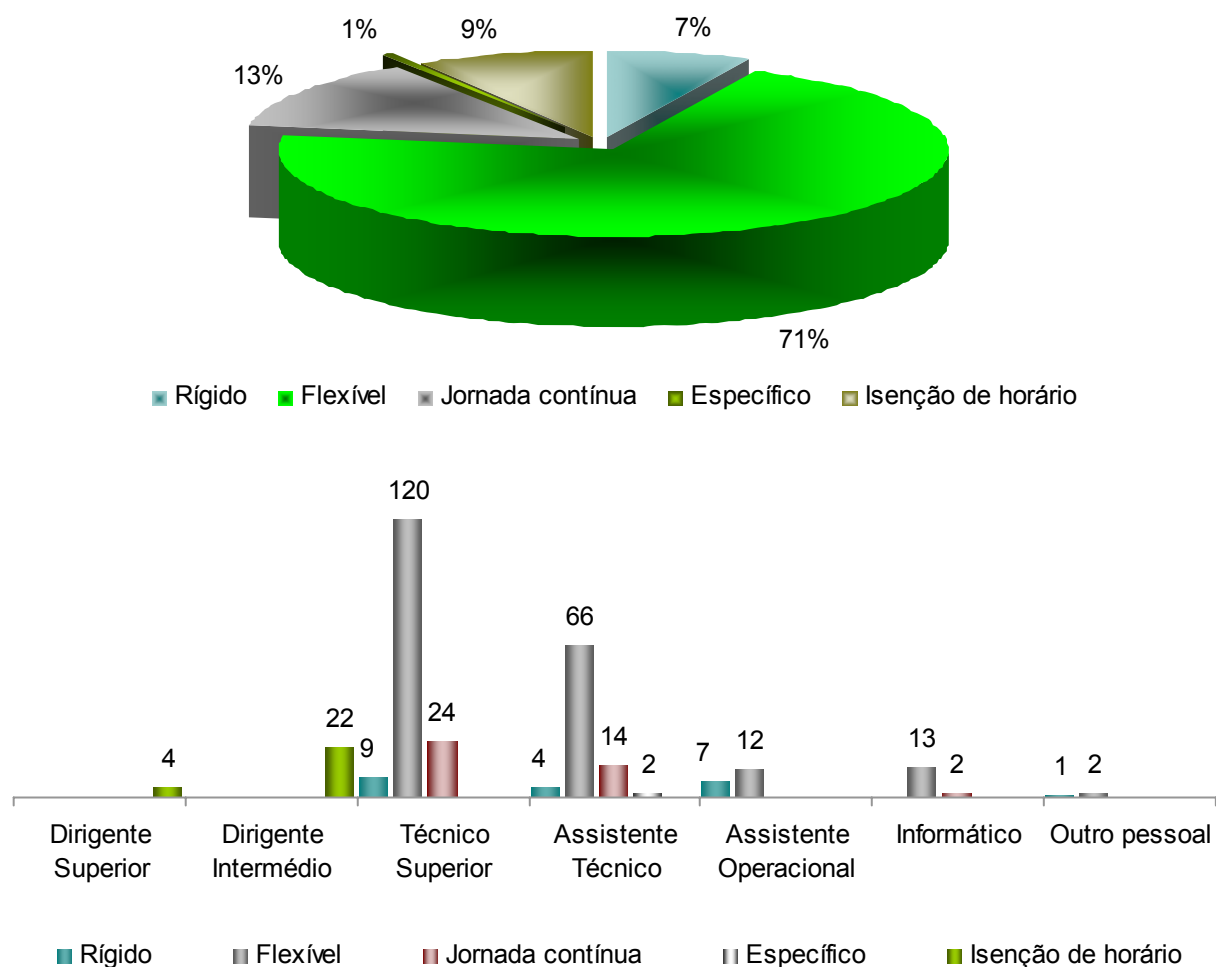
PROMOÇÕES, ALTERAÇÕES DO POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO E RECLASSIFICAÇÕES

No que concerne às mudanças de situação profissional é de salientar que a alteração de posicionamento remuneratório por opção gestionária foi a que abrangeu maior número de trabalhadores (85%). Neste mesmo grupo, a categoria mais beneficiada foi a de técnico superior com 45%.



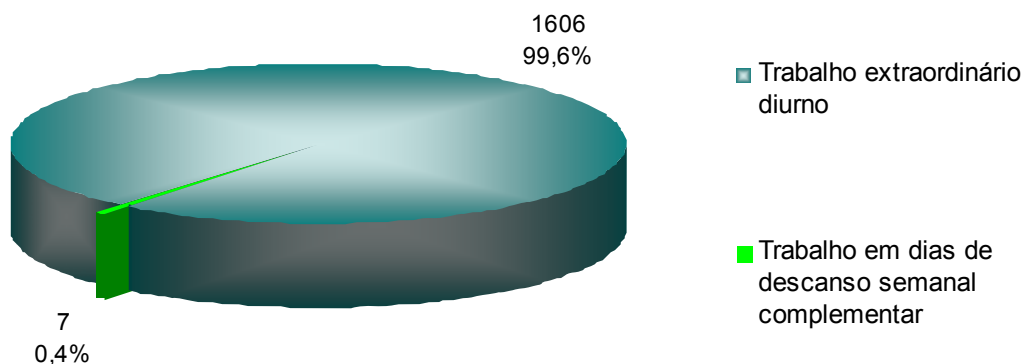
MODALIDADE DE HORÁRIO

O horário de trabalho regra da DGADR é o horário flexível, sendo praticado por 71% dos efectivos, seguindo-se a jornada contínua com 13%.



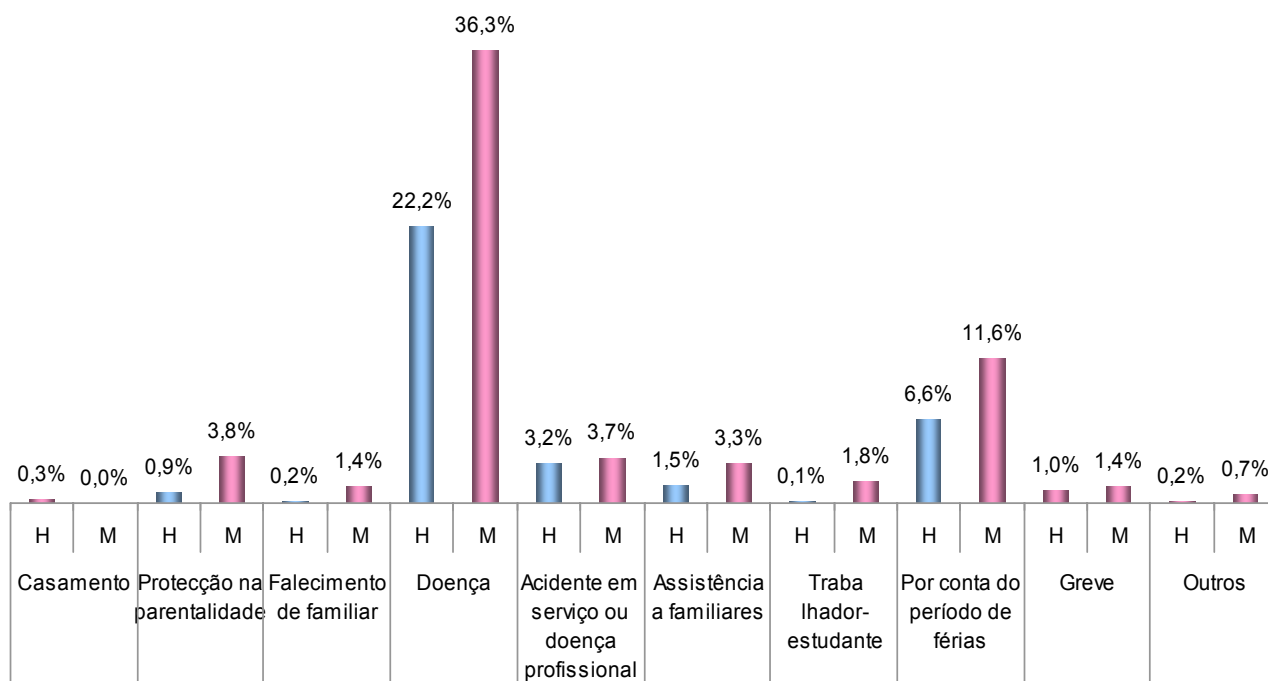
TRABALHO EXTRAORDINÁRIO NOCTURNO E EM DIAS DE DESCANSO SEMANAL, COMPLEMENTAR E FERIADOS.

Foram prestadas 1613 horas de trabalho suplementar, distribuídas da seguinte forma:

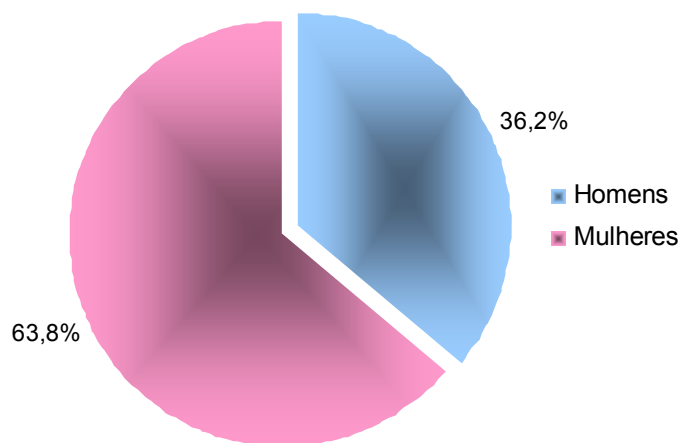


AUSÊNCIA AO TRABALHO

O motivo de ausência ao trabalho com maior percentagem é a doença com 58,5%. Deste grupo 36,3% dos ausentes foram mulheres, como se pode constatar no gráfico que se segue.

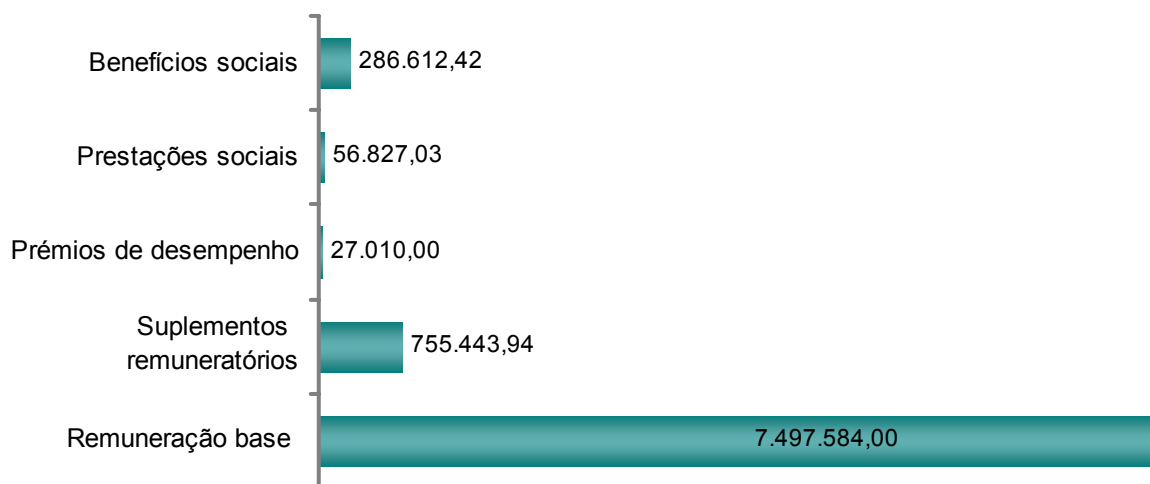


Também se pode constatar que na globalidade da ausência ao trabalho, o sexo feminino foi quem mais esteve ausente.

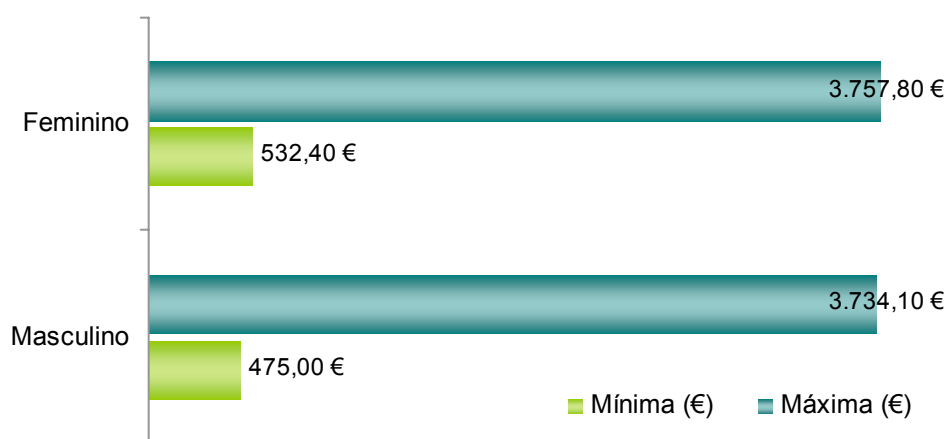


ENCARGOS COM O PESSOAL

O encargo global com o pessoal ascendeu a **8623477,39** euros, distribuídos da seguinte forma:

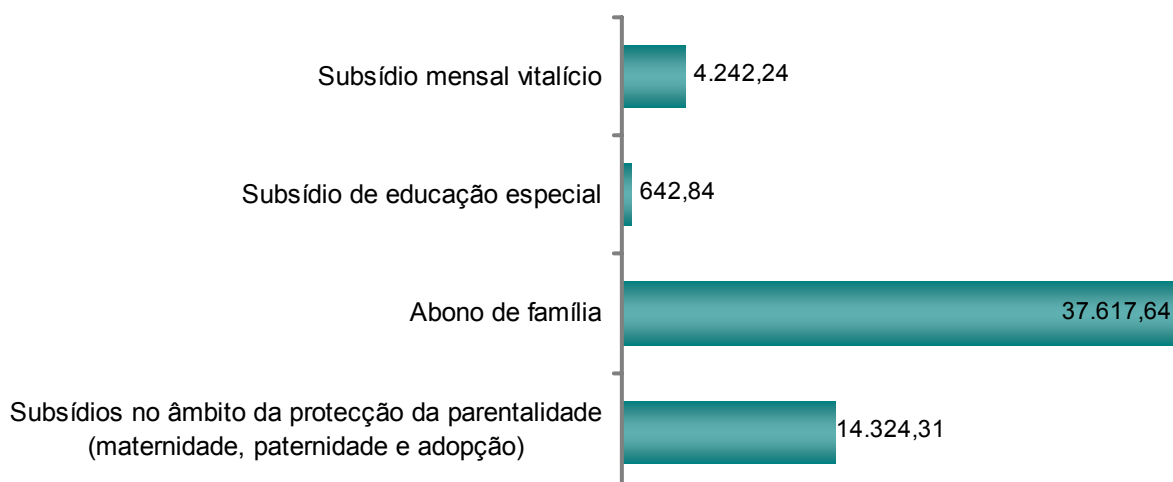


O leque salarial (relação entre a maior e a menor remuneração ilíquida) é de 7,9. A diferença entre a maior e menor remuneração base ilíquida, por género, apresenta-se a seguir:



PRESTAÇÕES SOCIAIS

Os encargos com as prestações sociais distribuem-se da seguinte forma:



Relativamente aos encargos com os benefícios de apoio social foram gastos 285551,98 € em subsídios de refeição.

HIGIENE E SEGURANÇA

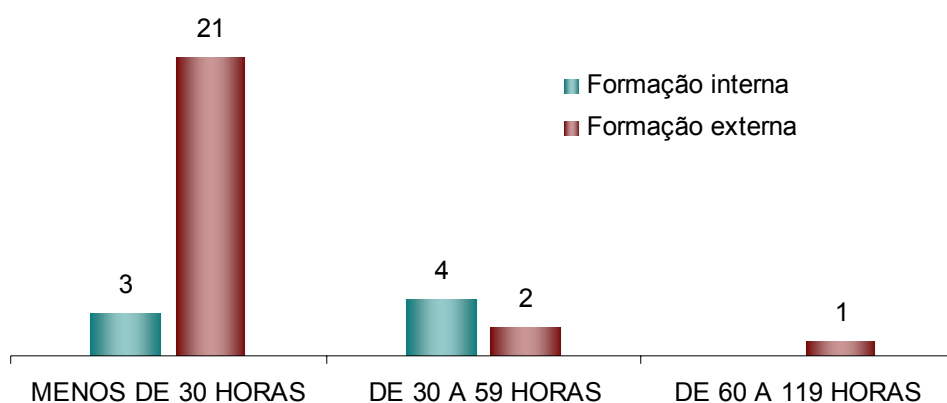
Nesta área apenas há a registar 5 acidentes no local de trabalho e nenhum acidente *in itinere*. Como consequência destes acidentes resultaram 2 baixas inferiores a 30 dias e 3 em baixas iguais ou superiores a 30 dias, o que se traduz num total de 318 dias de trabalho perdidos.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Durante o ano em análise, a DGADR realizou 31 acções de formação, com um total de 105 participações, sendo a taxa de participação em formação de 35%.

FORMAÇÃO INTERNA E EXTERNA

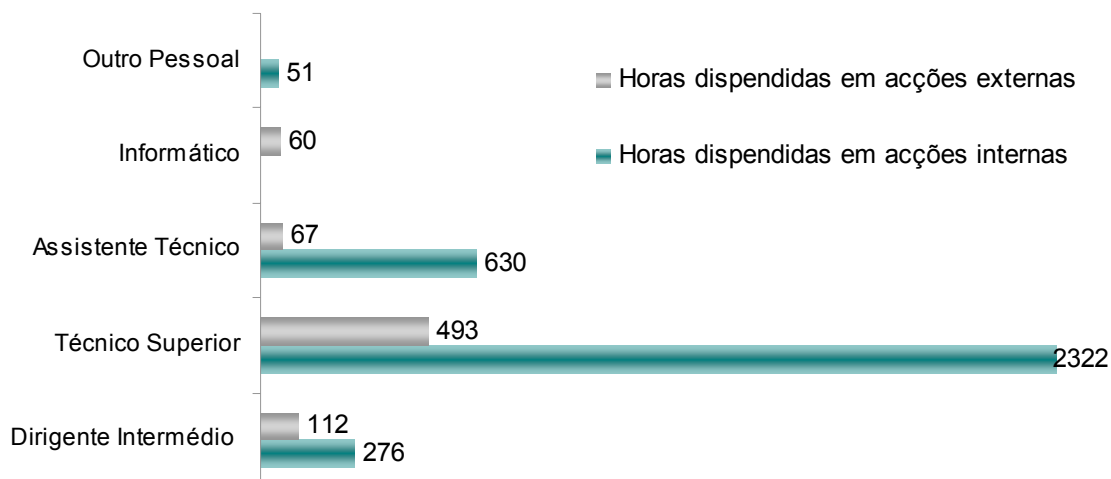
Das 31 acções de formação, 7 foram de formação interna e 24 externa. Estas acções tiveram a participação de 173 formandos, sendo que 131 foram participações em acções internas e 42 em acções externas.



O investimento na formação foi de 14478,70€ no ano em análise, assim distribuído:

Despesa com acções internas	12.292,83
Despesa com acções externas	7.701,00

Do grupo de pessoal que realizou mais horas de formação foi o de técnico superior:



RELAÇÕES PROFISSIONAIS

Trabalhadores sindicalizados, com desconto no vencimento	40
--	----

QUADRO DE ÍNDICES

Tecnicidade	84%
Enquadramento	9%
Enquadramento feminino	4%
Feminização	53%
Formação superior	61%
Formação superior - mulheres	58%
Formação superior - homens	64%
Participação global em formação	35%

CONCLUSÃO

O Balanço Social é um instrumento de planeamento e gestão na área de recursos humanos ao qual esta Direcção-Geral dá especial relevância, uma vez que lhe permite obter todos os dados que possibilitam o desenvolvimento de uma política que fomente a eficácia, a economia e a eficiência dos recursos que lhe estão afectos.

A situação reportada evidencia o número de trabalhadores em exercício de funções tem vindo a decrescer ao longo dos últimos anos, como se pode verificar:

- 346 efectivos em 31/12/2008
- 314 efectivos em 31/12/2009
- 302 efectivos em 31/12/2010

Continua a predominar o pessoal técnico superior, um nível etário elevado e um elevado nível de escolaridade.

AVALIAÇÃO FINAL

QUAR 2010

MADRP

Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

MISSÃO: Promover a Valorização, a Competitividade e a Sustentabilidade da Agricultura e dos Territórios Rurais (BSC)

VISÃO: Ser a autoridade de excelência nas áreas Fitossanitária e do Regadio e uma referência no Desenvolvimento Rural (BSC)

Objectivos Estratégicos	2010	
	Pontuação (previsto)	Pontuação (realizado)
OE 1: Melhorar a competitividade e sustentabilidade do sector agrícola e dos territórios rurais;		
OE 2: Aumentar o grau de satisfação dos clientes;		
OE 3: Optimizar a gestão dos recursos humanos e materiais.		

Objectivos Operacionais

EFICÁCIA **40,0%**

O1. Aumentar a área de regadio colectiva pública Ponderação: 30,0%

Indicadores	2008	2009	2010 Meta	Peso	Realizado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind 1. N.º de hectares de regadio em obra	3177	4200	5660	100%	5661	100,02%	Superado	0%

O2. Garantir a implementação de medidas no âmbito do regime fitossanitário Ponderação: 30,0%

Indicadores	2008	2009	2010 Meta	Peso	Realizado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind 2. N.º de dias úteis para promover o controlo do NMP através das inspecções das UITM e unidades de montagem de embalagens após a entrada do pedido	NA	NA	[9-15]	50%	11	100,00%	Atingido	0%
Ind 3. Criação de um quadro legal relativo a áreas agrícolas abandonadas	NA	NA	[274-304] dias => [1-31Out]	50%	176 dias (25-Jun)	155,68%	Superado	56%

O3. Garantir as condições de segurança nas barragens hidroagrícolas Ponderação: 40,0%

Indicadores	2008	2009	2010 Meta	Peso	Realizado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind 4. N.º de planos de emergência interna das barragens	NA	NA	4	100%	5	125,00%	Superado	25%

EFICIÊNCIA **20,0%**

O4. Aumentar as Receitas Próprias melhorando o processo de cobrança da dívida vencida Ponderação: 100,0%

Indicadores	2008	2009	2010 Meta	Peso	Realizado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind 5. (Dívida 2010 - dívida 2009) / (Dívida 2010) * 100	NA	NA	5%	100%	9,5%	182,69%	Superado	83%

QUALIDADE **40,0%**

O5. Promover a utilização sustentável de Produtos Fitofarmacêuticos Ponderação: 40,0%

Indicadores	2008	2009	2010 Meta	Peso	Realizado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind 6. Revisão do quadro legal relativo à distribuição, comercialização e aplicação de PF	NA	NA	[335-365] dias => [1-31 Dez]	60%	326 dias (22-Nov)	102,76%	Superado	3%
Ind 7. Reformulação da proposta de quadro legal relativo à aplicação de PF em zonas urbanas, de lazer e vias de comunicação	NA	NA	[152-181] dias => [1-30 Jun]	40%	125 dias (5-Mai)	121,60%	Superado	22%

O6. Enquadrar e consolidar a legislação relativa à Formação Profissional nas áreas de competência do MADRP Ponderação: 30,0%

Indicadores	2008	2009	2010 Meta	Peso	Realizado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind 8. Proposta de Legislação enquadradora da formação profissional no âmbito do MADRP	NA	NA	[335-365] dias => [1-31 Dez]	55%	334 dias (30-Nov)	100,30%	Superado	0%
Ind 9. Propostas de Diplomas de regulamentação de cursos de formação profissional no âmbito do MADRP	NA	NA	2	45%	3	150,00%	Superado	50%

QUAR 2010

MADRP

Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

O7. Reduzir o prazo médio de pagamento a fornecedores pagos pela fonte de financiamento de receita (FF123) em 4,5% nas rubricas de bens e serviços correntes e aquisição de bens de capital Ponderação: 30,0%

Indicadores	2008	2009	2010 Meta	Peso	Realizado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind 10. (Data de pagamento - data de factura) / Número de facturas pagas	NA	68	65	100%	48	133,33%	Superado	33%

Os objectivos mais relevantes são: Obj 3; Obj 4; Obj 5; Obj 6

Recursos Humanos - 2010	Pontuação	Nº	Pontos Planeados	Nº	Pontos Executados	Desvio
Dirigentes - Direcção superior	20	3	60	4	74	-14
Dirigentes - Direcção intermédia e Chefes de equipa	16	22	352	22	309	43
Técnico Superior	12	179	2148	153	1589	559
Coordenador Técnico	9	2	18	2	16	2
Informáticos	9	15	135	15	122	13
Assistente Técnico	8	104	832	84	587	245
Assistente Operacional	5	21	105	22	77	28
Total		346	3650	302	2774	876

Nº de efectivos no Organismo	31-12-2008	31-12-2009	31-12-2010
Nº de efectivos a exercer funções na DGADR	346	314	302

Recursos Financeiros (euros) - 2010	Orçamento	Realizado	Desvio
Orçamento Funcionamento	13.894.933,00	12.682.843,71	1.212.089,29
Despesas com o Pessoal (01)	10.046.881,00	9.558.368,52	488.512,48
Aquisição de bens e serviços (02)	3.295.579,00	2.929.494,83	366.084,17
Outras despesas correntes (06)	532.173,00	147.234,42	384.938,58
Despesas de capital (07)	20.300,00	47.745,94	-27.445,94
PIDDAC	1.799.050,00	161.827,90	1.637.222,10
Outros (Projectos)	72.673.176,00	21.173.524,56	51.499.651,44
Total	88.367.159,00	34.018.196,17	54.348.962,83

Indicadores	Fonte de Verificação
Ind 1. Nº de hectares de regadio em obra	Autos de medição
Ind 2. N.º de dias úteis para promover o controlo do NMP através das inspecções das UITM e unidades de montagem de embalagens após a entrada do pedido	N.º médio de dias para resposta aos pedidos de inspecção
Ind 3. Criação de um quadro legal relativo a áreas agrícolas abandonadas	Prazo de elaboração do quadro legal
Ind 4. Nº de planos de emergência interna das barragens	Concursos lançados
Ind 5. (Dívida 2010 - dívida 2009) / (Dívida 2010) * 100	Sistema interno de registo de receitas
Ind 6. Revisão do quadro legal relativo à distribuição, comercialização e aplicação de PF	Data de apresentação superior da proposta
Ind 7. Reformulação da proposta de quadro legal relativo à aplicação de PF em zonas urbanas, de lazer e vias de comunicação	Data de apresentação superior da proposta
Ind 8. Proposta de Legislação enquadradora da formação profissional no âmbito do MADRP	Apresentação de proposta à Tutela
Ind 9. Propostas de Diplomas de regulamentação de cursos de formação profissional no âmbito do MADRP	Apresentação de duas propostas à Tutela
Ind 10. (Data de pagamento - data de factura) / Número de facturas pagas	Sistema interno de registo de facturas

APRECIAÇÃO QUALITATIVA E QUANTITATIVA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS E MENÇÃO HONROSA

Para ciclo de gestão de 2010, o QUAR foi composto por três Objectivos Estratégicos, que são plurianuais e para os quais convergiram sete Objectivos operacionais anuais das Unidades Orgânicas, repartidos pelas dimensões Eficácia, Eficiência e Qualidade. A fim de apurar o grau de cumprimento destes objectivos foram definidos 10 indicadores, com uma taxa de superação de 90%.

Em relação aos parâmetros de avaliação, os três objectivos da dimensão Eficácia, o objectivo da Eficácia os restantes três objectivos da Qualidade atingiram um desvio positivo de 32,25%.

A nível dos Recursos Humanos, e tendo sido considerado que as Unidades Equivalentes de Recursos Humanos Planeados em 2010 assumem o valor global de 226 dias, foi de menos 876 Unidades do que o previsto (correspondendo à diferença entre as Unidades Equivalentes de Recursos Humanos Planeados - UERHP e as Unidades Equivalentes de Recursos Humanos Executados - UERHE), sendo a maior lacuna da pontuação executada face à planeada ao nível de Técnicos Superiores.

O desvio ao nível dos Recursos Financeiros e relativamente ao Orçamento de Funcionamento, é de menos 1.221.089 €, considerando o valor realizado face ao estimado. Relativamente ao Orçamento de investimento PIDDAC, o desvio é de menos 1.637.222 €, sendo a execução final inferior à execução planeada.

Tendo em consideração todos os factores atrás enunciados, nomeadamente a taxa de realização dos objectivos do QUAR acrescido do facto de os objectivos operacionais e de suporte das Direcções de Serviços terem sido superadas em 70% e terem sido efectuadas actividades relevantes não planeadas propõem-se o seguinte:

MENÇÃO PROPOSTA PELO DIRIGENTE MÁXIMO DO SERVIÇO COMO RESULTADO DA AUTO-AVALIAÇÃO

Pela análise dos resultados obtidos em cada um dos objectivos e considerando a ponderação das dimensões, nomeadamente **EFICÁCIA (40%)**, **EFICIÊNCIA (20%)** e **QUALIDADE (40%)** resulta um valor de **47,34%** no parâmetro **EFICÁCIA**, **36,54%** no parâmetro **EFICIÊNCIA** e **48,37%** no parâmetro **QUALIDADE**.

Considerando estes valores, que correspondem à totalidade dos objectivos mais relevantes superados, alcançou-se um valor final de **132,25%**.

O Dirigente máximo do Serviço face ao desempenho apresentado pelo Serviço propõe a menção de **DESEMPENHO BOM**.

CONCLUSÕES PROSPECTIVAS E PLANO DE MELHORIAS

A DGADR é um organismo que surge, em resultado do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado – PRACE, da fusão de dois outros organismos extintos: DGPC (Direcção-Geral de Protecção das Culturas) e IDRHa (Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica) ambos já resultado também de diversas reestruturações, com missões e atribuições específicas.

Devido ao facto desses organismos antecessores se caracterizarem por missões e atribuições diferenciadas alguns desafios têm sido colocados, ao organismo aglutinador, nomeadamente ao nível da cultura organizacional também fortemente influenciada pelas diferentes localizações físicas dos edifícios da DGADR: Areeiro, Tapada da Ajuda, Oeiras e Escaroupim (Salvaterra de Magos).

Esta linha de orientação já anteriormente adoptada em 2009 traduziu-se em 2010 na apresentação de projectos ao PIDDAC, em que embora nem todos tivessem sido aprovados, foram perspectivados numa lógica de orientação para resultados e numa perspectiva de melhoria contínua

√ Projecto **Adaptação e renovação da infra-estrutura tecnológica** (não aprovado)

Adequar a infra-estrutura tecnológica às necessidades funcionais da DGADR.

Os serviços principais da DGADR estendem-se, tal como já foi referido anteriormente, por edifícios em três localizações (Areeiro, Tapada da Ajuda e Oeiras) dos quais apenas os da Tapada não estão dotados de uma infra-estrutura de voz e dados estruturada, e de energia adaptada às crescentes necessidades dos equipamentos aí residentes, tornando-a insegura, e de um *data center* devidamente adaptado à sua função.

Da mesma forma existe um desequilíbrio entre as infra-estruturas de segurança contra intrusão electrónica de Oeiras relativamente aos restantes edifícios. O equipamento que a está a assegurar está obsoleto e sem as devidas actualizações.

A par da preocupação com a estrutura de suporte aos dados é fundamental actualizar e normalizar as estruturas de segurança e preservação dos dados pelo que se pretendia actuar a este nível e assegurar a possibilidade de recuperação de dados em caso de perda accidental ou de outra origem.

√ Projecto **Substituição e adaptação da estrutura de suporte a actividades críticas** (não aprovado)

A DGADR possuindo a competência da coordenação do Benefício Fiscal ao Gasóleo, tem também a função de gerir manter e disponibilizar à DGAIEC a base de dados nacional de controlo, acompanhamento e fiscalização daquele benefício nos termos dos artigos 9º e 15º da Portaria 361-A/2008.

É pois fundamental a evolução quer ao nível de hardware quer de software quer mesmo do modelo funcional.

√ Projecto **Gestão integrada no âmbito das TIC na DGADR** (não aprovado)

Implementação dum sistema de gestão integrada que permita uma visão global do parque informático, informação de apoio à decisão actualizada e fiável, controlo permanente da situação do parque, possibilidade de agir preventivamente para evitar situações que afectem a disponibilidade dos serviços informáticos, a locação

eficaz dos recursos disponíveis, redução dos custos de operação e uma base sólida para futura implementação **ITIL** (conjunto das melhores práticas que ajudam as instituições a criar uma cultura *IT Service Management*) e certificação **ISO**.

√ Projecto **Gestão documental e processual** (não aprovado)

Devido à DGADR possuir edifícios em três localizações principais distantes entre si, em que cada um deles recebe e envia correspondência, produz documentos, o facto de não possuir nenhuma gestão documental não permite uma rapidez óptima de circulação de documentos. Os documentos circulam hoje através de “esta-feta”. Daqui resulta a dificuldade da localização de documentos originais e de observação do circuito que seguiram, tornando-se esta forma de trabalhar altamente ineficiente e onerosa para o serviço, quer em tempo quer em custos associados.

Assim, a par com a eliminação deste problema, pretende-se evoluir na forma de tratar os documentos, e aumentar a eficiência dos processos e assim alinhar a DGADR com os objectivos do PRACE e do SIMPLEX no que concerne à redução do tempo de resposta às diversas solicitações efectuadas à instituição.

A implementação da gestão electrónica de documentos e processos pode ser uma ferramenta potenciadora da automatização de processos estáveis que envolvam outros organismos, através da utilização da assinatura electrónica, permitindo a circulação de documentos em formato digital autenticado entre os mesmos.

√ Projecto **Aperfeiçoamento, actualização, especialização e qualificação dos recursos humanos no âmbito das atribuições da DGADR** (não aprovado)

O projecto materializa o plano de formação da DGADR no âmbito das suas áreas de atribuição, muito em especial na sua qualidade de Autoridade Fitossanitária Nacional e Autoridade de Regadio e concomitantemente decorrente das necessidades de formação determinadas pela aplicação da legislação nacional e comunitária para estas áreas. No plano financeiro corresponde por um lado à contrapartida nacional para financiamento comunitário FSE, por outro a recursos nacionais que é preciso assegurar para garantir o financiamento de custos não elegíveis em programas co-financiados e, finalmente, a recursos nacionais necessários para a concretização de algumas das acções indicadas e que não são elegíveis nos programas co-financiados, designadamente nem no POPH, nem no PRODER.

A concretização do projecto reveste-se de extrema importância para assegurar a nível da DGADR a capacitação dos seus funcionários.

√ Projecto **Informatização da tramitação processual do regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional (RAN)** (aprovado)

Realizar informaticamente, com recurso a sistema informático próprio, a tramitação processual do regime jurídico da RAN nos termos da obrigatoriedade estabelecida no Artigo 36º do Decreto-Lei n.º 73/2009 de 31 de Março publicado no DR, 1ª Série, nº 63.

✓ Projecto **Tratamento, Gestão e Divulgação do Acervo Documental, Histórico e Administrativo da Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural** (não aprovado)

Tem como objectivo disponibilizar de forma organizada e digitalmente o acervo documental da DGADR que na sequência de processos de reestruturações consecutivas levou à acumulação de vários núcleos de arquivo não tratado que se encontram dispersos por vários espaços físicos e que urge concentrar e tratar.

✓ Projecto **Medidas Fitossanitárias** (aprovado)

Contribuir para a competitividade das explorações agrícolas através de:

- Garantir o bom estado fitossanitário das culturas
- Garantir a qualidade dos materiais de multiplicação de plantas (sementes e materiais de propagação vegetativa)

Sendo a Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) a Autoridade Fitossanitária Nacional, de acordo com as competências atribuídas pelo Decreto-Lei n.º 209/2006, de 27 de Outubro, compete-lhe garantir e zelar pelo bom estado fitossanitário das culturas através da implementação de medidas de acção adequadas e assegurar o cumprimento das obrigações nacionais, comunitárias e internacionais neste âmbito. Saliente-se que esta matéria é fortemente condicionada por imposições (legislação) comunitárias a que Portugal, tal como outros Estados-membros, está obrigado a cumprir, sendo sujeito anualmente a acções de fiscalização por parte dos organismos competentes de controlo da Comissão Europeia.

✓ Projecto **INTERREG SUDOE: “Viajando por Besanas”** (aprovado)

Diversificar as actividades económica e social do sector primário do meio rural no espaço SUDOE, mediante a utilização do sector turístico como ferramenta que facilite o desenvolvimento das potencialidades dos sectores tradicionais e melhore a percepção social destas ocupações.

Este projecto integra o Programa Operacional de Cooperação Transnacional – INTERREG SUDOE aprovado em 4 de Junho de 2009. Enquadra-se no eixo 3 “Integração harmoniosa do espaço do SUDOE e melhoria da acessibilidade às redes de informação”. Pretende enfrentar a problemática do abandono das profissões tradicionais do sector primário, proporcionando também alternativas para a população jovem e contrariando o êxodo para as cidades. Pela natureza das profissões e actividades visadas, aposta também na recuperação e gestão ecológica do ambiente envolvente.

✓ Projecto **Emparcelamento Rural** (não aprovado)

Promover o encerramento dos projectos de emparcelamento rural actualmente em curso.

Ainda numa perspectiva de melhoria da qualidade dos serviços prestados, não só a nível externo, mas também interno, foram realizados questionário elaborados com base na CAF (Estrutura Comum de Avaliação - Common Assessment Framework) a clientes externos, para averiguar qual o seu grau de satisfação com os servi-

ços prestados, e aos trabalhadores, clientes internos, no sentido de averiguar, igualmente, qual o seu grau de satisfação com o organismo onde exercem funções.

A análise dos questionários permitiu também identificar algumas áreas que necessitam de maior atenção, nomeadamente:

- Melhoria nos contactos do exterior directamente com os técnicos responsáveis
- O desenvolvimento de competências
- Formação nas áreas de SIADAP 2 e 3
- Necessidade da existência de um sistema de gestão documental

A identificação destas áreas foi relevante porque constituem também uma orientação importante para a definição da política de formação operacionalizável através do Plano de Formação para o biénio 2010-2012.

Em Outubro de 2010, efectuou-se candidatura ao Programa Operacional Potencial Humano (POPH) que previa executar 33 acções de formação a serem frequentadas por 508 formandos, prevendo 13817 horas de formação, das quais 3514 horas de TIC e envolvendo um investimento de 157 820,65 euros.

O POPH aprovou para realização no ano de 2011 dezanove acções de Formação a serem executadas até 29/11/2011, estas para um universo de 295 formandos internos e um volume total de 7066 horas formação, com um montante de Investimento de 67 763,18 euros, sendo 48 104,54 € (70,99%) suportados pelo FSE e 19 658,64 € (29,01%) a Contribuição Pública Nacional, que neste caso corresponde à imputação do custo hora dos formandos que frequentem as acções.

ANEXOS

QUADROS DO BALANÇO SOCIAL

1. RECURSOS HUMANOS

CONTAGEM DOS TRABALHADORES POR GRUPO/CARGO/CARREIRA, SEGUNDO A MODALIDADE DE VINCULAÇÃO E GÉNERO

Recursos Humanos	SEXO	DIRIGENTE SUPERIOR	DIRIGENTE INTERMÉDIO	TECNICO SUPERIOR	ASSISTENTE TÉCNICO	ASSISTENTE OPE-RACIONAL	INFORMÁTICO	OUTRO PESSOAL	TOTAL
Total de efectivos	H	0	0	74	33	10	9	3	129
	M	0	0	79	53	9	6	0	147
	T	0	0	153	86	19	15	3	276
Cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente	H	3	10	0	0	0	0	0	13
	M	1	12	0	0	0	0	0	13
	T	4	22	0	0	0	0	0	26
Prestação de serviços	H	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		4	22	153	86	19	15	3	302

Prestações de Serviços	M	F	Total
Tarefas	0	0	0
Avenças	0	0	0
Total	0	0	0

ÍNDICE DE TECNICIDADE	Técnico Superior + Informático + Assistente técnico	84%
	Total de efectivos	
ÍNDICE DE ENQUADRAMENTO	Pessoal dirigente	9%
	Total de efectivos	
ÍNDICE DE ENQUADRAMENTO FEMININO	Pessoal dirigente feminino	4%
	Total de efectivos	

ÍNDICE DE FEMINIZAÇÃO

Efectivos do sexo feminino

Total de efectivos

53%

CONTAGEM DOS TRABALHADORES POR GRUPO/CARGO/CARREIRA, SEGUNDO O ESCALÃO ETÁRIO E GÉNERO

ESTRUTURA ETÁRIA POR GRUPO/CARGO/CARREIRA	SEXO	< 20 anos	20 - 24	25 - 29	30 - 34	35 - 39	40 - 44	45 - 49	50 - 54	55 - 59	60 - 64	65 - 69	TOTAL
Dirigente Superior	H							1		1	1		3
	M									1			1
	T	0	0	0	0	0	0	1	0	2	1	0	4
Dirigente Intermédio	H						1	2	1	4	2		10
	M						4	3	3	1	1		12
	T	0	0	0	0	0	5	5	4	5	3	0	22
Técnico Superior	H				1	3	6	8	8	30	18		74
	M				1	3	12	21	19	15	6	2	79
	T	0	0	0	2	6	18	29	27	45	24	2	153
Assistente Técnico	H				1	1	1	8	6	14	2		33
	M					1	7	8	14	18	4	1	53
	T	0	0	0	1	2	8	16	20	32	6	1	86
Assistente Operacional	H						3	2	2	2		1	10
	M						1	4	1	1		2	9
	T	0	0	0	0	0	4	6	3	3	0	3	19
Informático	H					1	1	2	2	3			9
	M							2	3			1	6
	T	0	0	0	0	1	1	4	5	3	0	1	15
Outro pessoal	H							2				1	3
	M												0
	T	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	1	3
TOTAL		0	0	0	3	9	36	63	59	90	34	8	302

ESTRUTURA ETÁRIA	< 20 anos	20 - 24	25 - 29	30 - 34	35 - 39	40 - 44	45 - 49	50 - 54	55 - 59	60 - 64	65 - 69	TOTAL
Homens	0	0	0	2	5	12	25	19	54	23	2	142
Mulheres	0	0	0	1	4	24	38	40	36	11	6	160
TOTAL	0	0	0	3	9	36	63	59	90	34	8	302

CONTAGEM DOS TRABALHADORES POR GRUPO/CARGO/CARREIRA, SEGUNDO O NÍVEL DE ANTIGUIDADE E GÉNERO

ESTRUTURA ANTIGUIDADES	HOMENS	MULHERES	TOTAL
<5 anos	9	4	13
5 - 9	0	0	0
10 - 14	5	10	15
15 - 19	14	18	32
20 - 24	17	44	61
25 - 29	24	32	56
30 - 34	31	19	50
35 - 39	35	29	64
>40 anos	7	4	11
TOTAL	142	160	302

ESTRUTURA DO NÍVEL DE ANTIGUIDADE	SEXO	<5 anos	5 - 9	10 - 14	15 - 19	20 - 24	25 - 29	30 - 34	35 - 39	>40 anos	TOTAL
Dirigente Superior	H				1			1	1		3
	M							1			1
	T	0	0	0	1	0	0	2	1	0	4
Dirigente Intermédio	H	1			1	2	1	2	3		10
	M	1		2	3	2	1	2	1		12
	T	2	0	2	4	4	2	4	4	0	22
Técnico Superior	H	7		2	5	11	9	20	18	2	74
	M	3		4	11	24	14	9	12	2	79
	T	10	0	6	16	35	23	29	30	4	153
Assistente Técnico	H	1		3	3	1	7	5	10	3	33
	M			3	4	15	10	5	14	2	53
	T	1	0	6	7	16	17	10	24	5	86
Assistente Operacional	H				1	2	4	2	1		10
	M			1	3	3	3	2			12
	T	0	0	1	4	5	7	4	1	0	22
Informático	H						2	1	2	1	6
	M						4		2		6
	T	0	0	0	0	0	6	1	4	1	12
Outro pessoal	H					1	1			1	3
	M										0
	T	0	0	0	0	1	1	0	0	1	3
TOTAL		13	0	15	32	61	56	50	64	11	302

CONTAGEM DOS TRABALHADORES POR GRUPO/CARGO/CARREIRA, SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE E GÉNERO

ESTRUTURA POR HABILITAÇÕES ACADÉMICAS	SEXO	Menos de 4 anos de escolaridade	4 anos de escolaridade	6 anos de escolaridade	9º ano ou equivalente	11º ano	12º ano ou equivalente	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	TOTAL
Dirigente Superior	H								3			3
	M								1			1
	T	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	4
Dirigente Intermédio	H								10	0		10
	M								9	3		12
	T	0	0	0	0	0	0	0	19	3	0	22
Técnico Superior	H							19	52	3		74
	M							9	64	6		79
	T	0	0	0	0	0	0	28	116	9	0	153
Assistente Técnico	H			1	8	7	17					33
	M		2	2	10	2	37					53
	T	0	2	3	18	9	54	0	0	0	0	86
Assistente Operacional	H		4	2	1		3					10
	M		2		5		2					9
	T	0	6	2	6	0	5	0	0	0	0	19
Informático	H			1	1	1	2		4			9
	M					2	3		1			6
	T	0	0	1	1	3	5	0	5	0	0	15
Outro pessoal	H		1	2								3
	M		0	0								0
	T	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	3
TOTAL		0	9	8	25	12	64	28	144	12	0	302

ÍNDICE DE FORMAÇÃO SUPERIOR

Doutoramento+Mestrado+Licenciatura+Bacharelato
Total de efectivos 61%

ÍNDICE DE FORMAÇÃO SUPERIOR MULHERES

Doutoramento+Mestrado+Licenciatura+Bacharelato
Total de efectivos / Mulheres 58%

ÍNDICE DE FORMAÇÃO SUPERIOR HOMENS

Doutoramento+Mestrado+Licenciatura+Bacharelato
Total de efectivos / Homens 64%

CONTAGEM DOS TRABALHADORES ESTRANGEIROS

TRABALHADORES ESTRANGEIROS	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Nº de trabalhadores	0	0	0

CONTAGEM DOS TRABALHADORES PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

TRABALHADORES COM DEFICIÊNCIA	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Nº de trabalhadores	5	3	8

CONTAGEM DOS TRABALHADORES ADMITIDOS E REGRESSADOS DURANTE O ANO, POR GRUPO/ CARGO/CARREIRA E GÉNERO, SEGUNDO O MODO DE OCUPAÇÃO DO POSTO DE TRABALHO OU MODALIDADE DE VINCULAÇÃO

ADMISSÕES / REGRESSOS	Sexo	Dirigente Superior	Dirigente Inter-médio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informático	Outro Pessoal	TOTAL
Procedimento concursal	H	0	0	1	0	0	0	0	1
	M	0	0	2	0	0	0	0	2
	T	0	0	3	0	0	0	0	3
Cedência de interesse público	H	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
Mobilidade interna a órgãos ou serviços	H	0	0	3	2	2	0	0	7
	M	0	0	2	1	0	0	0	3
	T	0	0	5	3	2	0	0	10
Regresso de licença	H	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
Comissão de serviço	H	1	0	0	0	0	0	0	1
	M	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	1	0	0	0	0	0	0	1
Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública	H	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras situações	H	1	0	2	0	0	0	3	6
	M	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	1	0	2	0	0	0	3	6
TOTAL		2	0	10	3	2	0	3	20

CONTAGEM DAS SAÍDAS DE TRABALHADORES NOMEADOS OU EM COMISSÃO DE SERVIÇO, POR GRUPO/CARGO/CARREIRA, SEGUNDO O MOTIVO DE SAÍDA

MOTIVOS DE SAÍDA	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente operacional	Informático	Outro pessoal	TOTAL
Morte								0
Reforma								0
Cessação de comissão de serviços	1							0
Fim de situação de mobilidade interna								0
Outros								0
TOTAL	0	4	0	0	0	0	0	1

CONTAGEM DAS SAÍDAS DE TRABALHADORES CONTRATADOS, POR GRUPO/CARGO/ CARREIRA, SEGUNDO O MOTIVO DE SAÍDA

MOTIVOS DE SAÍDA	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente operacional	Informático	Outro pessoal	TOTAL
Morte			2					2
Reforma			8	6				14
Cessação de comissão de serviços								0
Fim de situação de mobilidade interna								0
Outros			9	6				15
TOTAL	0	0	19	12	0	0	0	31

CONTAGEM DOS POSTOS DE TRABALHO PREVISTOS E NÃO OCUPADOS DURANTE O ANO, POR GRUPO/CARGO/CARREIRA, SEGUNDO A DIFICULDADE DE RECRUTAMENTO

VAGAS NÃO OCUPADAS	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente operacional	Informático	Outro pessoal	TOTAL
Não abertura de procedimento concursal			16	8	4			28
Procedimento concursal em desenvolvimento				2				2
Falta de autorização da entidade competente								0
TOTAL	0	0	16	10	4	0	0	30

CONTAGEM DAS MUDANÇAS DE SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES, POR GRUPO/CARGO/ CARREIRA, SEGUNDO O MOTIVO E GÉNERO

MUDANÇA DE SITUAÇÃO	SEXO	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente operacional	Informático	Outro pessoal	TOTAL
Alteração obrigatória do posicionamento remuneratório	H				5				5
	M				1				1
	T	0	0	0	6	0	0	0	6
Alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária	H		2	11	6	2			21
	M		1	16	9	3	1		30
	T	0	3	27	15	5	1	0	51
Procedimento concursal	H			1					1
	M				2				2
	T	0	0	1	2	0	0	0	3
TOTAL		0	3	28	23	5	1	0	60

CONTAGEM DOS TRABALHADORES POR GRUPO/CARGO/CARREIRA, SEGUNDO A MODALIDADE DE HORÁRIO DE TRABALHO E GÉNERO

PERÍODO NORMAL DE TRABALHO	SEXO	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente operacional	Informático	Outro pessoal	TOTAL
Rígido	H			8	3	3		1	15
	M			1	1	4			6
	T			9	4	7		1	21
Flexível	H			63	25	7	7	2	104
	M			57	41	5	6		109
	T			120	66	12	13	2	213
Jornada contínua	H			3	5		2		10
	M			21	9				30
	T			24	14				40
Específico	H								0
	M				2				2
	T				2				2
Isenção de horário	H	3	10						13
	M	1	12						13
	T	4	22						26
TOTAL		4	22	153	88	19	15	3	302

CONTAGEM DOS TRABALHADORES POR GRUPO/CARGO/CARREIRA, SEGUNDO O PERÍODO NORMAL DE TRABALHO (PNT) E GÉNERO

PERÍODO NORMAL DE TRABALHO	SEXO	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente operacional	Informático	Outro pessoal	TOTAL
Tempo completo / 35 horas	H	3	10	71	28	10	7	3	132
	M	1	12	58	42	9	6		128
	T	4	22	129	70	19	13	3	260
Tempo parcial / 30 horas	H			3	5		2		10
	M			21	11				32
	T			24	16		2		42
TOTAL		4	22	153	86	19	15	3	302

CONTAGEM DAS HORAS DE TRABALHO EXTRAORDINÁRIO, POR GRUPO/CARGO/CARREIRA, SEGUNDO A MODALIDADE DE PRESTAÇÃO DE TRABALHO E GÉNERO

MODALIDADE DE PRESTAÇÃO DO TRABALHO EXTRAORDINÁRIO	SEXO	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente operacional	Informático	Outro pessoal	TOTAL
Trabalho extraordinário diurno	H					1606			1606
	M								0
	T	0	0	0	0	1606	0	0	1606
Trabalho extraordinário nocturno	H								0
	M								0
	T	0	0	0	0	4	0	0	0
Trabalho em dias de descanso semanal obrigatório	H								0
	M								0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
Trabalho em dias de descanso semanal complementar	H					7			7
	M								0
	T	0	0	0	0	7	0	0	7
Trabalho em dias feriados	H								0
	M								0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		0	0	0	0	1613	0	0	1613

**CONTAGEM DOS DIAS DE AUSÊNCIAS AO TRABALHO DURANTE O ANO, POR GRUPO/CARGO/
CARREIRA, SEGUNDO O MOTIVO DE AUSÊNCIA E GÉNERO**

MOTIVOS DE AUSÊNCIA	SEXO	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente operacional	Informático	Outro pessoal	TOTAL
Casamento	H			11					11
	M								0
	T	0	0	11	0	0	0	0	11
Protecção na parentalidade	H				14		20		34
	M			147					147
	T	0	0	147	14	0	20	0	181
Falecimento de familiar	H			7			1		8
	M			32	15	5			52
	T	0	0	39	15	5	1	0	60
Doença	H		5	432	365	30	23		855
	M		72	566	625	131	1		1395
	T	0	77	998	990	161	24	0	2250
Acidente em serviço ou doença profissional	H				122				122
	M			76		65			141
	T	0	0	76	122	65	0	0	263
Assistência a familiares	H			30	2	15	11		58
	M			50	66		9		125
	T	0	0	80	68	15	20	0	183
Trabalhador-estudante	H						5		5
	M			10	58				68
	T	0	0	10	58	0	5	0	73
Por conta do período de férias	H	0,5	22	157,5	52,5	5	17		254,5
	M		23	227,5	189	6	0,5		446
	T	0,5	45	385	241,5	11	17,5	0	700,5
Greve	H			18	16	1	2		37
	M		1	33	14	3	1		52
	T	0	1	51	30	4	3	0	89
Outros	H			2	5				7
	M			25	3				28
	T	0	0	27	8	0	0	0	35
TOTAL									3845,5

CONTAGEM DOS TRABALHADORES EM GREVE, POR ESCALÃO DE PNT E TEMPO DE PARALIZAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA GREVE	Período normal de trabalho			Total de N.º de trabalhadores em greve
	35 horas	42 horas	Outros	
Greve Geral / 24-Nov	65			65
Ad. Pública – sectorial / 29-Set				0
Ad. Pública – geral / 3-Abr	25			25
Total	90	0	0	90

2. REMUNERAÇÕES E ENCARGOS

ESTRUTURA REMUNERATÓRIA, POR GÉNERO

ESCALÃO DE REMUNERAÇÕES	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Até 500 €	2		2
501 - 1000 €	21	36	57
1001 - 1250 €	26	27	53
1251 - 1500 €	8	11	19
1501 - 1750 €	19	21	40
1751 - 2000 €	10	19	29
2001 - 2250 €	9	5	14
2251 - 2500 €	12	15	27
2501 - 2750 €	9	9	18
2751 - 3000 €	7	11	18
3001 - 3250 €	9	3	12
3251 - 3500 €	5	1	6
3501 - 3750 €	2	1	3
3751 - 4000 €	2	1	3
4001 - 4250 €			0
4251 - 4500 €			0
4501 - 4750 €	1		1
4751 - 5000 €			0
TOTAL	142	160	302

REMUNERAÇÃO *	MASCULINO	FEMININO
Mínima (€)	475,0 €	532,4 €
Máxima (€)	3.734,1 €	3.757,8 €

* Considerar remuneração mensal base ilíquida

LEQUE SALARIAL ILÍQUIDO	<div> <div>Maior remuneração base ilíquida</div> <div>Menor remuneração base ilíquida</div> </div>	7,9
-------------------------	--	-----

TOTAL DE ENCARGOS COM PESSOAL DURANTE O ANO

ENCARGOS COM PESSOAL	VALOR (Euros)
Remuneração base *	7.497.584,00
Suplementos remuneratórios	755.443,94
Prémios de desempenho	27.010,00
Prestações sociais	56.827,03
Benefícios sociais	286.612,42
TOTAL	8.623.477,39

* Incluindo o subsídio de férias e o subsídio de Natal

SUPLEMENTOS REMUNERATÓRIOS

SUPLEMENTOS REMUNERATÓRIOS	VALOR (EUROS)
Trabalho extraordinário (diurno e nocturno)	10.941,83
Trabalho normal nocturno	0
Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados	456,75
Disponibilidade permanente	0
Fixação na periferia	0
Trabalho por turnos	0
Abono para falhas	1.541,73
Ajudas de custo	129.587,84
Representação	89.198,48
Secretariado	2.581,40
Outros suplementos remuneratórios	521.135,91
TOTAL	755.443,94

ENCARGOS COM PRESTAÇÕES SOCIAIS

Prestações sociais	Valor (Euros)
Subsídios no âmbito da protecção da parentalidade (maternidade, paternidade e adopção)	14.324,31
Abono de família	37.617,64
Subsídio de educação especial	642,84
Subsídio mensal vitalício	4.242,24
Outras prestações sociais	0
TOTAL	56.827,03

ENCARGOS COM BENEFÍCIOS SOCIAIS

Benefícios de apoio social	Valor (Euros)
Subsídio de refeição	285.551,98
Grupos desportivos/casa de pessoal	
Refeitórios	
Subsídios de estudos	
Apoio sócio-económico	
Outros benefícios sociais	1.060,44
TOTAL	286.612,42

3. HIGIENE E SEGURANÇA

NÚMERO DE ACIDENTES DE TRABALHO E DE DIAS DE TRABALHO PERDIDOS COM BAIXA, POR GÉNERO

ACIDENTES EM SERVIÇO	SEXO	NO LOCAL DE TRABALHO				IN ITINERE			
		TOTAL	<30 DIAS DE BAIXA	≥30 DIAS DE BAIXA	MORTAIS	TOTAL	<30 DIAS DE BAIXA	≥30 DIAS DE BAIXA	MORTAIS
N.ª total de acidentes	T	5				0			
N.º de acidentes com baixa	H	1	0	1	0		0	0	0
	M	4	2	2	0		0	0	0
N.º de dias perdidos com baixa	H	159	0	159	0		0	0	0
	M	159	16	143	0		0	0	0

NÚMERO DE CASOS DE INCAPACIDADE DECLARADOS DURANTE O ANO, RELATIVAMENTE AOS TRABALHADORES VÍTIMAS DE ACIDENTE DE TRABALHO

CASOS DE INCAPACIDADE	N.º DE CASOS
Casos de incapacidade permanente:	0
Casos de incapacidade temporária e absoluta	5
Casos de incapacidade temporária e parcial	0
TOTAL	5

4. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CONTAGEM DAS ACÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL REALIZADAS DURANTE O ANO, POR TIPO DE ACÇÃO, SEGUNDO A DURAÇÃO

TIPOS DE ACÇÃO / DURAÇÃO	MENOS DE 30 HORAS	DE 30 A 59 HORAS	DE 60 A 119 HORAS	120 HORAS OU MAIS
Internas	3	4	0	0
Externas	21	2	1	0
TOTAL	24	6	1	0

CONTAGEM RELATIVA A PARTICIPAÇÕES EM ACÇÕES DE FORMAÇÃO DURANTE O ANO, POR GRUPO/CARGO/CARREIRA, SEGUNDO O TIPO DE ACÇÃO

GRUPO/CARGO/CARREIRA / N.º DE PARTICIPAÇÕES E DE PARTICIPANTES	ACÇÕES INTERNAS	ACÇÕES EXTERNAS	TOTAL	
	N.º de participações	N.º de participações	N.º de participações (por acções)	N.º de participações (por nº de trabalhadores)
Dirigente Superior			0	
Dirigente Intermédio	11	7	18	12
Técnico Superior	91	28	119	64
Assistente Técnico	27	5	32	26
Assistente Operacional			0	
Informático		2	2	2
Outro Pessoal	2		2	1
TOTAL	131	42	173	105

CONTAGEM DAS HORAS DISPENDIDAS EM ACÇÕES DE FORMAÇÃO DURANTE O ANO, POR GRUPO/ CARGO/CARREIRA, SEGUNDO O TIPO DE ACÇÃO

HORAS DISPENDIDAS	EM ACÇÕES INTERNAS	EM ACÇÕES EXTERNAS	TOTAL DE HORAS EM ACÇÕES DE FORMAÇÃO
Dirigente Superior	0	0	0
Dirigente Intermédio	276	112	388
Técnico Superior	2322	493	2815
Assistente Técnico	630	67	697
Assistente Operacional	0	0	0
Informático	0	60	60
Outro Pessoal	51	0	51
TOTAL	3279	732	4011

DESPESAS ANUAIS COM FORMAÇÃO

TIPO DE ACÇÃO	VALOR (Euros)
Despesa com acções internas	12.292,83
Despesa com acções externas	7.701,00
TOTAL	19.993,83

ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO EM FORMAÇÃO	$\frac{\text{N.º de participantes em acções de formação}}{\text{Total de efectivos}} = 35\%$
---	--

5. RELAÇÕES PROFISSIONAIS

RELAÇÕES PROFISSIONAIS	N.º
Trabalhadores sindicalizados	40
Elementos pertencentes a comissões de trabalhadores	0
Total de votantes para comissões de trabalhadores	0

ABREVIATURAS

AFN	Autoridade Florestal Nacional
AGRI	Medida Agricultura e Desenvolvimento Rural dos Programas Operacionais Regionais
AGRO	Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural
AH	Aproveitamento Hidroagrícola
AIA	Avaliação de Impacte Ambiental
ANQ	Agência Nacional para a Qualificação
APV	Autorização Provisória de Venda
ARH	Administrações das Regiões Hidrográficas
ASAE	Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
AV	Autorização de Venda
CA	Comissões de Acompanhamento
CAP	Confederação dos Agricultores de Portugal
CCMA	Conselho Consultivo de Mecanização Agrícola
CH	Centrais Hidroeléctricas
CNPPV	Conselho Nacional de Protecção da Produção Vegetal
CNQ	Catálogo Nacional de Qualificações
CNRA	Conselho Nacional da Reserva Agrícola
CNREN	Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional
CNV	Catálogo Nacional de Variedades
CNZH	Comissão Nacional para as Zonas Húmidas
COTR	Centro Operativo e de Tecnologia de Regadio
CPEA	Comissão de Planeamento de Emergência da Agricultura
CPVO	Instituto Comunitário das Variedades Vegetais
CTA	Comissão Técnica de Acompanhamento
DGAIEC	Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo
DHE	Ensaio de Distinguição, Homogeneidade e Estabilidade
DIA	Declaração de Impacte Ambiental
DRALVT	Direcção Regional do Ambiente de Lisboa e Vale do Tejo
DRAP	Direcção Regional de Agricultura e Pescas
EDIA	Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, SA.
EE	Estações Elevatórias
EFMA	Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva
EIA	Estudo de Impacte Ambiental
ENACC	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas
ENRA	Entidade Nacional da Reserva Agrícola
ENS	Entidade Nacional de Solos
EU	União Europeia
GAL	Grupos de Acção Local

GNR	Guarda Nacional Republicana
GPP	Gabinete de Planeamento e Políticas
GT	Grupo de Trabalho
GTO	Grupo de Trabalho do Olival
ICVV	Instituto Comunitário das Variedades Vegetais
IFAP	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas
IGT	Instrumentos de Gestão Territorial
IMTT	Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I.P.
INE	Instituto Nacional de Estatística
INRB	Instituto Nacional de Recursos Biológicos, I.P.
INSPIRE (Directiva)	INfrastructure for SPatial InfoRmation in Europe
ISTA	International Seed Testing Association
ITI	Intervenções Territoriais Integradas
LES	Laboratório de Ensaio de Sementes
LNEC	Laboratório Nacional de Engenharia Civil
LVRC	Novos Regimes de Vinculação, Carreiras e Remunerações
MADRP	Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas
MPB	Modo de Produção Biológico
NECE	Núcleo de Ensaio e de Controlo do Escaroupim
NMP	Nemátodo da Madeira do Pinheiro
OCDE	Organização para a Cooperação e para o Desenvolvimento Económico
OEPP	Organização Europeia e Mediterrânica para a Protecção das Plantas
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
PANCD	Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação
PDM	Plano Director Municipal
PEOT	Planos Especiais de Ordenamento do Território
PF	Produtos Fitofarmacêuticos
PGRIC	Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas
PI	Protecção Integrada
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PLC	Pedido de Libertação de Créditos
PM	Preservadores de Madeira
PMOT	Planos Municipais de Ordenamento do Território
PMP	Prazo Médio de Pagamento
PNCRP	Programa Nacional de Controlo de Resíduos de Pesticidas
POCP	Plano Oficial de Contabilidade Pública
POPH	Programa Operacional Potencial Humano
PP	Planos de Pormenor
PRODER	Programa de Desenvolvimento Rural
PRODI	Produção Integrada
PROT	Planos Regionais de Ordenamento do Território

PRRN	Programa da Rede Rural Nacional
PU	Planos de Urbanização
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
RAN	Reserva Agrícola Nacional
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
REA	Relatórios do Estado do Ambiente
REAP	Regime do Exercício da Actividade Pecuária
REMDA	Rede para a Monitorização e Divulgação das melhores práticas Agro-ambientais
RH	Recursos Hídricos
RJUE	Regime Jurídico da Urbanização e Edificação
RNET	Reserva Natural do Estuário do Tejo
SAA	Sistema de Aconselhamento Agrícola
SAMA	Sistema de Apoios à Modernização Administrativa
SCI	Sistema de Controlo Interno
SEDRF	Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas
SGQ	Sistema de Gestão da Qualidade
SIC	Sistema de Informação Contabilística
SIDS	Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável
SIR	Sistema de Informação do Regadio
SNAA	Serviço Nacional de Avisos Agrícolas
SRH	Sistema de Recursos Humanos
TER	Turismo em Espaço Rural
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UERHE	Unidades Equivalentes de Recursos Humanos Executados
UERHP	Unidades Equivalentes de Recursos Humanos Planeados
UITM	Unidade Industrial de Tratamento de Madeira
UO	Unidade Orgânica
UPOV	União Internacional para Protecção de Obtenções Vegetais
VAU	Valor Agronómico e de Utilização
VGM	Variedades Geneticamente Modificadas
ZDI	Zona de Defesa Interna

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2010

FICHA TÉCNICA

Edição: Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Coordenação: Direcção de Serviços de Informação, Gestão e Administração / Divisão de Planeamento, Documentação e Informática

Edição em suporte digital: Direcção de Serviços de Informação, Gestão e Administração / Divisão de Planeamento, Documentação e Informática

Série Programação nº 55

ISSN 0872-993X

Distribuição: DSIGA - Divisão de Planeamento, Documentação e Informática
Tapada da Ajuda, Edifício I, 1349-018 LISBOA
Telfs.; 21 361 32 00, 21 361 32 83 – Linha azul 21 361 32 88 – Fax: 21 361 32 77
E-mail: dpdi.pub@dgadr.pt - <http://www.dgadr.pt>

©2011, DIRECÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL (DGADR)
RESERVADOS TODOS OS DIREITOS, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, À
DIRECÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL - DGADR
Av. Afonso Costa, 3 – 1949-002 LISBOA